



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 047 - QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 419, de 20 de fevereiro de 2008**, que “Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 15 de abril de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 420, de 25 de fevereiro de 2008**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00, para o fim que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 15 de abril de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 52ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Comunicações da Presidência		
Interrupção da presente sessão, às 15 horas, para recepcionar Sua Excelência a Senhora Prathiba Patil, Presidente da Índia.....	9384	2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 1.2.4 – Ofícios
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas e 15 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presenciais.....	9384	Nº 34/2008, de 14 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, comunicando sua renúncia ao cargo de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.....
1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado		Nº 341/2008, de 14 do corrente, do Senador Jayme Campos, solicitando o registro de sua frequência na sessão plenária do dia 10 de abril de 2008.....
Nº 46/2008, de 8 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio.....	9384	Nº 44/2008, de 15 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....
Nº 65/2008, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella.	9384	Nº 48/2008, de 15 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária Externa destinada a verificar, <i>in loco</i> , o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Inpe, em seu “mapa do desmatamento”.....
Nº 16/2008, de 10 do corrente, do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 94, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.	9384	Nº 50/2008, de 15 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....
1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado		Nº 414/2008, de 15 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas.....
Nº 90/2008, de 8 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.	9384	1.2.5 – Leitura de requerimentos
Nº 146/2008, de 8 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.389, de 2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	9384	Nº 426, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Guerra, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no Japão, no período de 19 a 26 do corrente mês</i>
Nº 3.563/2008, de 7 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.395, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello.	9384	Nº 427, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar nas cidades de Washington, Harrisburg, Pittsburg e Philadelphia/EUA, no período de 19 a 25 do corrente mês</i>
Nº 9.930/2008, de 7 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de	9384	Nº 428, de 2008, de autoria Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Londres, no período de 27 a 30 do corrente mês</i>

1.2.6 – Pareceres

Nº 308, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (*Lei Geral de Telecomunicações*), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (*Lei da Concessão de Serviço Público*), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

9386

Nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008 (nº 91/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.....

9390

1.2.7 – Ofício do Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 43/2008, de 9 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007.....

9392

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.....

9392

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.....

9392

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de embarcações, exceto as recreativas e as esportivas.....

9393

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Participação no Fórum de Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio. Referências à sessão de homenagem pelo transcurso dos 200 anos da Justiça brasileira, ocasião em que se homenageou a Ministra Ellen Gracie, do STF.....

9395

SENADOR GERSON CAMATA – Registro do transcurso, ontem, do Dia Internacional do Café, destacando a importância do Estado do Espírito Santo como segundo maior produtor de café do País.....

9401

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da realização da 46ª Assembléia-Geral da CNBB.....

9403

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Considerações sobre artigo publicado no jornal

Folha de S.Paulo, envolvendo toda a polêmica sobre a Lei de Imprensa no Brasil.....

9405

SENADOR ALVARO DIAS – Referências à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que tratará da taxa anual de juros. Preocupação com a falta de recursos orçamentários destinados ao combate de doenças epidemiológicas.....

9406

SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao envolvimento da Polícia Federal no caso do dossiê. Destaque aos problemas enfrentados por agricultores do Piauí. Protesto contra a caducidade do ato de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, em julho do corrente ano.....

9408

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Reflexão sobre a “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte.....

9411

1.2.11 – Recepção de Sua Excelência a Presidente da Índia, Srª Prathiba Patil

1.2.12 – Fala do Presidente (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.13 – Fala da Presidente da Índia (Sra. Prathiba Patil)

1.2.14 – Suspensa às 15 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 59 minutos

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Continuação de pronunciamento acerca da “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte.....

9414

SENADORA IDELI SALVATTI – Lamento por fatos ocorridos hoje na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Abertura da XI Marcha dos Prefeitos ocorrida em Brasília. Apelo ao Senador Arthur Virgílio para que retire requerimento de oitiva da CCJ a projeto que trata da cobrança de ISS sobre a atividade de leasing.....

9417

1.2.16 – Leitura de requerimentos

Nº 429, de 2008, de autoria dos Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco Melo....

9418

Nº 430, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 96, de 2008, 503, de 2003, 98, de 2002 e 60, de 2008....

9419

Nº 431, de 2008, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior e César Borges, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco.....

9420

Nº 432, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando voto de louvor à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, por seu cinqüentenário.....

9420

Nº 433, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, <i>solicitando voto de louvor pelos 175 anos de emancipação política da cidade de Acari, município do Rio Grande do Norte.</i>	9420	Saudação à Marinha brasileira pelo deslocamento do Navio de Assistência Hospitalar, Oswaldo Cruz, às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas.	9435
Nº 434, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Londres, Inglaterra, no período de 25 a 30 de abril de 2008.</i>	9420	SENADOR CARLOS DUNGA – Homenagem à memória do ex-Senador Humberto Lucena, falecido há 10 anos. Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos destinados às populações atingidas pelas enchentes no Estado da Paraíba. A problemática da dengue na Paraíba.	9444
Nº 435, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, <i>solicitando a retirada da emenda oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2006. Deferido.</i>	9421	1.2.18 – Comunicação da Presidência Informação de que as cédulas de votação da sessão do Congresso Nacional de hoje encontram-se à disposição dos Senhores Parlamentares nos gabinetes das lideranças partidárias.	9446
Nº 436, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli.</i>	9421	1.2.19 – Discursos do Expediente (continuação) SENADORA ROSALBA CIARLINI – Reiteração de apelo em favor das populações atingidas pelas cheias na região Nordeste.	9446
Nº 437, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao Sr. Raimundo dos Santos.</i>	9421	SENADOR PAULO DUQUE – Comentários aos pronunciamentos da Senadora Rosalba Ciarlini e dos Senadores Expedito Júnior e Carlos Dunga.	9448
Nº 438, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso à Confederação Nacional de Municípios.</i>	9422	1.3 – ORDEM DO DIA São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, tendo em vista que transcorre hoje o segundo dia em que o projeto de lei de conversão e as medidas provisórias, constantes dos itens nº 1 a 6, figuram na pauta:	
1.2.17 – Discursos do Expediente (continuação)	9422	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)....	9449
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Comemoração pelo fato de que a cidade sergipana de Aracaju desponta como a cidade brasileira com maior qualidade de vida.	9423	Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.....	
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Comentários sobre declarações do relator especial da ONU, Jean Ziegler, sobre a crise de alimentos que pode se abater sobre o mundo.	9425	Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos	9450
SENADOR SIBÁ MACHADO – Homenagem pelo bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.	9427		
SENADOR JOÃO PEDRO – Registro do deslocamento do navio-hospital Oswaldo Cruz, da Marinha brasileira, para atender um pleito das comunidades indígenas do Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte. Considerações sobre manifestação do relator especial da ONU para Direitos à Alimentação, Sr. Jean Ziegler.	9429		
SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Relato sobre visita a diversos municípios de Rondônia. A falta de transparência e de critérios objetivos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.	9431		
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários sobre os fatos ocorridos hoje na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Registro da apresentação de votos de pesar e de louvor apresentados por S. Ex ^a . Registro de entrevistas concedidas pelo historiador Marco Antonio Villa e pelo Desembargador Flávio Pascarelli à revista <i>Veja</i> e ao jornal <i>Diário do Amazonas</i> , respectivamente.			

do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinqüenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.....

Item 4

Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nº's 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.....

9450

Paulo Paim, que *incluir o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*.....

9451

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).*.....

9451

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....

9451

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*.....

9452

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*.....

9452

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*.....

9452

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece..*.....

9452

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *incluir parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmen-*

Item 5

Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.....

9450

Item 6

Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.....

9450

Item 7 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007.*.....

9450

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*.....

9450

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*.....

9451

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador

te imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.....

9452

Item 18 (tratando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....*

9452

Item 19

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que *dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras provisões.....*

9452

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.....*

9453

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)..*

9453

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.....*

9453

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.....*

9453

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....*

9453

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que *dispõe*

sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras provisões.....

9454

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).....*

9454

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ...*

9454

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.....*

9454

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....*

9454

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).....*

9454

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....*

9454

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....*

9455

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis*

do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Item 38

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Item 39 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...

Item 40 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

Item 41 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispo-*

sitivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Item 43 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

Item 46

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerasar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

Item 47

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças*

9456

9455

9455

9455

9455

9455

9455

9456

9456

9456

9456

9457

9457

<i>climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....</i>	9457	de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.....	9458
Item 48		Item 55	
Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que <i>dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)....</i>	9457	Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	9458
Item 49		Item 56 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que <i>dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.</i>	9457	Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.....	9458
Item 50		Item 57 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que <i>altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.</i>	9457	Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.	9458
Item 51		Item 58	
Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc : Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.....	9457	Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....	9458
Item 52		Item 59 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.</i>	9458	Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.	9459
Item 53		Item 60	
Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....	9458	Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	9459
Item 54 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)		Item 61	
Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.....	9458	Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....	9459

Item 62	Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....	9459	Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatóriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)..	9459
Item 63	Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.....	9459	Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.).....	9459
Item 64	Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.</i>	9459	Item 71 Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação)....	9459
Item 65	Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, <i>solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.</i>	9459	Item 72 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.....	9459
Item 66	Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.</i>	9459	Item 73 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno) Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.....	9459
Item 67	Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)	9459	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR JAYME CAMPOS – Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. Elogios a declarações do Ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....	9459
Item 68	Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria....	9459	SENADORA KÁTIA ABREU – Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. Considerações sobre a situação dos portos brasileiros.	9463
Item 69	Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de	9459	SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Comentários a respeito da XI Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios.	9466
			SENADOR CÉSAR BORGES – Voto de pesar pela morte do ex-deputado e ex-ministro Eraldo Tinoco.	9467
			SENADOR EDUARDO AZEREDO – Contradições do PT no governo. Alerta para a necessidade de planejamento e melhoria do transporte urbano nas metrópoles brasileiras.....	9468
			1.3.2 – Apreciação de matérias Requerimentos nºs 424, 426, 427, 428 e 434, de 2008, de autoria, respectivamente, dos Sena-	

dores Tião Viana, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy. Aprovados.	9469	a Comissão de Infra-Estrutura, sobre <i>Dossiê contra o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.....</i>	9484
1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação		1.3.4 – Comunicação da Presidência	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro de entrevista do historiador Marco Antonio Villa à revista Veja , edição de 16 do corrente. Registro da matéria intitulada “Com a palavra, PT e Intercorp”, publicada na revista Época , edição de 9 de março último.	9469	Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 16, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	9485
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Hora de prestar contas”, publicada na revista Veja , edição de 5 de março último...	9474	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A República dos Cartões”, publicada na revista Veja , edição de 13 de fevereiro último.	9475	2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Hora de escancarar a porteira”, publicada na revista Veja , edição de 30 de janeiro último.	9480	Nºs 743 a 747, de 2008.	9497
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Há espaço para crescer sem a pressão inflacionária”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 1º de março último.....	9482	SENADO FEDERAL	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Se pudesse, faria mudança por decreto, diz Lula”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 28 de fevereiro último.....	9483	3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da aprovação de requerimento convocando a Ministra Dilma Roussef, para prestar esclarecimentos perante		– 53ª LEGISLATURA	
		4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 52^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de abril de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos e Romeu Tuma

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/4/2008 07:44:22 até 15/4/2008 21:30:20

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERTON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DÚQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento

de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal recepcionará Sua Excelência a Senhora Prathiba Patil, Presidente da Índia, hoje, às 15 horas, quando serão interrompidos os trabalhos da presente sessão, e, atendida essa finalidade, serão eles retomados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica também que está convocada uma sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº 46/2008, de 8 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio; e
- nº 65/2008, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella;
- nº 16/2008, de 10 do corrente, do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 94, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº 90/2008, de 8 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 80, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio;
- nº 146/2008, de 8 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.389, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- nº 3.563/2008, de 7 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.395, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello; e
- nº 9.930/2008, de 7 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. P/34/2008

Brasília, 14 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência minha renúncia ao cargo de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a partir desta data, como ato de protesto pelo desrespeito de Ministros de Estado (Educação, Cultura, Esporte, e Ciência e Tecnologia), que convidados por esta Comissão, tendo em vista requerimentos aprovados, não se dignaram a comparecer para tratar de assuntos relativos a suas pastas.

Atenciosamente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

OGSJAYM Nº 341/2008-S

Brasília, 14 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência a especial gentileza de autorizar, junto à Secretaria Geral da Mesa, registro da minha frequência na Sessão Plenária do dia 10 de abril de 2008, onde ocupei a tribuna desta Casa, conforme registrado nos anais da mesma em notas taquigráficas, conforme anexo.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO N° 44/2008-GLDBAG

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado como membro suplente, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante na Comissão de Educação Cultura e Esportes.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 48/08-GLPSDB

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Mário Couto, para integrar como suplente a Comissão Temporária Externa destinada a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 50/08-GLPSDB

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Papailo Paes, para integrar como suplente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em substituição a Senadora Lucia Vânia.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

OF. PSDB N° 414/2008

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ricardo Trípoli como membro titular, em substituição ao Deputado Eduardo Gomes, para integrar a Comissão Mista Espe-

cial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 426, DE 2008

Tendo sido designado para integrar a delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em viagem oficial ao Japão, para cumprir agenda de eventos relativos ao centenário da imigração japonesa no Brasil e ao Ano do Intercâmbio Japão-Brasil, com saída do Brasil no dia 19 e retorno no dia 26 de abril próximo, venho solicitar, nos termos regimentais, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportunidade, que estarei ausente do país neste mesmo período.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO N° 427, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, a representar o Senado Federal, em Intercâmbio Parlamentar, por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte, a realizar-se nas cidades de Washington, Harrisburg, Pittsburgh e Philadelphia/EUA, de 19-04 a 25-04 de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nesse período, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do período compreendido entre 19-04 a 25-04 de 2008.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 428, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, a representar o Senado Federal, no Amazon Private Meeting, a realizar-se na cidade de Londres, Inglaterra, de 27-04 a 30-04 de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nesse período, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período compreendido entre 27/04 a 30/04 de 2008.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 308, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público) e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

Relator: Senador Flávio Arns

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 591, de 2007, que promove alterações legislativas para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

De autoria do Senador Marcelo Crivella, a proposição tem por objetivo garantir aos usuários de serviços públicos, especialmente de telecomunicações, o direito de serem financeiramente compensados em caso de interrupção injustificada da prestação do serviço. Para tanto, estabelece que a compensação deverá ser creditada em conta posterior, no prazo máximo de quarenta dias. Em caso de descumprimento, fica a prestadora obrigada a restituir o valor indevidamente cobrado em dobro, acrescido de correção monetária e juros legais.

A inovação legislativa se dá por meio de alterações pontuais, de idêntico teor, nas Leis nºs 9.472, de 1997, 8.987, de 1995 e 8.977, de 1995. O projeto ainda especifica prazo de noventa dias para a entrada em vigência da Lei.

A proposição foi distribuída unicamente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Em exame preliminar, não se verificam vícios de técnica legislativa no projeto. As alterações legislati-

vas por ele promovidas inserem-se em dispositivos relativos aos direitos dos usuários, matéria afeta ao tema nele tratado.

Do mesmo modo, observa-se que a matéria tratada na proposição (direito do consumidor), inclui-se na competência legislativa da União e nas atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 48, **caput**, da Constituição Federal. O projeto situa-se ainda em consonância com o art. 5º, inciso XXXII, da Lei Maior, que incumbe ao Estado a defesa do consumidor, na forma da lei. A proteção do consumidor também é albergada como princípio geral da ordem econômica, nos termos do art. 170, inciso V, da Constituição.

No mérito, a proposição veicula princípio basilar do direito, consistente na vedação ao enriquecimento sem causa, que se observa quando há cobrança por serviço não prestado. Sobre o tema, assim dispõe o art. 884 do Código Civil:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

No mesmo sentido dispõe ainda o Código Civil sobre o pagamento indevido (art. 876) ao estabelecer que todo aquele que recebeu o que não lhe era devido fica obrigado a restituir.

Esses princípios gerais da lei civil encontram-se também positivados, com maior detalhe, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC). O diploma assim disciplina a responsabilidade do prestador por falha no serviço:

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e a sua escolha:

I – a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

O CDC ainda estabelece regra especial para os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente por órgãos públicos ou por empresas privadas mediante delegação:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissoriárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

O mesmo diploma legal também estabelece que os valores indevidamente cobrados devem ser ressar-

cidos em dobro ao consumidor, acrescidos de juros e de atualização monetária (art. 42, parágrafo único).

Verifica-se, portanto, que o PLS nº 591, de 2007, encontra-se em consonância com as normas vigentes que tratam do direito do consumidor e da prestação de serviços públicos. A par das disposições já existentes, todavia, acrescenta norma de maior especificidade, que confere maior segurança jurídica aos consumidores eventualmente lesados. Por essa razão, entendo que a proposição deva ser acolhida por este colegiado.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, na forma como se encontra.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 591/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
OS SENHORES SENADORES:**

Vice-PRESIDENTE no exercício da Presidência	(Senador Marcelo Crivella)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JUNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
SÉRGIO ZAMBIAZI	PTB
CRISTOVAM BUARQUE	PDT
	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

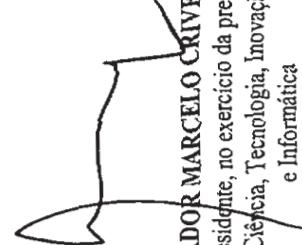
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS /

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
DELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUÇA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA					HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERULLO				
(VAGO)					PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAIS	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática



**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

**Seção II
Das atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas assembleias legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

LEI N° 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

CAPÍTULO III

Do pagamento indevido

Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição.

CAPÍTULO IV

Do enriquecimento sem causa

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer a custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 1º A re-execução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumprí-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Seção V Da cobrança de dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será

submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

.....

PARECER Nº 309, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008, (nº 91/2008, na origem) que Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 15 de abril de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Expedito Júnior, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, por dezoito votos “Sim”, um voto “Não” e nenhuma “Abstenção”, totalizando dezenove votos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente –Senador **Expedito Júnior**, Relator.

Mensagem do Senado Federal, nº 51, de 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/04/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo

RELATOR: Senador Expedito Júnior

Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
JELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- (vago)
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA (vago)	3- GILVAM BORGES
VALTER PEREIRA	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO	5- GERALDO MESQUITA
6- PEDRO SIMON	
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)
LIBERTO GOELLNER - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- ADELMIRO SANTANA - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- (vago)
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDR	9- TASSO JEREISSATI - PSDR
Titulares - PTB	Suplentes - PTB
GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Expedito Júnior**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 51, de 2008 (Mensagem nº 91, de 5 de março de 2008, na origem), à qual se encontra anexado o **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Mario Rodrigues Junior é cidadão brasileiro, natural do Estado de São Paulo, capital, graduado em Engenharia (1981), pela Universidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, e pós-graduado em Engenharia de Transportes (2001), pela Universidade de São Paulo (USP). Tem atualmente 49 anos de idade.

O histórico profissional do indicado registra intensa ligação com o setor de transporte. No Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER), onde atuou de 2000 a 2007, foi responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias, tendo ocupado sucessivamente os cargos de Diretor Técnico de Licitações e Contratos, Diretor de Engenharia e Superintendente.

Nesse período, entre 2003 e 2007, exerceu na DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, a função de Diretor de Engenharia. Nessa empresa paulista, responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas, o indicado já atuara anteriormente (1989-2000), como engenheiro do Setor de Licitações e Compras, assistente da Diretoria de Terminais e gerente da Divisão de Orçamentos e Medições.

Antes disso, exerceu atividades na FEPASA – Ferrovia Paulista S/A, empresa de economia mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias no Estado de São Paulo (1983-1989).

Em síntese, o currículo apresentado aponta para 25 anos de experiência profissional na área de infra-estrutura e de serviços de transportes – aí incluídas as modalidades rodoviária, ferroviária e hidroviária –, com ênfase nas atividades de direção e gerenciamento técnico e administrativo de programas, processos e recursos materiais e humanos.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Mario Rodrigues Junior ao cargo de

Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão, 15 de abril de 2008. –
Senador **Marconi Perillo****Expedito Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 43/2008-CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Marcelo Crivella que, “altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam”.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 130, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Nova Mamoré manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Nova Mamoré localiza-se na parte oeste do Estado de Rondônia, tendo limites geográficos a oeste com a República da Bolívia e rio madeira.

Sua população é de mais de vinte mil pessoas, distribuídas em cinco distritos e numa área de mais de dez mil quilômetros quadrados.

A economia do município é baseada na agricultura, pecuária e extração vegetal. Entretanto, o município possui mais de trezentos estabelecimentos comerciais.

Nova Mamoré é um dos grandes produtores de gado do estado. Há gado de corte e gado leiteiro, com um rebanho de mais de 320 mil cabeças.

São exploradas as culturas de café, milho, arroz, feijão e mandioca para fabricação de farinha. Também há produção de frutas, dentre as quais, as mais comercializadas são: cupuaçu, acerola, açaí, goiaba, manga, banana, abacaxi, araçá e cajá.

Para processar essa produção, o município possui em sua estrutura industrial 27 unidades empresariais de transformação.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Nova Mamoré os jovens não precisariam mais deslocar-se para centros mais desenvolvidos e passariam a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos pares a este projeto.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. –
Senador **Expedito Júnior**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE, LEI DO SENADO N° 131 DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de embarcações, exceto as recreativas e as esportivas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados as embarcações, exceto as recreativas e as esportivas, destinadas à renovação da frota de transporte fluvial na Amazônia, asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos relativos a matérias-primas e produtos intermediários efetivamente empregados em sua industrialização.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só terá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A isenção de IPI para a indústria naval não é nenhuma novidade. Ela foi instituída, e vinha sendo mantida, desde o final da década de 80, época em que a indústria naval começava a declinar no País. Justamente quando ela ensaiava a sua recuperação, a isenção é extinta pela Lei nº 11.482, em 31 de maio de 2007.

Além do desestímulo à grande indústria apontado, a medida atinge, de forma ainda mais severa, a construção de embarcações de menor porte, como as de transporte fluvial de passageiros, sobretudo na Amazônia.

Sabemos que a gigantesca região Amazônica é servida por escassa rede de rodovias pavimentadas, e que muitas das quais permanecem intransitáveis durante grande parte do ano em razão das chuvas.

O transporte fluvial é fundamental para a Amazônia em razão de suas características geográficas. A região possui aproximadamente metade dos 48 mil quilômetros de vias navegáveis do território brasileiro. Além da falta de instalações portuárias compatíveis, grande parte da frota

fluvial é obsoleta, do tipo gaiola. Os grandes empresários do setor privado e o governo não investem no transporte fluvial amazônico, que é dominado por embarcações clandestinas, desprovidas de segurança.

Considerando a gravidade da situação, não é de estranhar que ocorram, todos os anos, grandes tragédias nos rios Amazonas, Madeira, Solimões e afluentes.

Em um momento em que, por conta do mau estado das embarcações, são noticiados, seguidamente, diversos acidentes nos rios da Amazônia – que muitas vezes tomam proporções de verdadeiras tragédias – a referida revogação da isenção contribui ainda mais para dificultar a necessária renovação da combalida frota de embarcações para transporte fluvial de passageiros.

Sabemos que benefícios fiscais devem ser encarados como exceção, por conta do custo que representam para o resto da sociedade. Nesse caso, no entanto, a necessidade de renovação da frota e de estímulo à indústria naval supera, em muito, os custos da renúncia fiscal decorrente da medida.

Evidentemente, por não ter o mesmo alcance social, foram excluídos do benefício as embarcações recreativas e esportivas.

A propósito da mencionada renúncia de receitas, lembramos que o projeto contém as necessárias cautelas e providências para o cumprimento das prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo certo que o restabelecimento da isenção é essencial para fomentar a renovação do transporte fluvial na Amazônia e para garantir maior segurança aos passageiros e às cargas transportadas, pedimos o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Art. 5º. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual,

com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....
II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....
Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 12;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

LEI COMPLEMENTAR N° 11.482,
DE 31 DE MAIO DE 2007

Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432 de 8 de janeiro de 1997, 5917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.

(*Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, pois V. Ex^a estava aqui antes de eu chegar, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável em segundo lugar, após V. Ex^a. V. Ex^a está presidindo a sessão, mas não posso deixar de fazer o registro em nome de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Portanto, com a declaração de V. Ex^a, eu me considero inscrito de ofício.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira, pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós vamos ter uma sessão do Congresso Nacional,

destinada a exame de vetos, pergunto a V. Ex^a: onde está a relação dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A relação foi remetida às Lideranças, e cada Líder deverá remetê-la aos seus liderados.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Eu não a recebi.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Neste momento, se V. Ex^a me permite, passando sobre a atribuição do seu Líder, eu encaminho a V. Ex^a uma cópia dos vetos que serão apreciados. Peço a Mesa que entregue a cópia a V. Ex^a. O único Senador que dispõe da relação aqui na Mesa é o Senador Papaléo Paes, e a estamos encaminhando a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

S. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos, concedidos pelo Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, mais uma vez, eu venho à tribuna mantendo a minha coerência, que muitos chamam a coerência dos moicanos ou a saga de defender aqueles que são pobres, que são discriminados, que mais precisam, que mais trabalham, que mais produzem e acabam sendo deixados de lado.

Sr. Presidente, hoje eu quero falar do Fórum Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio. Participei como painelista desse Fórum, onde diversas pessoas falaram sobre a realidade das mulheres no Brasil e no mundo: mulheres negras, mulheres brancas, mulheres índias, enfim, mulheres de todas as etnias, de todas as raças, de todas as procedências. Foi um espaço nobre para discutirmos políticas que possam melhorar a vida das mulheres.

Sr. Presidente, todos nós sabemos que, entre os discriminados, as mulheres figuram em grande escala. Sabemos também da força que acompanha as mulheres e toda sua trajetória de conquistas.

Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, tivemos uma sessão de homenagem aos 200 anos da nossa Justiça, do Judiciário. Fizemos todos – fui um dos autores e creio que V. Ex^as também – uma homenagem à Ministra Ellen Gracie.

Sr. Presidente, por acordo firmado na Casa, o meu pronunciamento foi entregue por escrito, assim como o de outros Senadores. Foi um entendimento salutar na minha avaliação, pois não daria para todos falarem nesta manhã, então o Senador Marco Maciel falou em nome de todos nós.

Mas no pronunciamento que entreguei à Mesa, Sr. Presidente, conforme recomendação do próprio Presidente Garibaldi, eu terminava dizendo que o Brasil, nesses 508 anos de história, perdeu um grande momento, um momento ímpar de termos uma mulher na Presidência de República. E foi por um detalhe, pois, se numa das viagens do Presidente, os outros dois na sucessão tivessem uma outra atividade, nós teríamos, depois de 508 anos, uma mulher na Presidência da República. Não foi possível, mas, se ocorresse, seria um marco muito importante. Poderemos ter posteriormente – e sabemos que esta é a intenção do Presidente – uma mulher eleita pelo voto direto.

Como a Ministra Ellen não teve, digamos, essa possibilidade, eu terminei o meu pronunciamento dizendo, Senador Mesquita Júnior, Senador Cafeteira, que está aqui, grande líder do PTB que tem sido parceiro nosso em toda a jornada, que tenho certeza de que a mesma Corte de Haia, que recebeu de braços abertos Rui Barbosa e outros quatro brasileiros, todos homens, haverá de receber a Ministra Ellen como a primeira mulher brasileira a fazer parte daquela Corte.

Fazia esse apelo por escrito e o faço agora da tribuna. Espero que as forças, como a gente fala, Senador Camata – e vou dar o aparte para V. Ex^a –...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que as forças vivas do nosso País se somem, pois, sem sombra de dúvida, a Ministra Ellen merece estar na Corte de Haia, como é a sua intenção.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Primeiramente, cumprimento V. Ex^a e alio-me ao seu desejo devê-la na Corte Internacional, abrilhantada pelo nosso Rui, que era nosso companheiro Senador naquelas priscas eras. Também quero dizer a V. Ex^a que a experiência de uma mulher administrativamente é muito interessante. O Espírito Santo foi a primeira capitania – portanto, o primeiro Estado – na América a ser governada por uma mulher. Em 1649, Vasco Fernandes Coutinho, o donatário da Capitania do Espírito Santo, achou que a Capitania não tinha solução e resolveu entregá-la para a Bahia. Nós fomos ser hoje território baiano, não fosse esta mulher. A dona Luíza Grimaldi, uma italiana de Gênova, casada com ele, assumiu a Capitania, tomou conta da Capitania, reforçou a economia, começou com as usinas de cana, exportação de pau-brasil, exportação de açúcar e recuperou a autonomia da Capitania do Espírito Santo, hoje Estado do Espírito Santo. De modo que será bem-vinda a próxima mulher que ocupar o governo do Estado ou que venha a ocupar a Presidência da República no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Camata, agradeço a V. Ex^a o aparte, que reforça a idéia que todos nós acalentamos de, num País machista como o nosso, vermos as mulheres ocupando espaços importantes como o Supremo Tribunal Federal, a Corte de Haia, a Presidência da República – oxalá, também aqui no Brasil, se depender da minha vontade. E V. Ex^a diz que, no Espírito Santo, nós tivemos a grande liderança de Luíza Grimaldi.

Faço questão que fique consignado no meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, que o enriquece.

Sr. Presidente, eu poderia citar inúmeras mulheres, negras, brancas, índias, das mais variadas etnias, que, ao longo de suas vidas, demarcaram o seu tempo e a sua época em defesa da nossa gente, do nosso povo, enfim, daqueles que mais precisam não digo que do colo de uma mulher, do carinho, somente, de uma mulher, mas das suas idéias, que, com certeza, ajudam muito na construção de um País melhor para todos.

Sr. Presidente, na palestra que fiz – e ela está aqui, na íntegra – nessa conferência realizada em Brasília, citei dados da OIT e da Confederação de Mulheres do Brasil, demonstrando o quanto as mulheres são, ainda, discriminadas neste País. Sem sombra de dúvida, a mulher negra é discriminada e apenada duas ou três vezes. Por isso, essa conferência contou com a participação de mulheres de todo o mundo: do Canadá, dos Estados Unidos, da Nicarágua, do continente africano, do Brasil, naturalmente, da Costa Rica, enfim. As mulheres fizeram, ali, uma reflexão muito competente e inteligente sobre a sua luta no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, lembro que em maio, quando, casualmente, comemora-se o Dia das Mães e que é considerado o mês de debate e de luta contra os preconceitos em relação ao povo negro – porque 13 de maio é a data de assinatura da Lei Áurea –, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado vai fazer um ciclo de debates, que começa no dia 30 de abril e termina no dia 1º de maio.

Vamos discutir tudo, Sr. Presidente, no que tange às políticas que discriminam seres humanos, seja por cor, por raça, por etnia, por religião, por procedência, por opção sexual. Tudo nós vamos discutir.

Sr. Presidente, permita-me terminar a minha palestra como fiz lá – porque a palestra é longa e vou ater-me ao meu tempo –, com a letra da música “Maria, Maria”. Vi mulheres de outras partes do mundo quase cantando essa música, porque a conheciam:

(...) Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria, mistura a dor e a alegria
 Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
 É preciso ter sonho sempre
 Quem traz na pele essa marca
 Possui a estranha mania de ter fé na vida

Viva as mulheres de todo o mundo!

Homenageei as mulheres brancas, negras, índias, que possuem a força, a raça, a graça, a gana de que a música nos fala.

São elas que nos ensinam que é bom ter esperança, é bom ter fé na vida, é bom amar, é bom ser solidário, é bom ser generoso, é bom pensar no próximo.

Então, neste dia em que, aqui, homenageamos a Ministra Ellen, faço esta singela homenagem a toda as mulheres do nosso País e do mundo.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a considerasse, na íntegra, o meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTREGA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia dois deste mês, participei aqui em Brasília do “Fórum Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio”.

Lá diversas pessoas falaram sobre a realidade das mulheres negras, sobre os inúmeros problemas enfrentados por elas.

Foi um espaço para discutirmos políticas que possam melhorar a vida das afro-descendentes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que entre os discriminados, as mulheres figuram em grande escala. E, que entre essas, as mulheres negras são maioria.

Sabemos também da força que acompanha as mulheres e toda sua trajetória de conquistas.

O que falar da força de negras como a princesa Aqualtune, cuja fibra foi passada de geração a geração, sendo um de seus descendentes o líder Zumbi?

Temos Luiza Mahin que teve papel fundamental na Revolta dos Malês, na Bahia. Sobre ela, seu filho, o poeta e abolicionista Luiz Gama, escreveu:

“Sou filho natural de uma negra africana, livre, da nação Nagô, de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos,

como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa”.

Posso citar também Maria Firmina dos Reis. Nas-cida em 1825 em São Luiz do Maranhão, negra e bas-tarda, ultrapassou preconceitos.

Foi a primeira romancista brasileira com a obra Úrsula em que aborda os problemas enfrentados pelos escravos e pelas mulheres.

Sua persistência a transformou não apenas em uma escritora, mas também em uma educadora.

Podemos ainda falar de Chiquinha Gonzaga. Primeira compositora popular brasileira, primeira pianista de choro mulher que desafiou não somente o preconceito de raça, como também o de gênero e diversos outros.

Sr. Presidente, cito aqui apenas algumas das milhares de mulheres negras que, mesmo no anonimato de suas lutas diárias, contribuíram para que avanços fossem obtidos.

E, como não poderia deixar de ser, o exemplo delas deve continuar sendo seguido.

Dados como os do Atlas Racial Brasileiro, di-vulgado pelo PNUD em 2005 precisam ser alterados.

A pesquisa mostra que, apesar de uma queda nos números de mortalidade infantil, as taxas entre os filhos de mulheres negras é 66% acima das registra-das entre as brancas.

Em termos de emprego, os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2006, mostram que a taxa de desemprego para as mulheres negras passou de 10% em 1992 para 15,8% em 2005, com crescimento de 58%.

Voltando ao Atlas Racial Brasileiro, o número de mulheres negras no mercado de trabalho, com oito a dez anos de estudo, cresceu.

Em 2000 as mulheres negras eram 18,48% das mulheres economicamente ativas e as brancas 19,21%.

Porém, a proporção de mulheres negras econo-micamente ativas com ensino superior é muito baixa: 3,06% em 2000.

No mesmo período a taxa registrada para as mu-lheres brancas foi de 11,42%.

No ano passado o Dieese divulgou um levanta-mento no qual podemos verificar que o rendimento entre negros e brancos é muito desigual.

E, entre os negros, os rendimentos das mulheres ainda são mais baixos.

Em Belo Horizonte, por exemplo, a média de ren-dimento por hora é de R\$ 3,72 entre as negras e R\$ 13,63 entre as mulheres brancas.

O que podemos ver é que a escolaridade tem ligação direta com o nível de emprego e com os valores de salários.

Mas, infelizmente, os negros não têm as mesmas oportunidades de acesso ao ensino. Nas universidades, por exemplo, somos apenas 5%. Isso em um país de maioria negra.

Também não temos as mesmas oportunidades em relação ao mercado de trabalho, nem à saúde, ao lazer, enfim, aos direitos fundamentais estipulados na Constituição.

Como sabemos, essa realidade é fruto da política escravocrata que dominou o país por séculos e séculos.

É fruto de um pensamento enraizado e que coloca os negros à margem da sociedade.

É fruto de uma abolição que costumamos dizer inconclusa. Afinal, a Lei Áurea libertou, mas não deu garantia de direitos.

Como sempre lembramos, aos negros libertos não foram dadas oportunidades de emprego, de adquirir terras ou de estudar.

Neste ano completamos 120 anos dessa abolição inconclusa. É hora de alterarmos isso.

É hora de começarmos a mudar a cultura, a forma de pensar de nosso país e dos brasileiros.

Sr's e Srs. Senadores, recordamos essa parte da história porque é ela que nos faz seguir em frente para alterar a realidade atual.

A memória, as cicatrizes, devem servir para reafirmar nossos conceitos, nossos valores, nosso espírito de luta.

Devem servir para nos lembrar o que não deve ser repetido.

Sabemos que falar da caminhada do nosso povo é dolorido para alguns, mas é preciso ter consciência e acreditar que temos um papel, uma missão a cumprir.

E nossa missão é alterar a realidade das mulheres negras, de seus filhos, de seus descendentes... a nossa realidade!

É alterar o modo de pensar do brasileiro, e também o modo como nós, negros, vemos as coisas.

É termos uma mudança na forma como cada um de nós vê e pensa as coisas.

Nosso papel é lutar pelo reconhecimento de nossas raízes, de nossos costumes.

É lutar pela valorização de nossa cor, de nossos traços. É resgatar a auto-estima da nação negra.

As mulheres negras não devem ser colocadas em papel de divas apenas quando aparecem como passistas no carnaval.

As negras não podem ser maioria entre as domésticas e as que recebem os menores salários.

Queremos ver mais negras e negros nos veículos de comunicação.

Precisamos ter mais negras e negros nas esferas política, privada e pública.

Temos de conquistar os bancos escolares, melhores postos de trabalho, enfim, precisamos igualar os direitos de todos os brasileiros, respeitando as diversidades.

E a força para essas batalhas devem ser retiradas do passado guerreiro, rebelde e altivo de nossas antepassadas.

É por isso que lutamos pela aprovação de políticas afirmativas voltadas para a nação negra.

Defendemos sempre o que chamamos de bom debate. É necessário fazermos um debate qualificado sobre a política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo.

Sabemos que a herança cultural de séculos de escravidão é muito presente em nossa cultura.

Por isso, nosso papel na mudança de pensamento dos brasileiros, brancos e negros, é fundamental.

Precisamos desenvolver debates capazes de fazer pensar sobre como cada um de nós age. Assim conseguiremos alterar as coisas.

Sr. Presidente, é inadmissível que diversas outras matérias, sobre centenas de outros temas, sejam votadas e as relacionadas às políticas afirmativas fiquem paradas por anos e anos.

O estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, já tem uma década.

Destacamos que o capítulo V do Estatuto é dedicado a mulher negra. Ele prevê:

Art. 35. O Poder Público garantirá a plena participação da mulher afro-brasileira como beneficiária deste Estatuto da Igualdade Racial e em particular lhe assegurará:

I – a promoção de pesquisas que tracem o perfil epidemiológico da mulher afro-brasileira a fim de tornar mais eficazes as ações preventivas e curativas;

II – o atendimento em postos de saúde em áreas rurais e quilombolas dotados de aparelhagem para a prevenção do câncer ginecológico e de mama;

III – a atenção às mulheres em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;

IV – a instituição de política de prevenção e combate ao tráfico de mulheres afro-brasileiras e aos crimes sexuais associados à atividade do turismo;

V – o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres afro-brasileiras e indígenas;

VI – a promoção de campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher afro-brasileira no trabalho artístico e cultural.

Art. 36. A Carteira Nacional de Saúde, instituída pela Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, será emitida pelos hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde da rede pública e deverá possibilitar o registro das principais atividades previstas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, especialmente as diretamente relacionadas à saúde da mulher afro-brasileira, conforme regulamento.

Art. 37. O § 3º do art. 1º da Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º § 3º Será dada especial relevância à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama e às doenças prevalentes na população feminina afro-brasileira.

Art. 38. O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º § 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero,..... inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade racial, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

O Estatuto é uma matéria importantíssima que prevê ainda: o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde; a obrigatoriedade de inserção no currículo do ensino fundamental e médio, público e privado, da disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil; que o Estado e a sociedade garantam a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos; o respeito às atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses dessa parcela da população; a instituição de Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Defesa da Igualdade Racial que deverão formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política de combate ao racismo e à discriminação racial; que os remanescentes das comunidades quilombolas terão direito à propriedade definitiva das

terras que ocupavam; que os planos plurianuais e os orçamentos anuais da União prevejam recursos para a implementação de programas de ações afirmativas que tenham o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população afro-brasileira; que o Poder Público adote formas de assegurar cotas nas universidades públicas e privadas e em concursos; que cada partido ou coligação reserve de 30% a 70% de vagas para candidaturas de negros; que empresas com mais de 20 empregados, tenham em seu quadro, no mínimo, 20% de negros; que empresas de comunicação e o Poder público, assegurem a participação de negros em conformidade com o disposto no projeto; que filmes e programas televisivos apresentem imagens de pessoas afro-descendentes em proporção igual ou maior a 25% do número total de atores; que peças publicitárias de tv e cinema mostrem imagens de pessoas afro-descendentes em proporção não inferior a 40% do número total de atores; que será considerado crime a veiculação via internet de informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação; a garantia de acesso às vítimas de discriminação racial à Ouvidoria Permanente do Congresso Nacional, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; a tramitação preferencial aos processos judiciais movidos por discriminados racialmente; que todos têm o dever de denunciar às autoridades competentes qualquer forma de negligência, discriminação, ou opressão exercida contra os discriminados; o reconhecimento do direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil; entre outras.

Srªs e Srs. Senadores, o Estatuto da Igualdade Racial só será aprovado se efetivamente houver pressão da sociedade.

Os cidadãos precisam se fazer ouvir. Não dizem que os negros têm belas vozes? Então, vamos unir vozes de brancos e negros e mostrar que isso é verdade.

Assim como em outras matérias, o Senado mostra-se consciente da problemática. Aqui nesta Casa o Estatuto já foi aprovado. Hoje se encontra na Câmara dos Deputados e debates estão sendo feitos em torno dele.

Esperamos que esses debates sejam produtivos para que, em breve, possamos votar a matéria e a ver aprovada.

Existem ainda outras matérias voltadas à população negra e que merecem destaque.

Podemos citar o PL 73/99 que institui o sistema de cotas, de autoria da deputada Nice Lobão.

E também a PEC 2/06 que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de nossa autoria.

Lembramos do projeto que reconhece anistia **post mortem** ao herói negro da Revolta das Chibatas, Almirante João Cândido (PL 7198/02), da então senadora Marina Silva.

Essa matéria foi aprovada no Senado, mas estava parada na Câmara desde 2003.

Porém, recentemente o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, em visita ao nosso gabinete, informou que a Força vai conceder anistia póstuma a João Cândido.

Temos um avanço e, sem dúvida alguma, o reconhecimento desse herói.

Deixo aqui um trecho da música “O Mestre-Sala dos Mares”, letra de Aldir Blanc e João Bosco:

“...Não esquecemos jamais
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais...”

Srªs e Srs. Senadores, gostaríamos de lembrar a todos que durante o mês de maio, mês que marca os 120 Anos da Abolição Não Conclusa,..... a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, da qual somos presidente, realizará em todas às quintas feiras, às 9h, debates sobre o preconceito contra o povo negro.

Teremos ainda uma Sessão Especial no dia 13 de maio.

Sr. Presidente, sabemos que há pessoas que não gostam de falar sobre igualdade e políticas afirmativas. Como já dissemos, infelizmente, isso é uma herança.

Há feridas que quando são tocadas doem, e muito. Mas é preciso enfrentar esses momentos para superar a dor e buscar qualidade de vida com igualdade de oportunidades.

Do mesmo jeito que hoje lembramos a história de nossos antepassados, das negras e negros, brancas e brancos, que lutaram por condições melhores para seus descendentes,... nossos descendentes lembrarão as lutas travadas hoje.

As gerações futuras hão de contar essa história em versos, prosas, livros, filmes, canções...

Vamos, a cada dia, ampliar o número de pessoas na luta contra a discriminação racial e os preconceitos.

Alguns atos, como esses projetos que apresentamos, podem parecer pequenos, mas com certeza renderão muitos frutos.

Queremos lembrar a todos que precisamos exigir o cumprimento da Lei 10.639/03..... que determina a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da Rede de Ensino.

Hoje mais de 80% dos municípios brasileiros descumprem a lei.

Os brasileiros precisam saber a verdade sobre a formação de nossa Nação!

Srªs e Srs. Senadores, é hora de aprofundar a reflexão e o debate.

Somente assim poderemos projetar um futuro onde todos sejam realmente iguais.

Temos esperanças de que um dia as pessoas deixem de julgar as outras pela cor de suas peles, pelos seus cabelos, por suas religiões, sua orientação sexual...

Seria excelente se um dia todos entendessem que a raça é uma só: a humana.

E que nós, humanos, temos sim as nossas especificidades e são elas que nos tornam tão especiais.

E as mulheres têm papel fundamental nessa luta. Afinal, suas ações são exemplos para filhos, netos, maridos, amigos.

Basta olharmos para as mulheres que citamos no início desta fala. Todas, sem exceção, nos servem de espelhos até hoje.

Mulheres têm muita fibra. Há quem diga que são elas que movem o mundo.

Como diz a música “Maria, Maria”:

“(...) Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria, mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida”

As mulheres, brancas e negras, possuem a força, a raça, a graça, a gana, sobre a qual a música nos fala. São elas que nos ensinam a ter fé na vida.

Por isso, devem concluir os ideais e a garra de nossos antepassados e abraçar a luta por mudanças.

Que as mulheres brasileiras nos guiem em nossa cruzada pela liberdade, pela justiça e pela igualdade. Igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Parabéns a V. Ex^a. Sua solicitação será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Papaléo Paes, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que veja – e tenho plena confiança na sensibilidade de V. Ex^a – se estou inscrito. Se não der tempo, inscreva-me para uma comunicação inadiável. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero permanecer no coração de V. Ex^a, que é cardiologista.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado. É uma grande honra carregá-lo no meu coração.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, dizem que tudo começou nas montanhas da Etiópia, por volta do ano 800, quando um pastor observou que suas cabras ficavam agitadas ao comerem os frutos de um arbusto. O pastor provou a fruta vermelha, que parecia uma cereja, e sentiu muito mais energia e disposição para o trabalho. Não demorou para que a notícia se espalhasse pelo mundo árabe, o primeiro povo a

fazer uso do café e a cultivá-lo comercialmente, por volta do século XV.

Ontem, dia 14 de abril, o mundo comemorou o Dia Internacional do Café. É uma data significativa, merecedora de atenção. O café é, atualmente, a bebida mais consumida do mundo, e o Brasil detém os títulos de maior produtor e de segundo consumidor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Inicialmente limitado ao Oriente e consumido como remédio, o café difundiu-se pelo mundo graças aos holandeses e aos franceses, que o plantaram em suas colônias, e aos comerciantes de Veneza, que o introduziram na Europa no século XVII – a época em que passou a ser adotado não como remédio, mas como bebida. Na Itália, o café foi, a princípio, condenado pela Igreja Católica, que proibiu o seu consumo, desconfiada de seus efeitos estimulantes; mas, certo dia, o Papa Clemente VIII experimentou a bebida, gostou e liberou o seu consumo.

Em 1714, o rei Luís XIV, da França, ganhou um pé de café e plantou-o na estufa do Palácio de Versalhes. Cultivado na Ilha de Reunião, no Oceano Índico, chegou a outra possessão francesa, a Guiana, na América do Sul. Aí, surgiu outra história, que pode ou não ser lenda, para explicar a introdução do café no Brasil.

Conta-se que, em 1727, o Sargento-mor português Francisco Mello Palheta foi enviado a Caiena, capital da Guiana Francesa, com a missão de trazer uma muda da planta. Aproximou-se da mulher do governador, fez com que ela se apaixonasse por ele e conseguiu uma muda de café, que trouxe para o Brasil escondida entre plantas ornamentais. Verdade ou não, o fato é que café começou a ser cultivado, naquela época, no Pará.

Depois dessa experiência no Norte, passou pelo Nordeste, até chegar, uns vinte anos depois, ao Rio de Janeiro. As matas da Gávea e da Tijuca viraram grandes cafezais e, de lá, o café se difundiu pelo litoral sul fluminense e chegou a São Paulo. Avançou pelo interior, estendendo-se ao sul de Minas e, algum tempo depois, ao Espírito Santo e ao norte do Paraná.

É indiscutível a importância histórica e econômica do café para o nosso País. Durante muito tempo, ele foi a fonte de quase toda a riqueza produzida no Brasil. No século XIX, o Brasil era responsável por 70% da produção mundial de café.

O dinheiro obtido com a sua exportação fez surgirem milionários, os chamados “barões do café”, financiou a industrialização de São Paulo e de todo o Sudeste brasileiro, a construção de estradas de ferro, a modernização das grandes cidades e a criação de

novos municípios. Esse ciclo só seria interrompido pela crise mundial de 1929, que começou com a quebra da bolsa de Nova York.

Mas isso é passado. Hoje, depois de atravessar muitas turbulências, o Brasil recuperou sua posição no **ranking** dos produtores e consumidores, numa época em que, ironicamente, descobrem-se cada vez mais propriedades medicinais do café. Ele, que tantos séculos atrás, era considerado um medicamento, voltou a sê-lo hoje.

Pesquisas já comprovaram que o café aumenta a capacidade de atenção, de concentração e de formação da memória. Com leite, os efeitos são idênticos e o valor nutritivo aumenta, o que torna o café com leite uma opção indicada para crianças e adolescentes, tanto que apresentei, nesta Casa, projeto de lei prevendo a inclusão do café nos cardápios das escolas beneficiadas por recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A cada dia, são descobertos novos benefícios do café. Pesquisadores já vincularam seu consumo à prevenção de alguns tipos de cânceres e do Mal de Alzheimer, entre outras doenças, além de terem demonstrado que ele é um poderoso agente antioxidante, agindo contra o envelhecimento celular.

O Brasil é responsável por 30% do mercado mundial – conforme eu disse. No ano passado, produzimos 33 milhões e 500 mil sacas, 17 milhões destinadas ao consumo interno. A previsão é de que, este ano, o Brasil consuma 18 milhões de sacas.

O tempo dos barões do café acabou. Hoje, essa safra gigantesca é produto do trabalho de pequenos e médios produtores, que representam 90% do total de cafeicultores no Brasil. No Espírito Santo, a cafeicultura está presente em quase 78% das propriedades rurais e ocupa, direta ou indiretamente, mais de 450 mil pessoas.

É bom notar que o Espírito Santo, com seu território pequeno (apenas 45.000km²), é o segundo maior produtor de café, depois de Minas Gerais, seguido de São Paulo e Paraná.

O território capixaba é o cenário de ambicioso projeto de renovação nos métodos de cultivo de café em todo o mundo. Técnicas avançadas de desenvolvimento de variedades resistentes e de melhor qualidade tornaram o Espírito Santo responsável por 70% da produção nacional da variedade de café chamada robusta, também conhecida como Conilon, além de expressivo produtor de café Arábica de ótima qualidade. A agregação de valor ao produto permite a conquista do mercado internacional. Hoje em dia, vendemos para compradores de cafés de alta qualidade nos países europeus, asiáticos e muito para os Estados Unidos.

Tivemos, portanto, muito a comemorar no Dia Internacional do Café. A lamentar, a ausência de um italiano a quem a indústria mundial do café, especialmente o Brasil, muito devem: o Sr. Ernesto Illy, que nos deixou no início de fevereiro, um dos responsáveis pelo aprimoramento da qualidade do café brasileiro. Sua empresa, sediada em Trieste, é a mais famosa do mundo entre as produtoras de cafés especiais, e com justa razão. No Dia Internacional do Café, Ernesto Illy, um obcecado pela qualidade e que tanto incentivou os produtores, merece a nossa homenagem.

Sr. Presidente, é interessante que, nos Estados Unidos e na Itália, por exemplo, a Illy Café distribuiu, durante o dia de ontem, além de bandeirolas e tal, receitas de como fazer um bom café e folhetos explicando as qualidades medicinais do café. Nos estados Unidos, a Starbucks, uma das maiores distribuidoras de café de qualidade, fez a mesma coisa: receitas de como se fazer um bom café e as qualidades do café. E, no Brasil, que é o maior produtor mundial, não fizemos absolutamente nada. No próximo ano, Sr. Presidente, vamos cuidar para que exportadores, produtores e torrefadores brasileiros, bem como o próprio Governo – por que não? –, aproveitem o Dia Internacional do Café para mostrar as qualidades e as virtudes do café.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que, quando o primeiro ecologista do Brasil, Augusto Ruschi, capixaba e grande ecólogo, foi fazer uma exposição na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, eu era deputado. Ele entrou em conflito com a Assembléia, e os Deputados disseram que ninguém faria perguntas a ele, que falaria e iria embora, sem que ninguém notasse sua presença. Mas eu, muito amigo e fã de Augusto Ruschi, resolvi fazer uma pergunta. Quando ele terminou a exposição, eu perguntei: "Dr. Augusto Ruschi, é verdade que o café estimula a inteligência?". Ele respondeu: "É; e os Deputados precisam tomar muito café". Fez, assim, uma crítica indireta a todos nós.

Muito obrigado, e que nós nos preparemos para fazer um Dia Internacional do Café melhor, no próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever pela Liderança do meu partido, a Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito. Aguardo a comunicação oficial da Liderança.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Já está vindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria de verificar quantos inscritos há na minha frente, porque ainda vou retornar à Comissão, à CI.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O próximo inscrito como orador é o Senador Papaléo Paes. V. Ex^a poderá falar depois do Senador Mão Santa, possivelmente antes da visita da Presidente da Índia. Depois das 15 horas. Pois, certamente, estará presente aqui...

O Senador Geraldo Mesquita é o próximo. Está inscrito em primeiro lugar.

Desculpe-me, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para cumprimentar V. Ex^a pela beleza de pronunciamento que fez, sobre o café. Outro dia, estive, com Heráclito e a Comissão de Relações Exteriores, na Jamaica. Mas eu quero me somar ao belo pronunciamento de V. Ex^a. Há uma pesquisa do Professor Houssay, sobre fisiologia da mente, muito simples, porque o americano é objetivo. Eles pegaram estudantes e, de manhã cedo, davam café para uma turma e, para a outra, não davam. No fim do ano, o aprendizado, a inteligência emocional foi muito maior por parte daqueles que tomavam café pela manhã, antes da aula.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Só a exposição de V. Ex^a valeu mais que meu discurso para promover o café brasileiro.

O Senador Geraldo Mesquita é o próximo orador inscrito. A seguir, o Senador Papaléo Paes.

Por permuta com o Senador Geraldo Mesquita, falará o Senador Papaléo Paes, pelo tempo regimental de dez minutos.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço

ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e cumprimento as Srs. Senadoras.

Sr. Presidente, encerrou-se na sexta-feira, dia 11 de abril, a 46^a Assembléia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizada na acolhedora cidade paulista de Indaiatuba.

Mais uma vez, a CNBB reuniu bispos, cardeais, arcebispos, clérigos em geral, administradores diocesanos, assessores da entidade e convidados especiais para que, juntos, discutissem alguns dos principais problemas que afligem atualmente a sociedade brasileira.

A celebração de abertura da 46^a Assembléia Geral, ocorrida no dia 2 de abril, contou com a participação de centenas de membros da classe eclesiástica e foi conduzida por Dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da CNBB.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como fez em anos anteriores, enviou mensagem ao Presidente da CNBB, na qual exaltou os feitos da entidade e elogiou o caráter concreto, humanitário e cidadão que sempre caracterizou as iniciativas da CNBB ao longo de seus 56 anos de existência.

Sr. Presidente, durante os trabalhos da 46^a Assembléia, os participantes do evento tiveram a oportunidade de refletir sobre uma série de temas da maior relevância para o País.

Embora o objetivo central do encontro fosse discutir e aprovar as novas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil”, a CNBB, como seria de se esperar, não abriu mão de refletir sobre uma ampla gama de assuntos, posicionando-se de maneira clara, firme e muitas vezes corajosa em relação a diversas questões no campo da ética, da religiosidade, da ecologia e da política.

Assim, ao longo da Assembléia, foram discutidos temas como o combate à hipertensão, a liturgia, a Pastoral Afro-Brasileira, a situação dos povos indígenas de Roraima, o aquecimento global e – temas especialmente importantes para nós, parlamentares – as eleições e a corrupção.

Dessas discussões, nasceram artigos marcando a posição da CNBB sobre os assuntos debatidos. São exemplos a nota de apoio aos povos indígenas da terra Raposa Serra do Sol, a nota sobre as eleições e a corrupção e o anúncio de um novo projeto de lei de iniciativa popular para impedir a candidatura de pessoas com antecedentes criminais e de políticos que renunciarem aos mandatos para escapar das punições legais.

Sem prejuízo da grandeza dos demais assuntos tratados na 46^a Assembléia Geral, eu gostaria, nesta oportunidade, de me estender um pouco mais sobre as

discussões travadas pela CNBB sobre as eleições e a corrupção, haja vista serem assuntos que se relacionam diretamente à vida política do País e que, portanto, são de interesse deste Congresso Nacional.

Na manhã do dia 9 de abril, Sr. Presidente, os bispos aprovaram a nota intitulada *Declaração sobre as Eleições Municipais*, na qual lançaram a posição da CNBB sobre o pleito de outubro próximo.

No documento, a CNBB faz um apelo pela ética, não apenas nas eleições, mas em todas as atividades da política. Não obstante, a entidade vê nas eleições um amplo campo de atuação para os cidadãos e as comunidades eclesiásticas. Cito um trecho da declaração:

A tradição da Doutrina Social da Igreja considera a participação na política uma forma elevada de exercício da caridade – uma maneira exigente de viver o compromisso cristão a serviço do próximo.

Em seguida, a Declaração lamenta e condena a “cultura da corrupção” que marca a história da política brasileira. Cito outro trecho marcante do documento:

A corrupção pessoal e estrutural convive com o atual sistema político brasileiro e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades.

É uma afirmação forte, corajosa e, sobretudo, necessária.

Digo isso, Sr. Presidente, com muita convicção.

Colocada assim, de forma tão direta, num documento que transmite a opinião de um colegiado representativo como a CNBB, sentimos que ela corresponde não apenas ao posicionamento da entidade, mas, antes, reflete o sentimento da maioria do povo brasileiro.

Adiante no documento, os bispos manifestam seu apoio à aplicação da Lei nº 9.840, de 1999, que coíbe os crimes de compras de votos e de uso da máquina administrativa, que já ocasionaram a cassação de cerca de 600 pessoas. Lembremos que a iniciativa do projeto que resultou na Lei nº 9.840 surgiu do seio da própria CNBB, mais especificamente em fevereiro de 1997, com o lançamento do projeto “Combatendo a Corrupção Eleitoral” – que, por sua vez, dava continuidade aos trabalhos da Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema havia sido “Fraternidade e Política”.

O documento registra, ainda, o apoio da CNBB a um novo projeto de lei de iniciativa popular, lançado na mesma data, no âmbito da própria 46ª Assembléia Nacional, pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Esse movimento reúne, além da própria CNBB, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Impren-

sa e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), num total de 33 entidades somente em seu Comitê Nacional.

Esse novo projeto – cuja meta é reunir 1,2 milhão de assinaturas – busca impedir a candidatura de pessoas envolvidas em atividades criminosas, ainda que não haja sentença definitiva, além de proibir a candidatura daqueles que renunciaram aos respectivos mandatos para escapar de punições legais.

A Declaração se encerra com o convite à comunidade para realizar debates sobre os programas dos partidos e sobre os perfis dos candidatos, candidatos esses que, para a CNBB, devem apresentar as qualidades imprescindíveis da honestidade, da competência, da transparência e da vontade de servir ao bem comum, comprovada por seu histórico de vida.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a proximidade das eleições municipais, o iminente envolvimento de toda a classe política no pleito de outubro e a crise de credibilidade que atravessa a política brasileira fazem com que as palavras contidas na declaração da CNBB sejam extremamente pertinentes ao momento que vivemos.

Mais uma vez, a CNBB se posiciona de forma contundente e destemida diante de um mal – a corrupção eleitoral – que, há tempos, corrói as bases de nosso sistema político.

O que a CNBB propõe, portanto, é que ataquemos a raiz do problema, minando suas bases, para que, pouco a pouco, purifiquemos nosso sistema político e façamos valer os valores da ética, da honestidade e da transparência.

Diante disso, não há outra atitude a ser tomada por nós, cidadãos de bem do Brasil, além do total e irrestrito apoio a mais esse legítimo pleito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e das entidades que compõem o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua tolerância. Essas são as minhas palavras referentes à 46ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que trouxe um resultado extremamente produtivo e esperançoso ao povo brasileiro e que está relacionado às questões políticas que envolvem os maus políticos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no dia 11 de março deste ano, os juristas Miguel Reale Júnior e René Ariel Dotti publicaram artigo no jornal **Folha de S.Paulo** sobre toda a polêmica recente envolvendo a Lei de Imprensa no Brasil.

Antes de entrar no mérito do artigo, é preciso afirmar, desde já, que o texto, escrito por dois dos mais eminentes pensadores do Direito deste País, já se tornou uma das principais referências nos debates sobre o tema, tendo sido citado em vários outros textos sobre a questão da Lei de Imprensa. Alberto Dines, por exemplo, um dos jornalistas mais experientes do País, chamou o artigo de Dotti e de Reale Júnior de “corajoso – porém solitário”. Dines fez essa observação em seu site, *Observatório da Imprensa*, uma semana após a publicação do artigo dos juristas na *Folha*, e ainda não tinha, portanto, a dimensão nada solitária que ele viria a ter nos dias seguintes, quando foi republicado e debatido em diversos outros veículos de comunicação, sobretudo na Internet.

A tese de Reale Júnior e de Dotti, no artigo que se intitula “Um estatuto da liberdade de imprensa”, é a de que uma lei que trate especificamente da imprensa é benéfica e necessária. Deixar, por exemplo, os crimes cometidos por meio da imprensa serem tratados pelo Código Penal seria um erro, pois as particularidades envolvidas no universo dos meios de comunicação, que são fundamentais em certos tipos de situação, estariam sendo ignoradas.

Somente uma lei específica, segundo os autores, seria capaz de tratar de temas como, por exemplo, a responsabilidade civil e penal dos crimes cometidos por meio da imprensa; o exercício dos direitos de resposta e retificação com aspectos peculiares; os direitos, as garantias e os deveres inerentes à fundação, à administração e ao funcionamento das empresas de jornalismo e de radiodifusão; as concessões, as permissões e as autorizações para os serviços de radiodifusão de som e imagem, além dos casos de suspensão e de cancelamento; a aplicação efetiva das determinações da Constituição Federal sobre a produção e a programação das emissoras de rádio e de televisão, entre outros temas que somente uma lei específica teria capacidade de disciplinar.

Os dois juristas discutem ainda, no artigo referido, outros temas não menos importantes. A Lei de Imprensa, por exemplo, leva em consideração a figura do interesse público, fundamental na questão da liberdade de imprensa, mas inadmissível para o crime comum. Da mesma forma, a peculiaridade de certos

crimes cometidos por intermédio da imprensa, como a injúria, a calúnia e a difamação, são tratados de maneira diversa no âmbito da imprensa. Isso se justifica pelo fato de que um ataque à honra de alguém, lançado pela TV ou pelo rádio, tem alcance muito maior do que se o mesmo ataque fosse desferido em uma sala ou por carta.

Sr. Presidente, a discussão sobre a necessidade ou não de uma Lei de Imprensa é mais importante do que pode parecer a muita gente. Liberdade de imprensa e democracia são dois conceitos que, no mundo moderno, são profunda e intimamente relacionados. E as condições para que haja uma imprensa efetivamente livre requerem, do Estado, a confecção de regras específicas para as diversas peculiaridades envolvidas no universo dos meios de comunicação.

Tanto é assim que, na grande maioria dos países, normas específicas são destinadas a tratar dos crimes cometidos por meio da imprensa. É assim na Espanha, em Portugal, na Itália, na França. Há leis tão antigas como a francesa, surgida em 1881, e, evidentemente, alterada ao longo dos anos; há leis mais modernas, como a portuguesa, de 2007, que alterou o Estatuto do Jornalista de Portugal, de 1999. Na Itália, a primeira lei é de 1948. Nos Estados Unidos, uma série de instâncias regulatórias analisa e julga os casos envolvendo jornalistas e veículos de comunicação.

A idéia, Sr. Presidente, é a de que o Brasil não possui nenhuma particularidade que nos diferencie das demais democracias modernas, no sentido de nos eximir de contar com uma legislação específica para a imprensa. A retirada da Lei de Imprensa de nosso universo jurídico seria um grave erro, pois o Código Penal brasileiro, por melhor que seja, não está equipado para tratar das complexas questões colocadas pelos crimes cometidos por meio da imprensa. Como afirmou René Ariel Dotti, “não se pode pretender que o universo da informação jornalística fique limitado ao campo do Código Penal, pois a liberdade de crítica será prejudicada”.

É com grande atenção, portanto, que acompanhamos, no Supremo Tribunal Federal, a tramitação da ação movida pelo Deputado Miro Teixeira. A decisão preliminar de suspender vinte artigos da atual Lei de Imprensa mostra que os Ministros do Supremo Tribunal Federal não se furtarão a usar os instrumentos de que dispõem para buscar corrigir os aspectos da lei que, em seu julgamento, não mais refletem o estágio atual das relações entre sociedade e imprensa em nosso País.

Sou o primeiro a admitir, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que a Lei de Imprensa brasileira contém dispositivos que refletem a postura que o governo militar tinha pe-

rante os meios de comunicação, mas a pura e simples extinção dessa Lei, sem sua substituição por uma norma alternativa, não resolverá o problema.

Precisamos – isso, sim – de uma norma mais condizente com a maturidade alcançada por nossa democracia. Precisamos de uma Lei de Imprensa que reflita nosso compromisso com a liberdade de expressão, salvaguardada pela Constituição Federal, e que, ao mesmo tempo, também estabeleça as responsabilidades decorrentes da atividade jornalística, as punições para os casos de abuso, entre outras questões.

Não seria má idéia, também, dispormos de uma instância que, no âmbito do poder público, tivesse a atribuição de concentrar os esforços de reflexão a respeito dos meios de comunicação no País. No meu entendimento, o Conselho de Comunicação Social (CCS), como sugerido por Alberto Dines, teria plenas condições de cumprir esse papel. Criado para funcionar como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o CCS anda esquecido, não se reúne, mesmo porque, neste ano, seus membros não foram sequer indicados. Acredito que, se perseverarmos nessa atitude, estaremos perdendo a oportunidade de contar com um espaço qualificado de debate, no qual, tenho certeza, questões da maior relevância seriam colocadas em discussão. Não será fugindo ao enfrentamento dessas questões, muitas delas delicadas, que aperfeiçoaremos a atuação da mídia e as relações entre imprensa, Estado e sociedade civil neste País.

Portanto, Sr. Presidente, apelo às Sr's Senadoras e aos Srs. Senadores que incluam esses temas em suas reflexões. As discussões já foram retomadas na Câmara dos Deputados, e logo, tenho certeza, o debate chegará ao Senado. Tenhamos em mente, acima de tudo, a importância fundamental que uma lei específica para a imprensa tem em praticamente todas as democracias do mundo.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, sem prejuízo da ordem das inscrições.

Em seguida, fará uso da palavra, como Senador inscrito para uma comunicação inadiável, o Senador Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) amanhã. Sempre que o Copom se reúne as preocupações ressurgem no empresariado nacional. Portanto, cautela e equilíbrio deveriam ser as palavras de ordem da reunião do Conselho prevista para amanhã. Tratará da taxa anual de juros que vigorará na economia pelos próximos 45 dias.

O Brasil deve priorizar o investimento acima de tudo e procurar com urgência urgentíssima estabelecer um padrão de eficiência dos gastos públicos. Essas duas prioridades são antídotos naturais para combater os riscos inflacionários. E nós temos que, lastimavelmente, declarar que o Governo brasileiro não vai bem nesses dois itens. Os investimentos públicos são insuficientes, não atendem às exigências do País e, lamentavelmente, não há nenhum controle para os gastos públicos, não há nenhum programa de controle dos gastos públicos que, de forma até avassaladora, crescem ano a ano durante os dois mandatos do Presidente Lula.

Os especialistas em economia são unâimes em afirmar que o aumento da taxa básica de juros da economia, embora possa ser um instrumento válido, não constitui a única opção para prevenir a volta da inflação, sem falar que aumentar juros é um remédio amargo de efeitos colaterais imprevisíveis. Todos reconhecem, e podemos nos reportar a passado recente, que elevar juros reflete em toda a economia e atinge em cheio as contas públicas.

Algumas medidas alternativas são ventiladas por especialistas e representantes do setor produtivo: uma desoneração mais agressiva na tributação sobre investimentos, objetivando estimular a ampliação da capacidade instalada. Seria imprescindível uma melhoria na eficiência dos gastos do Poder Público. Estamos falando de um novo marco: um novo modelo de gestão que se caracterize pela transparência e permita estabelecer metas de desempenho, diminuindo os gastos, eliminando as superposições de ações, os paralelismos, oferecendo resultados concretos à sociedade. Parece-me que, nesse aspecto também, o atual Governo deixa muito a desejar.

Não há transparência – e eu não quero nem mesmo me referir a gastos sigilosos efetuados na clandestinitade, especialmente nos órgãos ligados à Presidência da República com cartões corporativos ou contas tipo B. Não me refiro apenas a isso; faço referência a gastos de modo geral, especialmente despesas correntes que são crescentes no atual Governo e, evidentemente, a gastos com obras. O Governo não adotou nenhuma

medida rigorosa para conter o processo de corrupção na execução de obras públicas pelo Governo Federal. O Tribunal de Contas da União realiza o esforço possível e chega a apresentar relatórios que, com veemência, apontam irregularidades que deveriam estar sendo combatidas pelo Poder Executivo.

Não faz muito tempo, o Tribunal demonstrou que, em 223 obras realizadas sob esta marca, sob esta sinal PAC, apenas 52 ou 53 delas se apresentavam com preços corretos; as demais eram obras superfaturadas. Algumas com irregularidades gravíssimas, que exigiam providências imediatas, inclusive com a recomendação de que recursos não fossem repassados.

Portanto, o Governo não faz essa lição de casa, não propõe transparência nos gastos e, por isso, eles ocorrem de forma irresponsável, com desperdício, carimbando o Governo de perdulário. E, de outro lado, a corrupção continua campeando solta. Como eu disse ontem, há uma passividade em relação a ela. Fica a idéia de que quem governa assimilou a corrupção como algo inevitável; é preciso conviver com ela. Essa é a postura dos atuais governantes do País.

Mas, Sr. Presidente, não é preciso ser economista para constatar que a manutenção da taxa de juros num patamar estratosférico já causou estragos consideráveis tanto à sociedade brasileira como ao nosso setor produtivo.

Não podemos deixar de ressaltar que a Selic, no patamar atual de 11,25% ao ano, constitui uma anomalia, principalmente se observarmos a onda crescente no sentido de reduzir juro existente nas economias mundiais. Para crescer, todos baixam os juros e, até por isso, não só por isso, mas inclusive por isso, todos crescem mais do que o Brasil.

A matriz produtiva brasileira está enferma, possui deficiências estruturais muito graves: juros elevadíssimos, estratosféricos, como disse, carga tributária asfixiante, custos trabalhistas exagerados, leis antiquadas que paralisam e obstruem as relações fiscais e de trabalho, para citar apenas algumas das deformidades.

É sensato mobilizar esforços para manter um severo controle da inflação. Todavia, é saudável eleger outros instrumentos de política econômica para manter a inflação sob controle.

Creio que é falta de criatividade o Governo, em toda oportunidade que há indícios de retorno da inflação, acenar com o aumento das taxas de juros como única alternativa de combatê-la.

Ninguém vai discordar que estimular o investimento e ampliar a capacidade instalada, conjugado ao esforço de melhoria dos gastos públicos, é um caminho que conduz à manutenção da taxa de juros num

patamar aceitável. Sr. Presidente, vamos acompanhar, portanto, a reunião de amanhã do Copom.

Gostaria, nos minutos que me restam, de fazer referência a outra questão também, porque estamos acostumados a analisar o mal depois que ele vem à luz. Não temos tido, no Brasil, a capacidade de prever os males que ocorrem na administração pública até como repetição. Então, é sempre bom alertar o Governo para os seus eventuais descuidos.

Há uma epidemia de dengue no País. É claro que houve falha em várias frentes. Fica fácil apontar as falhas depois que elas ocorreram: vigilância epidemiológica, ações de combate aos focos do mosquito transmissor, sem falar nas deficiências tocantes às campanhas informativas à população e ao tratamento adequado dos doentes.

Ocorre, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o gasto real no combate à dengue, em 2007, foi pífio. O Ministério da Saúde só aplicou um terço dos recursos disponíveis para combater a epidemia. No ano passado, dos R\$37,4 milhões gastos com o combate à dengue, R\$10,5 milhões serviram para quitar débitos de exercícios passados. Portanto, apenas R\$26 milhões foram, de fato, aplicados no controle da transmissão da doença em todo o País.

A falta de recursos orçamentários destinados ao combate das doenças epidemiológicas é preocupante. Agora, estou falando já para o ano de 2008, com antecedência. Dos R\$18 milhões previstos originalmente no Orçamento de 2008, R\$4 milhões já foram cortados pelo Governo. Nós estamos no mês de abril, com uma epidemia de dengue grassando pelo País, e o Governo corta exatamente aí. O Governo cortou já R\$4 milhões dos R\$18 milhões previstos. Portanto, são R\$14 milhões a serem utilizados em 2008. São insuficientes.

Olha, Sr. Presidente, é possível que a população do Rio de Janeiro esteja definindo os governos como criminosos. O Presidente Lula transfere a responsabilidade, como sempre, ao Município, mas o Governo Federal só aplicou 31% do que estava aprovado no Orçamento da União para a prevenção desse mal. O Governo Federal, portanto, é responsável.

Eu não quero usar esta expressão que radicaliza: "governo criminoso". Isso fica bem para as manifestações populares em cartazes que constantemente carregam pelas ruas em demonstração de protesto, reflexo da indignação popular. Creio que aqui não cabe essa expressão. Mas eu sou obrigado a afirmar que o Governo é relapso, que o Governo é irresponsável, que o Governo é incapaz, que o Governo é, portanto, culpado, sim.

O Governo Federal é culpado por essa epidemia de dengue que atingiu o Rio de Janeiro e outras localidades do País e quer reincidente na culpa, porque corta os recursos destinados, no Orçamento de 2008, ao combate a essas doenças epidemiológicas. Isso preocupa, Sr. Presidente.

Claro, Senador Mão Santa, Senador José Agripino, que todos nós, na Oposição, temos o dever de criticar o Governo. Quando os erros do Governo aparecem, não há como não criticá-lo, mas nós temos também o dever de preveni-lo, e é o que estamos fazendo neste exato momento.

Não cabe cortes neste Orçamento. Nesse item do Orçamento não se admitem cortes. O Governo está cortando. Dezoito milhões é pouco, e o Governo corta quatro. O Governo, diante da epidemia que se abateu sobre o País, deveria aumentar os recursos, suplementar esses recursos, e não cortá-los.

Fica feita a advertência, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Em seguida, falará o nobre Líder José Agripino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão; Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, boa tarde.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é um parlamentar muito brilhante. Ontem mesmo, lá pela madrugada, eu estava vendo uma reprise – trabalho eficiente da comunicação do Senado – na qual V. Ex^a advertia este País com relação à corrupção. Estamos banalizando a corrupção.

E eu me lembra do nosso Ulysses, que está encantado no fundo do mar. Em um dos seus pronunciamentos, Geraldo Mesquita, ele dizia que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Nunca dantes eu vi tanto cupim aqui! E V. Ex^a denuncia. E V. Ex^a, com a sua competência, Senador Alvaro Dias, denuncia. É por isso que querem lhe explodir. O que é que você tem com o negócio? Nunca passou no Alvorada, nunca foi no Planalto, não tem nada com negócio de dossiê.

Outro dia, eu falei das belas galinhas que caca-rejavam, e com muito respeito a elas, porque elas caca-rejam e põem o ovo, fazem obra que se vê. Quase o mundo se acaba! Meu companheiro Alvaro Dias, que absurdo! Ô, Zé Agripino, que indecência, que indigni-

dade, que imoralidade! E querem envolver a Polícia Federal!

Essa Polícia Federal não tem nada que ver com esse Governo corrupto. Ô, Zé Agripino, em 1972 nós ganhávamos em Parnaíba – Elias Ximenes do Prado, eu liderando. A ditadura. Eu sofri milhões de acusações, Zé Agripino: de que era subversivo; de que tinha um amigo, de quem eu era compadre, que tinha entrado em tráfico de drogas. A Polícia Federal nunca deixou mexerem no meu nome, Geraldo. Eu me lembro que eu ia saindo lá do INPS, Geraldo Mesquita, aí um delegado dessa Polícia Federal, contra a ditadura – não tem nada a ver com esses aloprados a Polícia Federal –, puxa a carteira, se identifica e diz: “Olha, tem acusações de que você é subversivo”. Em 1972!

É que tínhamos ganhado a eleição da ditadura. Aí, sabem o que ele disse? “Mas, eu já andei por essa cidade: você é um dos melhores cidadãos daqui. Não quero nem lhe constranger. Estou na capitania dos portos...”. Mas para lá era mais difícil, ele tinha era uma missão: “Estou levando os contrabandistas de café. Não quero nem que você vá lá”. Fez um depoimento ali.

Então, essa Polícia Federal sempre existiu e foi muito digna. Não tem nada a ver com essa história. Romeu Tuma é um ícone – muitos antes –, era a estrela, o xerife da Polícia Federal. É uma instituição que temos que preservar.

Senador Alvaro Dias, há pouco eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a. Osmar Dias, eu estava ouvindo o seu irmão – Alvaro Dias é o mais velho, não é? Ele teve coragem, e é por isso que querem acusá-lo. Querem envolvê-lo com esse dossiê, mas ele nunca entrou no Planalto, nunca entrou no Alvorada. Mas ele dizia: “O culpado é o Presidente”. E é. Isso existe, é exigência da Administração, isso é velho, quem estuda sabe. Henri Fayol: unidade de comando e unidade de direção. Nós só temos um Presidente, um comandante.

A dengue. É o povo, que paga imposto, o culpado pela dengue? A corrupção, os aloprados, o cartão corporativo, o dossiê, tudo isso é culpa do povo? Não. Unidade de comando e de direção. Esses são os princípios básicos da Administração. Só tem um comandante, uma direção, é o presidente sim: nós vivemos num regime presidencialista.

Na Itália, ontem, elegeram um Primeiro-Ministro. É diferente. Aqui a unidade de comando e a unidade de direção são do Presidente da República. Ele é que está ciente e deve aplicar os princípios gerais de Administração: planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle, fazer o controle dessas coisas que estão aí.

Eu queria fazer um apelo ao Presidente da República em 1994, eu votei no nosso Presidente Luiz Inácio.

Ontem o Piauí apareceu, José Agripino, no *Jornal Nacional*, mas só suas mazelas. Quer dizer, eles mentem e mentem. Eu tinha lido, na semana anterior, um discurso do Deputado Estadual Roncalli Paulo – ele é até do PSDB –, um discurso bem feito, mostrando que, além das dificuldades que nós temos com essas enchentes, o agricultor enfrenta problemas.

O Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado – é a última fronteira agrícola –, três milhões ao lado do rio Parnaíba.

Muitos sulistas – do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná –, seguindo a tradição de seus avós europeus, vocação agrícola, saíram de lá e foram para o Piauí, onde a terra é mais barata. Em um dia só, Senador João Durval – nós estávamos com saudades suas, muitas saudades –, instalaram-se no Piauí trezentas famílias gaúchas. Para vocês verem! E esse povo foi para trabalhar, mas agora está decepcionado porque não tem estrada. E eles denunciam, colocam as máquinas deles. A Bunge, que eu levei, está lá produzindo os derivados da soja. Acontece que não há estradas. E o Deputado Estadual reclamava disso – eu li aqui, e ontem saiu no *Jornal Nacional*. Tem gente ganhando a vida lá... Os tratores rebocando as carretas atoladas... Eles trabalharam para produzir soja. Era R\$50 a saca, mas, como não tem armazenamento, está sendo vendida por R\$30. Então o homem do campo cada vez fica mais pobre. Essa é a realidade.

Mas nós estamos aqui porque só vemos cacarejar de obra. Eu vim advertir o Presidente da República, Antonio Carlos Valadares. Um general mexicano, no palácio do México, teria escrito assim, João Durval: “Eu prefiro o adversário que me leve a verdade do que um aliado, um puxa-saco, que me leva a mentira e me engana” – o próprio Presidente Luiz Inácio reconheceu e os batizou de aloprados.

Mas vim fazer uma advertência. O Presidente Sarney tinha visão! Quando Presidente, viajou para a China e viu que aquele país estava se desenvolvendo, que ali estava nascendo o desenvolvimento.

Senador José Agripino, V. Ex^a, que é uma das maiores inteligências deste País, não apenas do Congresso, mas de todo o País, sabe que há um livro, **O Mundo é Plano**, do Professor Friedman, que trata da globalização e do desenvolvimento da China e da Índia. E V. Ex^a entende muito bem disso!

O Presidente Sarney viu que estavam começando com umas ZPEs na China.

Olhem o que é o Brasil e o que é este Governo! O Governo tem que dar continuidade às coisas. Este País

tem 508 anos, teve extraordinários governantes desde a época das capitâncias hereditárias, dos governadores-gerais, dos reis, da Princesa, de D. Pedro II.

O Presidente Sarney, no dia 22 de dezembro de 1988, baixou o Decreto nº 97.406 e criou as ZPEs.

A ZPE caracteriza-se como uma área de livre comércio especialmente delimitada, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior. As empresas ali instaladas gozarão de um regime aduaneiro e cambial especial.

Os projetos de criação de ZPE nos Estados e os de instalação de empresas industriais são aprovados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Estado, ou município, interessado na instalação de uma ZPE deverá encaminhar projeto de instalação ao Conselho Nacional das ZPEs.

Cabe ao Estado constituir empresa com finalidade exclusiva de administrar a ZPE e providenciar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório sobre o Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA, além de solicitar à Secretaria da Receita Federal o alfandegamento da área.

Conclusão: das vinte, só uma fez a infra-estrutura, e é lá do Piauí, Parnaíba.

Este Governo fez a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, dando um ano para se instalarem sob pena de perder os benefícios criados há vinte anos. Quer dizer, como a lei é de 20 de julho de 2007, está para se completar um ano, e vão perder.

Cacarejam aí as galinhas, mas está tudo parado, vai abortar. Está aqui o decreto dele, viu José Agripino? Foi assinado no dia 20 de julho de 2007. Em 20 de julho de 2008, já era. Só cacarejamento, propaganda, mentira! E faltam poucos dias, pouco mais de 120 dias. Não fizeram nada, só propaganda! Da minha cidade, Parnaíba... Eu coloquei, José Agripino, todas as minhas emendas, R\$ 17 milhões, para viabilizar o porto iniciado por Epitácio Pessoa.

Fizemos um documento e encaminhamos ao responsável, e ele responde o seguinte – é o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Ivan Ramalho.

Ele diz que o governo municipal da cidade, que é do PT/PTB, e o do Estado não tomaram nenhuma providência. Ele é que diz.

Considerações finais constantes do documento enviado pelo Ministro. Vou resumir só o final do que ele diz:

A zona de processamento de exportação de Parnaíba foi criada pelo Decreto Presidencial nº 97.406, de 22 de dezembro 1988, após

parecer do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, constante do processo nº 004/88, que estabeleceu a sua área em 270,20 hectares, definiu seus limites territoriais e sua localização ao lado da BR-343.

Notamos, na justificativa do requerimento do nobre Senador Mão Santa, a preocupação de se manter a ZPE de Parnaíba no seu próprio local. Até o presente momento não existe no âmbito deste Ministério qualquer pedido de sua relocalização. A nova legislação de regência da matéria estabelece que o ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses [doze meses se completam em 20/7/2008], contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação (lei 11.508/2007).

A análise dos atos necessários à implantação e comprovação do atendimento dos preceitos definidos pela Lei 11.508/07 dependerá da edição de decreto presidencial regulamentador, votação final da medida provisória nº 418, edição de decreto presidencial de recomposição do CZPE e da estruturação de sua secretaria executiva.

ARTHUR PIMENTEL

Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior

Fizeram um cacarejamento louco! ZPE... Fizeram um cacarejamento para dizer que tinha aeroporto internacional. Mentira! Não tem nada de internacional, apenas nós somos preparados.

Fortaleza tem um aeroporto internacional. Todo aeroporto tem um próximo para casos de emergência. Isso sempre foi assim. Fortaleza é uma base aérea importante. Então, esse aeroporto de Parnaíba, numa emergência... Se tiver um temporal, pousa-se em Parnaíba. Aí eles dizem que tem avião internacional... Galinhas cacarejadoras! Podem comprar passagem que eu pago para ir para a Europa... Tem nada! É tudo mentira! Não tem mais nem teco-teco! João Durval, você, que é um homem do Nordeste, sabe disso.

José Agripino, quando eu era menino, saía de Parnaíba – terra de Evandro Lins e Silva e de João Paulo dos Reis Velloso – pelas aeronaves: Aeronorte, Pan-Air – tinha até uma do Pará, que se chamava Paraense Transportes Aéreos, que apelidaram de PTA, Prepara a Tua Alma, porque de vez em quando caia. A gente

saía aprendendo geografia: pousava em Fortaleza, em Natal, em Recife e acabava chegando ao Rio.

Não tem nem teco-teco, e falam de aeroporto internacional! Dizem que, no Piauí, tem outro internacional em São Raimundo Nonato. Olha, só tem julgamento na pista!

E aqui é a ZPE. O próprio Secretário de Comércio Exterior Welber Barral diz que não tem nada feito. ZPE... Cacarejaram!

Mas eu aprendi, lá no Piauí, que mentira tem pernas curtas.

Ontem, o *Jornal Nacional* mostrou as mazelas do Piauí – a gente só aparece assim. Mostrou tratores rebocando, o povo desesperado pela falta de estradas. Então, viemos dizer a Sua Excelência o Presidente da República que acertou quando disse que estava rodeado de aloprados: são eles que o estão enganando e mentindo.

Falo aqui como Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, vos digo...” Em verdade, em verdade, vos digo. A Alemanha tinha um comunicador que se chamava Goebbels – um Duda nosso –, que disse que uma mentira repetida muitas vezes acaba se tornando verdade. É isso o que está acontecendo.

Então, queremos fazer um apelo a Sua Excelência o Presidente da República: veja esses aloprados que o estão enganando. No dia 20 de julho, já era, pela lei, a possibilidade de ZPE na cidade de Parnaíba.

Agradeço a V. Ex^a o prolongamento do tempo.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela liderança do PDT assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito logo após o próximo orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes, porém, pelo critério de alternância, tem a palavra o Senador José Agripino, como Líder do Democratas. O Senador Antonio Carlos Valadares falará,

a seguir, como orador inscrito e, em seguida, o Senador Osmar Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu estava ouvindo o Senador Mão Santa e esperando que S. Ex^a, que se referiu à Parnaíba, falasse sobre o assunto que vou abordar, que, para meu Estado, é tão grave quanto para o Estado dele. Creio que V. Ex^a deve ter as mesmas preocupações que tenho, Senador Mão Santa. Estou falando sobre a seca de empregos que, neste momento, assola o seu Piauí e o meu Rio Grande do Norte.

Senador Alvaro Dias, seca de emprego? O que é isso? É o que estou vendo. Estive no meu Estado. A nossa vida aqui é puxada, cheia de reuniões, cheia de definições, cheia de tomadas de posição, de determinações. É uma vida realmente estressante.

Interrompo meu pronunciamento, Sr. Presidente, para aguardar a chegada da autoridade da Índia que nos visita, com muita honra para todos nós.

Pergunto a V. Ex^a, Sr. Presidente, se devo interromper meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio, Senador Agripino, que seja oportuno que o faça. Depois da solenidade, V. Ex^a retornará à tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, penso que assim é melhor, até porque estamos tendo a honra de receber várias autoridades da Índia, a alta dignitária daquele país-irmão, que é membro do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. É um momento de grande regozijo para o nosso Congresso.

Desse modo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a permissão para interromper meu pronunciamento e para voltar a abordar o assunto da seca de empregos tão logo se encerre esta sessão de homenagem.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs e Srs. Senadores, neste momento, a Presidência interrompe os trabalhos da Casa, nos termos do **caput** do art. 199 do Regimento Interno, para recepcionar Sua Excelência a Sr^a Prathiba Patil, Presidente da Índia.

A Presidência informa que, após atendida essa finalidade, os trabalhos serão retomados.

Vamos ouvir de pé os hinos nacionais da Índia e da República Federativa do Brasil.

(Execução dos hinos nacionais da Índia e da República Federativa do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exm^a Sr^a Prathiba Patil, Presidenta da Índia; Exm^os Srs. Ministros que a acompanham nesta visita ao nosso País; Exm^o Sr. Hardeep Singh Puri, Embaixador da Índia em Brasília; Srs e Srs. Senadores, é com grande satisfação que dou as boas-vindas à Exm^a Sr^a Prathiba Patil, Presidenta da Índia, cuja visita ao Congresso Nacional muito honra esta Casa e bem demonstra a importância conferida pelos dois países ao relacionamento bilateral.

Sr^a Presidenta, sua visita fortalece ainda mais nossas relações, após as históricas visitas do Chefe de Estado brasileiro à Índia, em 2004 e em 2007, e do Primeiro-Ministro indiano a Brasília, em 2006.

Brasil e Índia estão entre as maiores democracias do mundo e são exemplos de convivência harmônica entre as várias culturas e etnias que formam suas sociedades. A formação e a evolução dos Parlamentos brasileiro e indiano são também a história da consolidação da independência política e da democracia nos dois países.

O Congresso Nacional vê, com imensa satisfação, a disposição de V. Ex^a em compartilhar, com os Deputados e com os Senadores aqui presentes, as experiências de um país de tão importante tradição parlamentar e democrática.

Nossa disposição em assumir crescentes responsabilidades internacionais reflete o compromisso com a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e pluralista.

As afinidades entre Brasil e Índia sempre nortearam a convergência de posições defendidas por nossos países em foros multilaterais. Tais afinidades revelam-se, por exemplo, na coordenação de posições para as negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse fórum, a Índia tem-se mostrado parceira fundamental para consolidar a atuação do G-20, em defesa de resultados equilibrados que contemplem as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento.

São também coincidentes as posições defendidas por Brasil e Índia, juntamente com Alemanha e Japão, na esfera do G-4, acerca da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal como existe hoje, o Conselho é incapaz de articular uma visão equilibrada e inclusiva da ordem internacional, que reflita de forma satisfatória as percepções do mundo em desenvolvimento.

Sr^a Presidente, para nós, é fundamental e urgente promover a democratização das estruturas de governança global, e a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) não estará completa enquanto

o Conselho de Segurança não se tornar mais democrático, legítimo e representativo, ao incorporar países de todas as regiões do mundo em desenvolvimento como membros permanentes.

Sr^as e Srs. Parlamentares, essa visão de mundo compartilhada entre Brasil e Índia, que igualmente se pauta pela defesa da multipolaridade e pela promoção da cooperação Sul-Sul, está na origem do surgimento do Fórum IBAS – Índia – Brasil – África do Sul –, que reúne três grandes democracias, de três continentes, influentes em suas regiões, que contam com sociedades multiétnicas.

Esses elementos, Sr^a Presidente, de significativa identidade permitiram a formação de um foro privilegiado para iniciativas de cooperação em diversas áreas, como agricultura, comércio, energia, saúde, ciência e tecnologia, não só entre seus três integrantes, mas também em países das regiões de seus três membros, como Haiti e Guiné Bissau.

Queremos ver essas convergências também refletidas cada vez mais em nossa relação bilateral. Nos últimos anos, impulsionados pelas constantes visitas de alto nível, nossos países vêm aprofundando a cooperação em áreas tais como energia, usos pacíficos da energia nuclear, agricultura, medicamentos e outros.

Sr^a Presidente, em sua recente visita ao Brasil, o Ministro de Relações Exteriores da Índia entrevistou-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, ocasião em que ambos reafirmaram a disposição de reativar o Grupo Parlamentar Brasil-Índia e de incentivar o diálogo entre os Congressos dos dois países.

Sr^a Presidente Prathiba Patil, na qualidade de Presidente do Senado e do Congresso brasileiros, confiro meu apoio entusiasmado a essa proposta, que muito contribuirá para o adensamento de nossa relação parlamentar.

Sr^a Presidenta, uma vez mais, quero agradecer a V. Ex^a a presença nesta Casa, com a certeza de que a mensagem que nos trouxe contribuirá, de maneira extremamente positiva, para o estreitamento das relações entre o Brasil e a Índia e para a maior aproximação dos Legislativos em nossos dois países.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho a honra de conceder a palavra a Sua Excelência a Presidenta da Índia, Sr^a Prathiba Patil.

A SRA. PRATHIBA PATIL – Excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho; Excelentíssimos Membros do Senado; senhoras e senhores, estou profundamente honrada por ter a oportunidade

de me dirigir a esta Casa ilustre que epitoma as aspirações do povo brasileiro. A honra que vocês me concederam é uma manifestação da histórica, calorosa e cordial relação entre nossos países amistosos.

Estou lisonjeada por estar aqui nesta moderna e meticulosamente planejada cidade de Brasília, construída ao redor das plácidas águas do lago Paranoá. Estou impressionada com a arquitetura de sua maravilhosa cidade. O impressionante edifício do Congresso do Brasil é, em si, um marco.

Senhoras e senhores, a Índia é a maior democracia do mundo, com um eleitorado de mais de 670 milhões de pessoas. As raízes da democracia na Índia são firmes, profundas e duradouras. Apesar de tantos desafios que encontramos desde a proclamação de nossa independência, em 1947, o povo da Índia sempre teve uma fé inabalável nos ideais da democracia. A Índia já promoveu 14 eleições gerais desde a sua independência, e cada uma de suas eleições foi seguida por uma transição de governo tranquila. O veredito do povo da Índia sempre foi respeitado.

A experiência democrática da Índia é notável, porque a democracia alcançou as classes menos favorecidas, até mesmo os menores vilarejos. As quase 230 mil instituições governamentais da Índia compreendem cerca de 2,3 milhões de representantes, dos quais quase 1,2 milhão são mulheres. No mundo de hoje, essa é, com certeza, a maior expressão de desejo popular controlando o destino de um país.

A Índia tem orgulho de sua herança democrática e se alimenta diretamente de sua ética cultural de tolerância, de seu respeito por diferentes pontos de vista e de sua aceitação imediata das diversidades. O compromisso da Índia com a democracia está diretamente relacionado com seu compromisso com os valores do pluralismo e do liberalismo. O multiculturalismo está profundamente enraizado na herança e na civilização indianas. Não há precedentes históricos para a escala do experimento social-político de se construir um Estado moderno na Índia. Nossa sucesso dá validade à nossa crença na diversidade, no multiculturalismo e na democracia. O Pai da Nação, Mahatma Ghandi, não tinha dúvidas de que a libertação do governo colonial britânico não significaria nada a não ser que o povo da Índia fosse capacitado com a democracia. A Índia acredita que o ideal democrático é um patrimônio comum à humanidade.

Assim como no Brasil, o maior desafio que a Índia encontra hoje é o desenvolvimento econômico. Ambos os países estão determinados a melhorar as condições de vida de seu povo, e isso somente será possível se

os dois países procurarem se desenvolver de maneira rápida e socialmente inclusiva. No entanto, escolhemos trabalhar em direção a esse objetivo dentro dos parâmetros da democracia. A tarefa de desenvolvimento econômico, nunca uma tarefa fácil, é particularmente desafiadora quando precisa ser feita sob um sistema de governo democrático. No entanto, nosso compromisso com o crescimento econômico, com o desenvolvimento social e com a democracia é firme e resoluto.

Hoje, a Índia é uma economia de um trilhão de dólares, assim como o Brasil, e está crescendo cerca de 9% ao ano. A Índia tem o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) em termos de poder aquisitivo. O setor privativo é confiante, competitivo e ansioso para se integrar mundialmente. A energia empreendedora tem se manifestado em forma de dinamismo em uma variedade de setores da atividade econômica.

Isso tem sido o resultado de constantes esforços de instituições nacionais e regionais, que fornecem os pilares de sustentação para o desenvolvimento econômico. Tem também sido o resultado de reformas econômicas que tem aumentado consideravelmente a competitividade de produtos e de serviços da Índia. Hoje, analistas econômicos concordam que a Índia, assim como o Brasil, tem o potencial de emergir como uma das maiores economias do mundo nas próximas décadas. O fato de que este progresso tem se inspirado na democracia, e, em retorno, tem tornado-a mais forte, é uma realização da qual podemos ficar muito orgulhosos.

As transformações econômicas sem precedentes que estão acontecendo na Índia e no Brasil abrem áreas de grande potencial para a cooperação bilateral. O comércio bilateral cresceu de meros US\$500 milhões em 2000 para US\$3,12 bilhões em 2007. Eu acredito que essa performance impressionante é um indicador de crescimento futuro. Temos agora o objetivo de alcançar US\$10 bilhões em comércio bilateral até 2010, o que parece iminentemente alcançável.

Os fluxos de mercado que estão crescendo entre nossos dois países irão, sem nenhuma sombra de dúvida, receber um incentivo ainda maior com a ratificação e implementação do Acordo de Comércio Preferencial Índia–Mercosul. A Índia espera que o Acordo de Comércio Preferencial, que foi assinado durante a visita do Presidente Lula à Índia em 2004, seja em breve ratificado por esta augusta Casa. O proposto alargamento e aprofundamento do ACP e sua prevista expansão para um Acordo de Livre Comércio Índia–Mercosul–SACU capacitarão nossas comunidades de negócios a forjar maiores e mais fortes conexões econômicas.

O perceptível aumento nos fluxos de investimentos entre os nossos dois países respeitam os florescentes laços de comércio. Enquanto o Brasil tem a presença de companhias indianas como a Tata Consultancy Services, Satyam Computers, Ranbaxy and Cellofarm, que estão gerando empregos para milhares de brasileiros, a Índia é lar para várias empresas brasileiras, como a Marcopolo e a Stefanini. A ONGC Videsh Limited e a Petrobrás têm uma aliança ativa bilateral. Felizmente, o interesse da Índia em setores como açúcar, etanol, ferro e ferrovias no Brasil é espelhado pelo interesse brasileiro em aviação, no processamento de alimentos e nos setores de infra-estrutura da Índia.

Senhoras e Senhores, a parceria estratégica multilateral entre a Índia e o Brasil está construída sobre uma arquitetura institucional forte, cujos tijolos são os 37 acordos assinados nos últimos quatro anos. Esses acordos cobrem uma vasta multidão de áreas, incluindo defesa, espaço, ciência e tecnologia, comércio, indústria, agricultura, turismo e cultura. Estes serão ainda mais aprofundados e diversificados quando assinarmos os acordos adicionais amanhã. Nossos governos podem ficar satisfeitos com o fato de que eles criaram um ambiente propício para nossos laços bilaterais florescerem e prosperarem.

Estou convencida de que as novas dinâmicas da relação entre Índia e o Brasil indicam favoravelmente a prosperidade e o bem-estar dos nossos povos. Entretanto, é importante fazer esforços conscientes para uni-los. A distância geográfica precisa ser superada através da melhora das conexões aéreas. Para tal, é preciso que os principais operadores do setor de Aviação Civil, tanto públicos quanto privados, na Índia e no Brasil, tomem as iniciativas necessárias. O fluxo turístico entre os dois países deve ser encorajado, assim como intercâmbios entre estudantes, comunidades acadêmicas e intelectuais. Também precisamos construir pontes culturais entre nossos povos para que o déficit de informação existente entre nossos dois países possa ser superado. Os dois governos já resolveram organizar festivais culturais de forma recíproca mais tarde este ano. Nossa parceria deve evoluir de uma simples parceria entre governos para uma parceria entre povos.

Acredito que nossa parceria estratégica está fundamentada na convergência de visões mundiais e em visões compartilhadas sobre um mundo novo e multipolar. Temos coordenado de perto nossas posições nos fóruns multilaterais e estamos trabalhando juntos dentro do quadro do G-4 para conseguir nossa merecida e já há bastante tempo postergada posição permanente no Conselho de Segurança da ONU. Nossos interesses

mútuos fornecem uma base sólida para o crescimento de uma parceira que servirá para atingir a tarefa global de obter uma paz mundial segura, próspera e estável.

Mahatma Ghandi disse: "Democracia deve, em essência, significar (...) o bem de todos". A essência da filosofia política de Ghandi, então, é a de fortalecimento de cada indivíduo. Tanto a Índia quanto o Brasil estão lutando uma batalha histórica pelo fortalecimento de seus cidadãos, independentemente de classe, credo e comunidade. Nossa democracia tem o objetivo de proteger a dignidade e o respeito de nossos cidadãos, assegurando-lhes uma vida próspera e feliz. Ambos os nossos países estão determinados a obter sucesso nessa tarefa vital, na qual nossos Parlamentos têm um papel crucial a desempenhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço às autoridades aqui presentes ou representadas. Agradeço, sobretudo, a presença e a palavra de S. Ex^a a Presidenta da Índia, Sr^a Prathiba Patil.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para os cumprimentos à Sr^a Presidenta.

*(Suspensa às 15 horas e 52 minutos, nos termos do **caput** do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a sessão é reaberta às 15 horas e 59 minutos.)*

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra, o Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas. O Senador Agripino retoma o seu discurso, já que foi interrompido para o início das homenagens à Presidente da Índia.

Com a palavra, o Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, retomo do ponto em que interrompi meu pronunciamento para receber S. Ex^a a Presidenta eleita e empossada da Índia, que muito nos honrou com sua presença.

Eu falava, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sobre a seca de empregos, que pode parecer paradoxal, porque estamos vivendo, neste momento, no meu Estado, no Piauí, no Maranhão, no Ceará, na Paraíba e creio que em Pernambuco, cheias semelhantes às ocorridas em 1985. Como venho falar aqui de seca de empregos?

Estive, Presidente Alvaro Dias, no fim de semana de dez dias atrás, no Vale do Açu. Estive em Açu, em Ipanguaçu e me reuni com os prefeitos de todos os Municípios: de Macau – não de Pendências, porque a Prefeita não se pôde fazer presente –, de Alto do Rodrigues, de Ipanguaçu, de Açu, de Carnaubais, o ex-Prefeito de Itajá. Ouvi atentamente e vi com atenção o destroço provocado pelas águas.

Já tive oportunidade de falar aqui sobre a inundação dos campos de manga e das culturas de banana – e o Rio Grande do Norte é hoje um dos maiores produtores e exportadores de banana do Brasil; a destruição dos parques de criação de camarão em cativeiro; e a destruição de boa parcela do parque salineiro do Rio Grande do Norte, principalmente o que fica no estuário do rio Açu.

Nesse sábado passado, três dias atrás, estive no Vale do Apodi. Estive em Apodi, estive em Felipe Guerra e passei por Mossoró, que, quando fui governador, em 1985, sofreu uma cheia inédita. Eu era governador, transferi o governo para Mossoró e tive a oportunidade de passar o mês inteiro com o comando das ações do governo do Estado lá em Mossoró. Trouxe, naquela época, já se vão 20 anos, os helicópteros da região todos para poder salvar vidas. Houve até parturiente que deu à luz no helicóptero entre uma cidade e outra. Cenas incríveis que nunca esqueci.

Fui agora a Apodi, e quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é importantíssimo ir e ver para crer, porque ouvir falar sem conversar com as pessoas e sem ver, nem você se sensibiliza, nem você se move no rumo da tomada de providências.

Estive na sede do sindicato rural, no sábado, por volta das 13 horas, com famílias desabrigadas, e tive oportunidade de conversar com uma família muito humilde que mora na comunidade Cipó. A Senadora Rosalba, que chega agora ao plenário, estava comigo e ouviu o depoimento. Na comunidade Cipó, aquela família tem um pedacinho de terra de onde tira o sustento. Aí é onde entra a seca de emprego. Ela tira o sustento de um pequeno pedaço de terra, onde ela tinha uma casa que está rachada, arrebentada, um poço que está entupido, porque a água entupiu; tinha energia elétrica, que faltou porque os postes caíram; a terra era cercada com cercas que caíram, porque a força das águas destruiu; tinha uma semente de gado, que não sei se tem mais; e tinha uma cultura de macaxeira, de milho e de feijão, que a água levou.

Fiquei imaginando, Senador Geraldo Mesquita, porque, como fui governador, vivi os pedidos do pequeno proprietário que solicitava a perfuração do poço – são

muitos pedidos –, e a perfuração do poço dá trabalho e é preciso ordenar recursos; que pedia energia elétrica, fundamental para que tenha a forrageirazinha, tenha o mínimo de condições para se desenvolver. Como custou sacrifício para aquela energia chegar ali! A cerca, que seguramente fez com algum tipo de empréstimo; o gadinho, que ele comprou com um sobreesforço monumental; e a cultura, que certamente ele fez arranjando hora de trator com a prefeitura, conseguindo cimento sei lá onde. E tudo foi embora. Sabe o que está acontecendo agora? Além de estar desabrigado – me disse que não voltava para casa e já tinha perdido até a televisão, que estava na cobertura da casa e os ladrões levaram –, está agora com o banco executando a dívida que tinha e que estava vencendo. Pode? O banco está executando aquela família, que não tem para quem apelar. E aí é o ponto: não tem para quem apelar.

Senador Geraldo Mesquita, Senadora Ideli Salvatti, preste atenção ao que vou dizer, porque é importante – V. Ex^a que é Líder do PT: até agora, não foi ao meu Estado uma única autoridade do Governo. Todo dia a gente vê pela televisão as imagens das cheias no Piauí, no Maranhão, no Rio Grande do Norte; vê os empregos perdidos nas culturas de manga, de camarão, de banana, e não se vê uma autoridade da República, um ministro, um secretário-executivo, ninguém.

Quando fui governador, recebi ministros e ministros, autoridades e funcionários, um atrás do outro, porque eu pedia, eu exigia e eles iam lá.

Sua Excelência o Presidente Lula esteve já em Apodi, no lançamento de um programa festivo. Foi lá, com o avião da Presidência, fez as despesas normais de um deslocamento. Eu não entendo como Sua Excelência já não foi ao Nordeste para ver as cheias! Não entendo. Não cabe na minha cabeça, porque é uma calamidade. As pessoas estão desesperadas.

Eu pedi, Presidente Alvaro, aos prefeitos da região... Eu não sou Poder Executivo, tenho apenas um mandato legislativo, mas que dá autoridade para, como estou aqui agora falando, continuar falando para que as providências que se impõem, de recuperação de estradas, de açudes arrombados, de cercas, se façam, mas que a atividade produtiva prejudicada seja objeto de uma ação de governo. Eu não entendo...

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senador Agripino, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Claro!

Eu não entendo como as autoridades que iam antes não vão mais. Eu não entendo. Não cabe na minha cabeça. Eu não aceito. É como se aquilo fosse terra de ninguém. É como se aquilo fosse, Senadora

Rosalba, terra de ninguém. E ficamos entregues à própria sorte?

Ouço, com muito prazer, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senador Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Eu queria apartear V. Ex^a exatamente para acostar-me à palavra de V. Ex^a em razão do meu Estado da Paraíba. A Paraíba está sofrendo a mesma coisa que o nosso vizinho Estado do Rio Grande do Norte. Inclusive, muita água que corre para o Rio Grande do Norte já cruza o Estado...

(Interrupção do som)

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – ... cidade de Aparecida, sendo interrompido o seu acesso à capital do Estado e também ao interior. Então, nós precisamos, urgentemente, de recursos e de condições para que não só o Rio Grande do Norte, mas também a Paraíba, saiam desse grande prejuízo pelo qual passamos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, ouço reconfortado esse depoimento de V. Ex^a, porque é importante que as pessoas aqui saibam que aquilo que está acontecendo no meu Estado, e que eu dizia que seguramente estaria acontecendo no Maranhão, no Piauí, no Ceará, seja confirmado por V. Ex^a, que é Senador da Paraíba, e que demonstra claramente... E V. Ex^a, que é um político experimentado, sabe que em outras intempéries – seca ou enchente – as autoridades sempre aparecem para levar uma palavra de conforto, tomar compromisso e ver para crer. Porque é importante você ver para crer.

Senador João Durval, V. Ex^a foi governador quando eu fui governador. V. Ex^a sabe que uma coisa é você ouvir dizer e outra coisa é você ver, conversar com as pessoas e voltar de bateria recarregada, sensibilizado pelo sofrimento daqueles que são seus irmãos e que estão passando necessidade, de quem você ouviu as dificuldades, para você, aí com determinação, ir buscar a solução. Por que as autoridades não vão lá para sentir, como eu senti, a necessidade, e tomarem iniciativas que podem tomar e devem tomar?

Ouço, com prazer, a Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Agripino, estávamos no Vale do Apodi, como já estivemos no Vale do Açu, vendo toda aquela devastação. E, agora que as águas estão baixando, essa nossa segunda visita lá no Vale do Apodi, na cidade de Felipe Guerra e na cidade

do Apodi, nos deu uma dimensão dos estragos que estão ficando. O senhor está aí falando da questão das dívidas de pequenos proprietários que estão sendo executados. Não são grandes proprietários naquela região, Senador; são cerca de mil pequenos produtores que estão sendo executados sem dó nem piedade. Ora, quem já perdeu tudo, como pode pagar uma dívida? Ouvimos – e V. Ex^a estava presente –, no Sindicato da Lavoura, em Apodi, o próprio presidente do sindicato e os demais membros que ali estavam falando sobre as execuções. Diziam, com a ousadia da esperança do nordestino, que o que eles queriam não era passar calote, não, porque o nordestino, o homem do campo, o pequeno é um homem direito. Eles querem pagar as suas dívidas. Mas, agora, é impossível, numa situação dessas, sem ter tido a safra, perdendo tudo como perderam. Era a hora de o Governo suspender, sim, as execuções imediatamente. Não repactuar, mas perdoar as dívidas dos pequenos e médios, que estão sem condições de se recuperar, e apresentar um programa rápido, enérgico, de recuperação. Quando falei na esperança foi porque ouvi do presidente do sindicato, que dizia: "Se tivéssemos como recuperar, poderíamos plantar novamente e, baixando as águas como estão baixando, teríamos ainda produção este ano". Então, vejam a vontade de trabalhar: eles perderam tudo, mas não perderam a esperança e a força de trabalho. E a insensibilidade do Governo é grande. Ontem, estive no Ministério da Fazenda, numa reunião da bancada nordestina, em que se discutiam dívidas, as dívidas agrícolas, e senti a insensibilidade dos tecnocratas, que não sabem o que está passando o homem do campo, porque...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente: porque não foram lá, como nós fomos, sentir na pele a dor do nosso povo. Era isso o que queria lhe dizer, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senadora Rosalba. Estivemos juntos lá, e V. Ex^a fala com o sentimento que é próprio daqueles que vão, que sentem, que se sensibilizam e que se movem. Por isso é que reputo importante que, assim como nós fomos... Fomos a Felipe Guerra e encontramos lá o Prefeito Braz, o ex-Prefeito Hugo, os correligionários do nosso partido; conversamos com as pessoas do povo; fomos até o Brejo, vimos a inundação, vimos o rio Mossoró transbordado, conversamos com as pessoas e sentimos a aflição. Depois, fomos a Apodi, fomos à sede do sindicato rural, assistimos lá à eleição do novo presidente, conversamos com o Prefeito Pinheiro, com a Vice-Prefeita Gorete, com os nossos companheiros de

partido. Eram pessoas de diversos partidos, que nos apóiam, que não nos apóiam, mas que estavam lá, autoridades ou não, falando e procurando transmitir o sentimento local, que é de aflição, é de angústia, é de falta de perspectiva no futuro. Tenho certeza de que a nossa presença ajudou, com certeza, pelo menos por um lapso de tempo, no equilíbrio.

Importante seria que o Presidente da República, que esteve em Apodi, voltasse lá ou mandasse o Ministro da Integração ou alguém para ver para crer, para tomar providências. Senão, a insensibilidade dos que estão em Brasília vai determinar que as contas do pequeno agricultor – são mais de mil pequenos proprietários no Vale do Apodi, como aquele com quem eu conversei, aquele do Cipó, que está devendo no banco e que está com a sua conta sendo executada – se multipliquem.

Era o mínimo que o Governo tinha de fazer: suspender as execuções. Suspender. Parar isso para não matar as pessoas de susto. Não têm como pagar. Pagar com o quê?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Até a televisão que tinha, que estava na cumeeira da casa, levaram... Vão pagar com o quê?

Então, é preciso que as pessoas se movam; vão lá! Que não fiquem falando: "Ah, Bolsa-Família...", "Ah, a gente dá de comer aos pobres..." Os pobres estão precisando de solidariedade agora. São milhares, são mais de 500 mil no Maranhão, no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. Estão precisando mesmo, estão em extrema aflição, estão em carga de estresse completo, Senador Romeu Tuma.

É preciso ir lá para ver, para crer, e eu vou ficar falando aqui. Depois que os relatórios chegarem a Brasília, eu vou ficar cobrando as soluções. Até, se não quiserem, não vão. Agora, vão ter de mandar. Já foi anunciada a medida provisória com os valores: R\$ 613 milhões – não sei se vão ser suficientes. A aprovação dessa MP vai contar com a nossa absoluta solidariedade e com o nosso esforço, mas os recursos vão ter que chegar, as soluções dos problemas vão ter que chegar. E a solução passa por remover o produto da seca dos empregos. Essa cheia acabou com milhares de empregos no meu Estado. Não basta recuperar estrada, casa, cerca, poço etc. É preciso tomar conta da atividade produtiva, que garanta o sustento das pessoas, e é preciso ver para crer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador José Agripino.

Com a palavra, para uma breve comunicação, a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a terá 5 minutos para seu discurso.

Depois, Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, como Líder, Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós teremos em seguida uma reunião com os Líderes e o Presidente do Senado. Eu espero que, nesta reunião, tomemos alguma posição frente ao fato lamentável ocorrido mais uma vez na Comissão de Infra-Estrutura, na qual foram aprovados requerimentos absolutamente contrários ao Regimento desta Casa. E, numa afronta não só ao Regimento, mas também ao coletivo da Comissão, o Presidente foi interpelado e não acatou o recurso; não acatou inclusive que a própria Comissão deliberasse de forma efetiva sobre matéria da sua pertinência.

Mas venho à tribuna nesta tarde porque, hoje pela manhã, acompanhei a abertura da XI Marcha dos Prefeitos, Senador João Pedro, extremamente concorrida, com a participação de milhares de Prefeitos de todo o nosso País. É a XI Marcha e é a sexta vez – desde que está, portanto, na Presidência da República – que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparece à abertura da Marcha, não só na condição de Presidente da República, mas com todo seu Ministério, colocando o Governo absolutamente à disposição, para que os assuntos municipalistas, as reivindicações dos nossos mais de cinco mil Municípios possam ser tratadas com cada uma das áreas do Governo e para que nós possamos continuar tendo avanços e benefícios para a nossa população, que, como diz o próprio Presidente, é atendida no Município – mora, trabalha, estuda no Município. Portanto, é lá que as políticas têm de se desenvolver, é lá que as parcerias entre o Governo Federal e os governos municipais têm de ter concretude, para que o benefício à população se realize.

Na fala do Presidente, houve uma chamada contundente, para que, nas próximas marchas, haja participação efetiva dos Governadores, não só a presença de todo o Governo Federal, mas a participação de todos os Governadores, porque contribui para uma maior eficiência na instrumentalização e na operacionalização das políticas públicas essa parceria harmoniosa entre os três entes federados, Governo Federal, governo estadual e governo municipal.

Portanto, a palavra do Presidente foi muito firme, muito contundente nesses termos. Espero que tenhamos capacidade política, sim, de construir para a XII

Marcha no próximo ano essa parceria muito eficiente entre União, Estados e Municípios.

Gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo. Pena que o Senador Arthur Virgílio não se encontre no plenário. Fizemos um acordo, mas infelizmente ainda não tivemos a concretização do acordo. Em 22 de maio do ano passado, apresentei um projeto que mexe com a questão do ISS, importante fonte arrecadatória dos Municípios e que, no caso, do **leasing**, tem uma distorção brutal.

No caso de **leasing** de veículos, por exemplo, o recolhimento do ISS não se dá para a prefeitura do município onde é feita a operação, Senador Agripino. Não! É feita onde? No município que o banco escolhe – e ele escolhe a dedo qual é o município que tem menor valor de ISS –, e normalmente concentra isso no município onde o banco tem a sua principal sede. Portanto, o município onde é realizada operação não tem o benefício.

Nós estamos apresentando projeto para modificar isso e fazer com que o ISS seja cobrado de outra forma, até indo ao encontro do espírito da reforma tributária, que é o da cobrança do imposto se dar no destino e não na origem. A intenção é beneficiar milhares de municípios e não apenas alguns – não chega a uma dúzia, efetivamente, o número de municípios que são beneficiados com esse procedimento.

Nós apresentamos o projeto. O Senador Osmar Dias é o relator e preparou um belo relatório, inclusive com emendas, aperfeiçoando-o. O projeto está na CAE. O Senador Arthur Virgílio, no mês de outubro do ano passado, apresentou um requerimento para ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E parou tudo, Senador Tuma, como não pode ser diferente quando há requerimento. Desde outubro, o requerimento está aqui para ser apreciado. Então, não anda na CCJ, na CAE nem no plenário.

Essa é uma matéria importantíssima que nós poderíamos estar debatendo ou, quem sabe, até aprovando durante esta 11^a Marcha dos Prefeitos no Senado. Infelizmente, não vamos poder fazê-lo.

Nós fizemos um acordo, eu e o Senador Arthur Virgílio, para ele retirar o requerimento e nós podemos fazer uma audiência pública na CAE. Há, inclusive, abertura para fazermos uma negociação: se está muito alta a alíquota do ISS, se há algum aperfeiçoamento a ser feito. E fundamental que isso...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente. Já vou concluir.

Portanto, eu quero, até em homenagem à 11ª Marcha dos Prefeitos, que o Senador Arthur Virgílio cumpra o acordo que fez, o acordo que nós fizemos de viva voz aqui no plenário. Que ele efetivamente retire o requerimento para a apreciação.

Não vejo nenhum problema se o projeto tiver de ir à CCJ após a audiência pública, depois dos esclarecimentos, com a participação da Febraban, da Confederação Nacional dos Municípios, da Associação dos Prefeitos de Capitais. Se nós chegarmos à conclusão de que é fundamental, imprescindível ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nós o faremos, mas a matéria é econômica e, efetivamente, vai trazer benefícios para milhares de municípios.

Vejo aqui o Senador ACM Júnior concordando. Acho que todos aqueles que têm vinculação com o movimento municipalista já perceberam que é uma grande fonte de arrecadação que acaba se perdendo, não indo para todos ou para a grande maioria dos municípios, mas apenas para alguns.

Inclusive, estava na pauta de hoje do Supremo Tribunal Federal uma ação do Município de Itajaí na qual se recorre para que, efetivamente, o recolhimento do ISS referente ao **leasing** ali feito seja feito aos cofres desse município. Infelizmente foi retirado de pauta, não houve o julgamento.

É muito importante que possamos, enquanto Senado da República, apreciar a matéria, Senador Romeu Tuma. Tenho certeza de que, com os ajustes que poderemos fazer aqui para chegar a uma alíquota adequada e a um controle adequado, poderá ser beneficiada a maioria dos municípios e não apenas meia dúzia de municípios que os bancos escolhem muito adequadamente para ter a menor tributação. Isso beneficia bem poucas prefeituras e bem poucos brasileiros em todo o País.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (DEM – RN) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero – e faço isso com muita tristeza – encaminhar à Mesa, o que já fiz, um requerimento pedindo inserção em Ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Vice-Governador e ex-Ministro da Educação Eraldo Tinoco, que faleceu na madrugada de hoje. Assinam o requerimento: eu,

como Líder dos Democratas, e o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Quero dizer a V. Ex^a que esse é um assunto que a nós, Democratas, choca profundamente. Ele deixa uma lacuna nos quadros políticos do partido, especialmente do Estado da Bahia, onde a vida toda foi militante do partido. Teve uma vida pública marcada pela seriedade, pela coerência, pela fidelidade partidária.

Eu estive na Bahia, numa festividade do Deputado ACM Neto há dez dias, e fui recebido no aeroporto por ele, Eraldo. Estava cheio de vida, tinha superado um problema de câncer. Foi vitimado por infecção generalizada de forma surpreendente.

De modo que eu quero apresentar este requerimento, manifestar de público, em nome do meu partido, as minhas sentidas condolências à família, ao partido e ao Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

A Presidência recebe o requerimento assinado pelo Senador José Agripino e pelo Senador Arthur Virgílio e também o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior e do Senador César Borges.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 429, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-vice-governador da Bahia, Eraldo Tinoco de Melo:

- a)** inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b)** apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas – Senador **Arthur Vigílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 430, DE 2008**(REQUERIMENTO N° 7, DE 2008 – CCJ)**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto

das seguintes proposições: PLS nº 96, de 2008; PLS nº 503, de 2003; PLS nº 98, de 2002; e, PLS nº 60, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Sibá Machado** – Senador **Flexa Ribeiro**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Requerimento de tramitação em conjunto
PROPOSIÇÃO: Nº _____ DE _____

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/104/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>lurton bento</i>
-------------	---------------------

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²

SERYS SHLESSARENKO	1.JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>(AUTOR)</i>	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3.CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4.MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6.JOSÉ NERY (PSOL) ³

PMDB

JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)

ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGripino
KÁTIA ABREU	4.ALVÁRIO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>(AUTOR)</i>	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO

PTB⁵

EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
--------------------	------------------------

PDT

JEFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS
-----------------	--------------

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior e, depois, ao Senador Mário Couto.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje o Democratas está de luto pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Vice-Governador, ex-Ministro e ex-Secretário de Estado da Bahia Eraldo Tinoco Melo, que foi um político atuante, leal, honesto, com grande espírito público. Ele, que pertenceu a este Congresso durante cinco legislaturas, vai nos fazer muita falta.

Nós aqui, da Bahia, estamos entristecidos, porém fazendo as homenagens devidas a esse grande baiano, a esse grande político. Portanto, estamos apresentando, juntamente com o Senador César Borges, requerimento de voto de pesar pelo passamento do nosso grande amigo Eraldo Tinoco Melo e solicitando que isso seja comunicado à família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 431, DE 200

Requeremos, nos termos regimentais, seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, neste 15 de abril de 2008, do baiano, ex-Deputado Federal e ex-Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco.

Justificação

A Bahia amanheceu de luto: aos 64 anos, faleceu na madrugada desta terça-feira (15), o ex-Deputado Federal Eraldo Tinoco.

Natural de Ipiaú, na região sul do estado, Eraldo Tinoco, que era formado em administração pública, foi deputado federal por quatro vezes, além de vice-governador na gestão Paulo Souto. Eraldo Tinoco também ocupou os cargos de secretário de transportes, de educação e de comunicação do estado e foi ministro da educação no governo Fernando Collor.

Tinoco foi um homem público exemplar, que prestou serviços ao Brasil e à Bahia em todos os cargos

que ocupou, no âmbito federal, estadual, no Poder Executivo e no Legislativo.

Por tudo isso, o Senado Federal manifesta seu pesar e apresenta condolências ao Governo do Estado da Bahia e à família enlutada.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Antônio Carlos Junior** – Senador **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 432, DE 2008

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro voto de louvor a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, por seu cinquentenário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

REQUERIMENTO N° 433, DE 2008

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro voto de louvor aos 175 anos de Emancipação Política da cidade de ACARI, município do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos de louvor solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

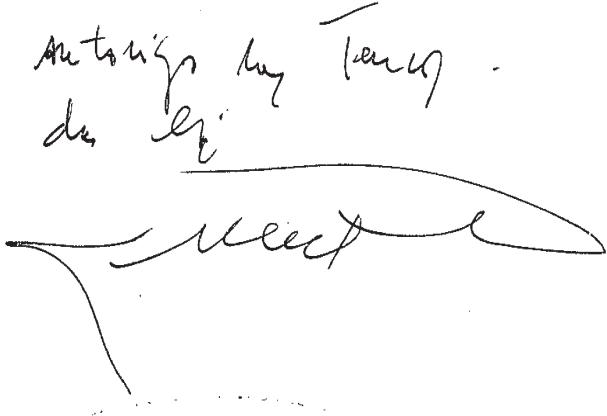
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 434, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, no “Amazon Private Meeting” que terá lugar na Clarence House, em Londres, Inglaterra. O convite do evento encontra-se anexo.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 25 a 30 de abril do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 435, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, do RISF, a retirada de Emenda oferecida ao PLC nº 123, de 2006, que “Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agronomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência deferiu o requerimento lido, nos termos do art. 256, § 2º, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2006, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N°436, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações acerca dos critérios de eleição de presidentes de tribunais.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações, em entrevista à imprensa, acerca de critérios de eleição de presidentes de tribunais.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Dr. Pascarelli e ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Justificação

Empossado na semana passada no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas, o Dr. Flávio Pacarelli, que era Juiz de Direito desde 1984, defendeu, em entrevista à imprensa amazonense, novos critérios para a eleição de presidentes de tribunais. A seu ver, o dirigente do TJ-AM deveria ser escolhido pelo voto, por todos os magistrados, juízes e desembargadores. O ilustre Magistrado é reconhecido no meu Estado pela sua experiência e lucidez, pelo que faz jus a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 437, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao massagista de equipes de futebol Raimundo dos Santos, de Manaus, um exemplo de vida e de dedicação, com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao massagista profissional Raimundo dos Santos, exemplo de vida dedicada ao esporte no Amazonas, com 50 anos de bons serviços prestados às agremiações do estado.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte no Amazonas, o massagista profissional Raimundo dos Santos é exemplo de vida e de dedicação. Atualmente vinculado ao Libermorro/Atletas de Cristo,

Mundinho, como é carinhosamente chamado, viveu a época de ouro do futebol amazonense, passando por muitos dos clubes do estado. Ele faz **jus** a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 438, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Confederação Nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à

Confederação Nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção da entidade.

Justificação

Pela 11^a vez, os municípios do Brasil vêm a Brasília, num movimento reivindicatório ordeiro e de cidadania, para a defesa dos interesses das nossas populações interioranas. A iniciativa, meritória, é da Confederação Nacional dos Municípios e, em sua pauta de reivindicações, constam pontos a serem debatidos para uma nova visão acerca do chamado Pacto Federativo. Por mais esse esforço, estão de parabéns os prefeitos e vereadores de todo o Brasil, pelo que requeiro ao Senado este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 439, DE 2008

Solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade, seja solicitada ao Ministro de Estado da Integração Nacional, as seguintes informações:

1) relação dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação destinados ao Estado de Tocantins: **a**) Projeto de Fruticultura Irrigada de São João, no Município de Porto Nacional; **b**) Projeto de Irrigação Sampaio;

2) plano de trabalho com cronograma financeiro e de execução dos projetos de irrigação supracitados;

3) como será feita a seleção para ocupação dos lotes, qual a forma e quem fará essa seleção, OBSERVANDO estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade.

Justificação

É dever do Congresso Nacional fiscalizar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, a aplicação dos recursos da União, zelando pela correta utilização do dinheiro público.

O requerimento de informações ora proposto visa, dessa forma, a obter esclarecimentos sobre a destinação de verbas públicas para os Projetos de Irrigação nos municípios de Sampaio e Porto Nacional.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – **Kátia Abreu**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome, com certeza, de todos os membros do PSDB, quero me juntar a todos aqueles que transmitem seu voto de pesar à família do nosso querido amigo, colega, grande polí-

tico, homem de grande espírito público Eraldo Tinoco por seu passamento.

Foi um político que fez uma carreira brilhante defendendo o Estado da Bahia, onde foi Secretário de Estado, exercendo sempre com proficiência e qualidade de seu mandato e os cargos que ocupou.

Em nome do PSDB, queremos nos juntar a todos aqueles baianos, não-baianos, amigos e familiares por seu passamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Mesa fará cumprir a solicitação de V. Ex^a

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Ex^a se é possível me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os três inscritos para comunicações inadiáveis já falam. Por isso, sugiro a V. Ex^a que procure falar como Líder ou pela Minoría.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Alvaro Dias, eu estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas falei como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a falou como orador inscrito?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Foi. Por isso, cedo minha vez para o grande Senador do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Mão Santa, a Assessoria me informa que V. Ex^a falou como...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Como orador inscrito para breve comunicação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, cedo a comunicação inadiável ao nosso grande Senador pelo Pará Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior estava na Presidência dos trabalhos e concedeu a palavra a V. Ex^a para uma comunicação inadiável.

O Senador Mário Couto falará como orador inscrito, substituindo o Senador Mão Santa assim que chegar a oportunidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E qual é a ordem, Sr. Presidente? Informe-me, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Antonio Carlos Valadares é o próximo; depois o Senador Osmar Dias, que falará como Líder; em seguida o Senador Sibá Machado; e, depois o Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador João Pedro antes; e depois o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra e a imensa satisfação em comparecer a esta tribuna para registrar e comemorar um fato que engrandece o meu Estado, que engrandece o meu povo de Sergipe e que diz respeito à capital do nosso Estado, Aracaju.

Nossa capital desponta como a cidade brasileira de maior qualidade de vida. Já é a segunda pesquisa que põe Aracaju em destaque no item qualidade de vida da população. Neste caso temos uma pesquisa ainda mais profunda, abrangente e que, conduzida pelo Ministério da Saúde, procurava traçar um ranking das capitais mais saudáveis do Brasil. Aracaju foi escolhida como a primeira nos vários itens.

De pouco tempo para cá, Aracaju, já era reconhecida como a capital de maior qualidade de vida dentre as capitais do Norte e Nordeste, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2005. Agora, com essa pesquisa que abarcou 54 mil habitantes das 26 capitais e do Distrito Federal, chegamos ao topo desta homenagem que Aracaju ora recebe.

Várias capitais se destacaram na pesquisa do Ministério da Saúde. Goiânia, por exemplo, destacou-se por ser a capital onde mais se consome hortaliças; Tocantins chamou a atenção por ser a capital onde as mulheres têm menos excesso de peso; Vitória como a cidade do exercício físico; e Natal como a capital brasileira com menor número de fumantes. Mas foi Aracaju que totalizou maior soma de “bons comportamentos” e, portanto, alcançou a pontuação mais alta, sendo destaque em rede nacional de televisão.

O Globo Repórter, da última sexta-feira, dia 11 de abril, em seu especial sobre Saúde e Qualidade de Vida, coroou Aracaju como a capital onde o esforço do poder público foi o mais bem sucedido dentro da rubrica qualidade de vida.

Naquela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Aracaju já era apontada como a 12^a capital do Norte/Nordeste com melhores condições para se viver. E seu estudo tinha sido baseado no índice de satisfação dos habitantes em relação a doze quesitos dentre os quais oferta de serviços públicos, alimentação, moradia, renda e segurança.

A pesquisa atual, divulgada pela Rede Globo, na sexta-feira, dia 11, foi produzida a partir da avaliação de diferentes itens de qualidade de vida capital a capital, especialmente hábitos de saúde das pessoas e também da vida da própria cidade, das ruas, da limpeza. E a própria produção do programa da Globo, quando veio visitar Aracaju, na primeira quinzena de março, ficou encantada com a limpeza, a beleza e a organização da cidade.

O Globo Repórter deu destaque especialmente a dois itens, ou melhor, a dois programas deflagrados pela Prefeitura da cidade de Aracaju: o primeiro deles, o Programa Academia da Cidade, e o outro, a rede de ciclovias, que abrange um total de quase 40 Km de extensão.

Pessoalmente sou entusiasta dos dois programas. O primeiro, idealizado pela parceria Prefeitura/Universidade Federal de Sergipe, atende a 15 bairros e, desde 2006, o Programa Academia da Cidade atende a 5 mil usuários. Ele significa, na prática, transformar espaços públicos de vários pontos da cidade em uma verdadeira academia a céu aberto. Atividades que agrupam pessoas de todas as idades são promovidas gratuitamente e vão desde ginástica localizada e aeróbica, ioga, recreação, danças populares até caminhadas. E tudo isso com avaliação física periódica, acompanhamento da pressão arterial e orientação de profissionais especializados. A Academia da Cidade atende três vezes por semana a cada comunidade e tornou-se um espaço não apenas de recreação e esporte, mas também de encontro e cidadania.

O outro programa, da prefeitura, é igualmente do maior interesse. Eu defendo prioridade para ciclovias em todas as capitais. Foi justamente este outro programa que elevou a cidade de Aracaju: o Programa das Ciclovias. Sou favorável a que todas as grandes cidades tenham uma ciclovia, assim como também as cidades de porte médio. Sou autor de emenda à lei que determina a inclusão de ciclovias nos planos diretores dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Já existe a obrigatoriedade, no Estatuto das Cidades, de que as cidades com mais de 500 mil habitantes tenham ciclovias. Mas eu apresentei um projeto obrigando a que as cidades com 20 mil habitantes tenham um programa de construção de ciclovias. Ciclovias devem, naturalmente, dominar futuramente a infra-estrutura urbana das cidades do Brasil. Quero que o exemplo de Aracaju seja seguido por outras cidades e capitais. Na verdade, por qualquer cidade de mais de 20 mil habitantes.

Minha convicção, Sr. Presidente, é a de que qualidade de vida é também prevenção e sei – aliás, todos nós sabemos – que a melhor medicina é também a preventiva. Ciclovia permite qualidade de vida, permite

prevenção e, ao mesmo tempo, o convívio das pessoas e das famílias.

São políticas como essas que podem elevar o patamar da vida nas grandes cidades, normalmente tão estressadas e sufocadas por graves problemas de trânsito, que mal deixam espaço para o esporte da bicicleta, para o ar puro e para o silêncio.

Aqueles dois programas, que o Globo Repórter destacou são parte da preocupação permanente aqui do Senado, na Bancada da Saúde, da qual faço parte, cuja mais recente vitória foi a regulamentação da Emenda 29, que relatei e que já foi aprovada, nesta semana, pelo Plenário do Senado.

Ao ser sancionada pelo Presidente, esta Emenda injetará recursos da ordem de R\$23 bilhões até o ano de 2011 no setor saúde. Saúde é, portanto, um direito fundamental em qualquer foro em qualquer debate sobre a vida em sociedade, lado a lado com a segurança, educação, ambiente saudável, justiça social, habitação, paz, renda, alimentação e liberdade de expressão e pensamento. Na verdade, a saúde é o maior e o melhor recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal. Por outro lado, quando se fala em qualidade de vida, naturalmente teremos que relacionar, estreita e intimamente, esses dois temas: não há qualidade de vida sem se levar em conta a saúde, e vice-versa, seja em termos individuais, seja em termos de comunidade.

Por outro lado, o conceito mais moderno de qualidade de vida é bem mais do que apenas ter uma boa saúde, seja ela física ou mental. É muito mais que isso! É claro que é essencial que cada um seja um bom gestor de sua saúde. Mas é crucial que cada um esteja de bem consigo mesmo, com sua comunidade, com as pessoas queridas e que esteja, ao mesmo tempo, engajado em alguma atividade produtiva, algum ideal coletivo – profissional, político, social –, alguma luta pela melhoria das condições de vida de sua coletividade, de seu próximo, de seu semelhante.

Isso significa que, todos nós, além de responsáveis por nossa própria qualidade de vida,せjamos também responsáveis pela qualidade ambiental e social, pela boa gestão de nossa vida em comunidade e nos integremos na luta pela boa gestão comunitária.

Somos finitos, nossos recursos ambientais são finitos, nossa luta precisa ser contínua e auto-sustentada para que nossa geração e as futuras gerações possam se desenvolver e ocupar seu lugar no ciclo infinito da vida.

Defendo, portanto, Sr. Presidente, a qualidade de vida como um meio e como uma luta incessante por um mundo melhor. Durante a vida, todas as pessoas necessitam de ambiente saudável, água e ar puro,

alimentação adequada, prevenção de problemas de saúde, educação, informação. Em outras palavras, estamos diante de fatores sociais, ambientais, econômicos e culturais que podem comprometer ou então melhorar e elevar a qualidade de vida.

Se queremos melhorar a qualidade de vida da coletividade, teremos que entrar com políticas públicas saudáveis, com políticas públicas comprometidas com a qualidade de vida e com a saúde da população.

Sr. Presidente, já estou encerrando.

Consciente disso e comprometido com essa bandeira, só posso saudar o Prefeito de Aracaju, Edivaldo Nogueira. S. Ex^a inaugurou com o Presidente Lula e com o Governador de Sergipe, Marcelo Deda, uma obra magistral, o viaduto de Aracaju, uma obra monumental e uma das mais bonitas do Brasil. Falo não só em termos de beleza, mas em termos de praticidade, porque está ajudando o trânsito de veículos na cidade de Aracaju.

Portanto, meus parabéns ao Prefeito Edivaldo Nogueira e ao Governador Marcelo Deda por essas conquistas, por seu empenho público para que nossa capital pudesse galgar aquele patamar e essa merecida projeção nacional.

Está de parabéns o nosso povo aracajuano, o nosso povo...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estamos todos nós de parabéns pela concretização de um exemplo a ser seguido, a ser trilhado por outros gestores públicos com políticas acertadas em favor da qualidade de vida.

Em nome das aflições do nosso povo, entretanto, não posso deixar de registrar um outro combate necessário, uma outra política pública federal e estadual mais que necessária. Trata-se do combate contra uma chaga a ser extirpada das nossas capitais, de todas as grandes metrópoles nacionais, que é a praga da violência urbana e do caos do trânsito e da poluição urbana.

São chagas nacionais que exigem políticas emergenciais, medidas concretas – especialmente de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social – de forma que aquelas conquistas de qualidade de vida, que não são apenas de Aracaju, mas pertencem às capitais do nosso País como um todo, não venham a ser comprometidas pelo avassalador crescimento de roubos, assassinatos e crimes comuns que assolam cada uma das nossas grandes capitais e cidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero comentar aqui a declaração dada pelo relator especial da ONU, Jean Ziegler, sobre a crise de alimentos que pode se abater sobre o mundo.

A meu ver, ele foi infeliz. Concordo com ele que estamos diante de uma questão de interesse mundial, a segurança alimentar. Ameaçados, vários países do mundo procuram os organismos internacionais, e a ONU se manifesta. Quando o relator Jean Ziegler diz que “o mundo pode passar fome em função de estarmos colocando os alimentos à disposição da produção de biocombustível”, ele comete um exagero, principalmente falando isso no momento em que se discute o assunto no Brasil, em congresso organizado pela FAO, um órgão da ONU. E é um exagero porque falamos de um país que tem área suficiente, clima bom, agricultores competentes para produzir tanto culturas que serão destinadas à alimentação quanto culturas que poderão ser destinadas à produção de biocombustíveis.

Os Estados Unidos queimaram, segundo a ONU, 138 milhões de toneladas de milho para a produção de álcool combustível. Mas esse é um caso que deve ser analisado do ponto de vista dos Estados Unidos. O ex-Presidente Fidel Castro dizia sempre que não se poderia combinar a produção de alimentos com a produção de energia, de biocombustível. Claro que em Cuba isso não é possível, porque não há espaço para as duas coisas. É claro que os Estados Unidos não têm a vocação que o Brasil tem, por exemplo, para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar.

Nós temos, no Brasil, um potencial produtivo que está longe de ser utilizado. Só de cerrado não utilizado temos noventa milhões de hectares; só de pastagens que podem ser utilizadas para a produção de grãos, cerca de 150 milhões de hectares, sem prejudicar a produção de carne. E este é um cenário positivo que se abre também no mundo para o Brasil.

Pois bem; o FMI, o Banco Mundial, enfim, os bancos de desenvolvimento também se manifestam dizendo que pode haver conflito – guerra mesmo – em função da disputa por alimento.

A situação é grave, mas nós não podemos entrar nesse discurso que está sendo patrocinado – e isso é evidente – por quem produz petróleo no mundo. Aquelas que produzem a energia a partir do petróleo não querem, evidentemente, o avanço do biocombustível.

Será que agora os ecologistas não vão se manifestar? Será que não é o momento das ONGs, que se manifestam sempre falando do aquecimento global, se manifestarem e dizerem que, conhecendo o Brasil, sabem que este País tem capacidade para suprir boa parte da demanda da população mundial por alimentos?

Quero lembrar que nós tínhamos, em 1960, uma crise de alimentos que afetava e condenava milhares de indianos e chineses à morte. Para lá, foi deslocado um agrônomo, Norman Borlaug, de Iowa, nos Estados Unidos, que, convocado pela FAO, foi para a região resolver o problema. Ele dobrou a produção de arroz na China, em dez anos, e dobrou a produção de trigo na Índia, em dez anos. Em 1970, ele recebeu o prêmio Nobel da paz, mas ele foi massacrado pelos movimentos ambientalistas que diziam que ele queria destruir as florestas do mundo. O que ele fez foi a chamada Revolução Verde. Hoje, 40% dos habitantes da China e da Índia devem as suas vidas exatamente ao movimento que ele proporcionou, a chamada Revolução Verde.

Agora, estamos diante de uma nova crise ou podemos estar entrando em uma nova crise de alimentos no mundo.

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Presidente Lula foi até a Holanda para debater o assunto, mas levou poucas informações. Deveria ter levado mais informações. Por exemplo: o Brasil produz cerca de 800 milhões a 1 bilhão de litros de biodiesel. Já tem capacidade instalada para 3 bilhões de litros de biodiesel. E ninguém pode dizer que o Brasil deixou de exportar alimentos, porque a nossa capacidade de produção aumentou tanto que nós batemos um recorde atrás de outro.

Neste ano, sem uma política agrícola que possa ser dita adequada ao País, o Brasil vai produzir 140 milhões de toneladas. Bastam algumas alterações na política de apoio ao setor produtivo, e nós poderemos chegar rapidamente a 200 milhões de toneladas.

Hoje, o mundo tem 6 bilhões de pessoas que precisam comer. Serão 9 bilhões em torno do ano de 2025, e não há país que tenha a capacidade que o nosso tem para produzir alimentos e não há país que tenha a capacidade que o nosso tem de produzir energia a partir de culturas capazes de transformar-se em combustível.

Por isso, acredito que o Governo brasileiro está perdendo uma grande oportunidade, não apenas de se defender com discurso, mas de provar isso na prática, sendo arrojado, sendo ousado, colocando em prá-

tica uma política de apoio à produção de alimentos e de culturas para os biocombustíveis, sem ouvir essa cantilena, esses discursos que atendem a interesses de países que querem continuar vendendo petróleo a preço de ouro.

O Brasil não pode se curvar...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço só um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O Brasil não pode se curvar diante desses interesses. Nós já fomos muito prejudicados por interesses da União Européia, que subsidiam fortemente os seus agricultores, que acabam com a agricultura da África, para onde mandam os seus excessos. Os países africanos não conseguem produzir nem alimento, nem biocombustível, porque para lá são enviados os alimentos subsidiados produzidos na União Européia. Assim, é claro que os países africanos não conseguem concorrer.

O Brasil não pode se curvar diante dessa “conversa fiada”, porque o Brasil tem a liderança mundial. É o maior exportador de cerca de dez culturas e o segundo maior de outras cinco. Não podemos ficar ouvindo discursos e concordando. É preciso ousar, e para ser ousado é preciso colocar em prática alguns instrumentos de política de que voltarei a falar...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apenas para concluir.

Voltarei a abordar o assunto desta tribuna, principalmente sobre a crise de abastecimento de trigo que está chegando, porque nenhum governo, até agora, acordou para o fato de que fica mais barato produzir trigo em nosso território que continuar dependendo do trigo argentino e canadense.

É hora de acordar!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria enaltecer o pronunciamento do Senador Osmar Dias, que aborda temas da mais alta importância para o Brasil, em termos de posicionamento, em termos de futuro, inclusive no debate mundial sobre biocombustíveis e alimentos que está acontecendo. O Senador Osmar Dias pode, sem dúvida alguma, contribuir decisivamente para o esclarecimento dessas situações.

Sr. Presidente, eu gostaria de indagar a V. Ex^a se vamos ter sessão do Congresso Nacional para apreciação de vetos hoje. Alguma informação está

disponível, para podermos nos orientar em relação aos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sim, Senador Flávio Arns. Há uma sessão do Congresso Nacional prevista para 19 horas, a fim de deliberamos sobre vetos.

Com a palavra o Senador Sibá Machado, por cessão da Senadora Fátima Cleide.

Em seguida, falará o Senador João Pedro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Senado da República se reuniu hoje, em sessão especial, requerida por S. Ex^a o Senador Marco Maciel, para comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.

Como já foi registrado hoje, no dia 10 de maio de 1808, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi elevada à condição de Casa de Suplicação do Brasil. Vale dizer que aquela Corte converteu-se em uma instância derradeira para a apelação dos processos iniciados no território brasileiro, ainda colônia de Portugal.

A agitação política que se seguiu à Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, provocou o retorno de D. João VI a Lisboa, viagem que seria levada a efeito em abril do ano seguinte. Pouco antes de partir, em 7 de março de 1821, Sua Majestade assina, ainda no Rio de Janeiro, decreto régio pelo qual aquiesce à convocação das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Convém lembrar que o chamamento da Assembléia Constituinte já se dera por ato de junta provisória que substituirá o regime de protetorado, caracterizado pelo governo do Lord Beresford.

As Cortes, ditas liberais e nacionalistas, em sua conformação majoritária, não tardaram em expressar seu ideário: eram favoráveis à instituição de uma monarquia constitucional e à restauração do Pacto Colonial. Sob o enfoque institucional, esse último aspecto implicava submeter órgãos administrativos e jurisdicionais em funcionamento no Brasil, desde a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, à autoridade do Parlamento português. Essa política culminou com a edição do Decreto Legislativo de 29 de setembro de 1821, que dispôs sobre a transferência, para Lisboa, do Conselho da Fazenda, da Junta de Comércio e ainda da Mesa do Desembargo do Paço, da Consciência e Ordens e da já citada Casa de Suplicação.

As reações, no Brasil, não demoraram. "Resistir" era a palavra-de-ordem. As exigências impostas pelo movimento constitucionalista português motivaram, de forma expressiva, as articulações separatistas que culminaram com a Proclamação da Independência em

7 de setembro de 1822. E a Casa de Suplicação, que havia prevalecido antes mesmo da proclamação do novo Estado, firmou-se como instância final de jurisdição das lides propostas em território brasileiro. Nossa autonomia judicial, portanto, antecederá à própria afirmação de soberania do Estado brasileiro.

Mas as ressalvas de estilo, é claro, devem ser aqui consignadas. Não obstante a afirmação da autoridade da Casa de Suplicação, o preço exigido pela Grã-Bretanha, dentre outras imposições, por sua facilitação do reconhecimento do Estado brasileiro no concerto das nações foi a manutenção do Tratado de Navegação e Comércio, firmado em 19 de fevereiro de 1810.

Por esse instrumento, garantia-se ao Reino Unido o privilégio de nomear magistrados especiais para agirem como juízes-conservadores nos portos e cidades do Brasil e demais domínios portugueses. Os juízes deviam se encarregar de todos os casos envolvendo súditos britânicos. Estes poderiam escolher o magistrado por maioria de votos, sujeito à ratificação de D. João VI ou seus sucessores. A remoção, por Portugal, dos juízes já investidos era possível tão-somente por apelo por intermédio do embaixador ou do ministro do Reino Unido.

Com o termo final de vigência do tratado previsto para 1825, a renovação e a manutenção dessa exceção ao princípio da territorialidade no exercício da jurisdição por uma comunidade política soberana tornaram-se a pedra-de-toque do interventionismo de Londres nos negócios do novel Império, ao lado, é claro, das exigências de supressão do tráfico de escravos.

Embora a Constituição do Império de 1824 houvesse decretado a abolição de qualquer foro privilegiado, em 10 de novembro de 1827 o acordo era ratificado, mantidas todas as velhas vantagens do Reino Unido, inclusive as tocantes à regra de extraterritorialidade jurisdicional. Em seu Artigo IV constava que, como a Constituição do Império do Brasil havia abolido as jurisdições especiais, "o cargo de juiz conservador para a Nação Britânica" devia "subsistir apenas até que algum substituto satisfatório para essa jurisdição" fosse "estabelecido, capaz de servir, da mesma forma, à proteção das pessoas e da propriedade dos Súditos de Sua Majestade".

Alan Manchester, em seu magistral **Preeminência Inglesa no Brasil**, assinala que "essa época nunca chegou e a jurisdição extraterritorial da Grã-Bretanha no Brasil continuou até que a Corte do Rio de Janeiro declarou nulo e se recusou a negociar um outro acordo".

Paradoxalmente, esse inequívoco ato de soberania, que só veio a ocorrer em 9 de novembro de 1844, se deu como repulsa dos escravocratas brasileiros às

investidas de Londres contra o comércio negreiro. O ministro inglês Hamilton-Hamilton ainda tentou manter tratativas para assegurar a continuação dos juízes conservadores como instituição perpétua. Mas a entrada em vigor do *Aberdeen Act*, em 8 de agosto de 1845, pelo qual foram autorizadas as abordagens e apreensões, pela armada britânica, em alto-mar, de navios negreiros brasileiros foi a pá-de-cal nas negociações.

Dessa maneira, para defender a escravidão, demos um "basta" à relativização de soberania no que concerne ao exercício do poder jurisdicional pelos próprios brasileiros.

Isso não significou, todavia, àquela altura, a afirmação da autonomia do nosso Judiciário, no plano das relações internas entre os Poderes. A prerrogativa de controle de constitucionalidade das leis só viria a ser declarada na Constituição de 1891. O ingresso na carreira por concurso público e a estabilidade só viriam a ser universalizados com a promulgação da Constituição de 1934. A independência financeira, por seu turno, só veio a ser consagrada muito mais tarde, com o Estatuto Político de outubro de 1988.

Naqueles idos, devemos recordar, podia o Imperador, com suporte no Poder Moderador que lhe reconhecia a Carta de 1824, suspender de suas funções os magistrados contra os quais houvessem sido apresentadas queixas.

Assim, Sr. Presidente, ao me somar às comemorações do nascimento de nosso Poder Judiciário independente, quis eu, com essas breves observações, destacar uma idéia que me parece fundamental: a independência do Poder Judiciário é tarefa que não termina nunca; é trabalho diuturno de toda uma cidadania que ali tem a sua última cidadela contra toda e qualquer forma de arbítrio.

Alexander Hamilton assinalou, com muita propriedade, em um dos **Artigos Federalistas**, que

[...] todo aquele que considerar atentamente os diferentes poderes perceberá que, em um governo em que eles estão separados, o judiciário, pela natureza de suas funções, será sempre o menos perigoso para os direitos políticos da Constituição, por ser o menos capaz de transgredi-los ou violá-los. O executivo não só dispensa as honras como segura a espada da comunidade. O legislativo não só controla a bolsa como prescreve as regras pelas quais os deveres e direitos dos cidadãos são regulados. O judiciário, em contrapartida, não tem nenhuma influência sobre a espada nem sobre a bolsa; nenhum controle sobre a força nem sobre a riqueza da sociedade e não pode tomar nenhuma resolução ativa. Pode-se dizer que

não tem, estritamente, força nem vontade, mas tão-somente julgamento, estando em última instância na dependência do braço executivo até para a eficácia de seus julgamentos.

Nessa linha, podemos afirmar que o que de fato assegura a independência do Poder Judiciário é a autoridade moral de seus pronunciamentos, nos quais, sempre e cada vez mais, a autoridade do argumento há de prevalecer sobre o argumento de autoridade. E o argumento judicial, para ser respeitado, haverá de ser, em qualquer circunstância, o seguro e equilibrado ditado da garantia de encontro da liberdade com a igualdade. Só a apuração, de forma imparcial e independente, pelo magistrado da conduta correta a ser observada é a certeza de realização de um programa de metas escolhido democraticamente pela maioria dos cidadãos como projeto racional de sociedade justa.

Sr. Presidente, com essas palavras, quero prestar as minhas homenagens aos 200 anos do Judiciário brasileiro e dizer que, entre tantos momentos de dificuldades que o País viveu, ainda assim, essa tríade que nós temos da presença do Estado brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário – é o que há de melhor acabado para a correlação de forças políticas e democráticas do nosso País.

Viva o Judiciário brasileiro! Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Sibá Machado pelo seu discurso na tarde de hoje.

Viva o Poder Judiciário brasileiro!

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Uma informação, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de verificar a ordem da nossa inscrição como Líder do PR.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a tem direito à palavra, tendo em vista que já chegou a delegação da Liderança. V. Ex^a está na ordem de inscrição, e, nesse caso, temos inscritos os Senadores João Pedro, Mário Couto e o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamen-

te sobre isso. Quero dar a minha vez ao nosso Senador Expedito, porque amanhã, Sr. Presidente, estarei inscrito como segundo orador e o assunto que tenho posso falar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço, Sr. Presidente e retiro a minha inscrição. Vou falar na segunda inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a vai falar por cessão do Senador Mário Couto.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Isso, mas é a segunda inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Mas V. Ex^a vai falar também pela Liderança do Partido. Nesse caso, V. Ex^a tem preferência para fazer uso da palavra. São cinco minutos para Liderança de Partido, e, por cessão do Senador Mário Couto, V. Ex^a tem dez minutos. V. Ex^a faz a opção: por cessão ou pela Liderança.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Vou falar por cessão do Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Então, V. Ex^a tem que aguardar a ordem de inscrição.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – E agradeço ao Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com a palavra o Senador João Pedro por dez minutos.

Senador Expedito Júnior, após o Senador João Pedro, V. Ex^a fará uso da palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, nestes primeiros minutos, quero registrar o deslocamento de um navio da Marinha brasileira para a fronteira do Brasil com o Peru para atender a um pleito das comunidades indígenas do Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte. É um rio emblemático, porque é o rio que faz a fronteira do Brasil com o Peru, nosso país vizinho.

O navio-hospital Oswaldo Cruz, da Marinha brasileira, está-se deslocando para lá, justamente coincidindo com a Semana da Mobilização Indígena, por conta do dia 19 de abril, que é o dia que as instituições e o movimento indígena trabalham como o Dia Nacional do Índio.

Sr. Presidente, eu, há uns oito meses, vim a esta tribuna para levantar a situação da saúde das populações indígenas dessa região. São quase quatro mil

índios de várias etnias – vou ler algumas delas. É uma situação muito emblemática nesse rio de fronteira, com quatro mil índios das seguintes etnias: Marubo, Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina e Korubo.

Ora, eu trouxe para cá o clamor dos povos indígenas dessa região. Penso que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, o Governo brasileiro devem atenção ao clamor dos povos indígenas.

O meu pronunciamento... E mais um requerimento eu mandei ao Ministro da Saúde, Ministro Temporão, ao Presidente da Funasa, Dr. Danilo Fortes. Eles atenderam esse pleito. Mas não é um pleito meu, não, de um Senador. É um pleito de várias instituições nacionais, do Cimi, de várias organizações que trabalham com a questão indígena, por conta da situação de saúde precária dos povos indígenas lá da fronteira do Brasil com o Peru.

Eu tenho informações da Funasa, do Ministério da Saúde, Senador Arthur Virgílio, de que há um deslocamento de um navio-hospital da Marinha para atender, com uma equipe grande, uma equipe de mais de 40 profissionais.

A operação para atender a situação da saúde mobiliza não só os servidores da Funasa, como os servidores da Funai, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército.

Eu quero aplaudir o gesto do Ministério da Saúde, da Funasa, por entender que é muito importante ouvir as reivindicações de populações que estão lá na fronteira do Brasil, em algum ponto da nossa Amazônia. Eu quero chamar atenção das autoridades daquela região e dizer da minha alegria pelo deslocamento de profissionais, de médicos, de enfermeiros, de bioquímicos para atender às reivindicações das lideranças indígenas e também de prefeitos, das Câmaras Municipais. Ali é uma tríplice fronteira e abrange também Municípios de meu Estado que estão na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. São os Municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia do Norte.

Sr. Presidente, alguns Senadores já se manifestaram acerca do tema, mas eu o trago novamente. Trata-se da manifestação feita, na Alemanha, pelo Relator Especial da ONU para Direitos à Alimentação, Sr. Jean Ziegler, que já esteve, inclusive, aqui no Senado, tem uma estória na Europa, fez debates na América do Sul. E ele veio a esta Casa para o conhecimento da produção do biodiesel e suas consequências para as populações mundiais, principalmente dos países da América do Sul, da Ásia e da África.

Sr. Presidente, há um equívoco nessa manifestação do representante da ONU. Primeiro, porque foi uma fala que generalizou – e essas falas são perigosas. Penso que nós, brasileiros – não só o Governo, mas

as instituições, os Governadores, os Parlamentares –, devemos responder à opinião de uma autoridade que considero equivocada sob o ponto de vista do Brasil, da pesquisa, das instituições, do debate interno nacional sobre a produção do biodiesel, do etanol, da bio-energia ou da energia limpa. Precisamos travar esse debate com profundidade e tranqüilidade. Falo como um homem da Amazônia.

Ontem fiz o registro de uma visita a um centro de excelência da Petrobras que trabalha a questão ambiental, que trabalha a questão do gás, do petróleo, lá no Estado da Amazonas. Fiz um registro em função da visita que fizemos.

Precisamos, mesmo na Amazônia, travar esse debate com a tranqüilidade de que é possível – tanto a sociedade civil como o Estado brasileiro, o Governo – discutir a produção, a pesquisa do biodiesel, sem comprometer o meio ambiente.

É preciso dizer que podemos ter o desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente, com o compromisso social, com o compromisso econômico sem devastar a nossa Amazônia, sem maltratar os povos indígenas, sem passar por cima das populações tradicionais.

Então, essa declaração de que o biodiesel vai impor a fome, a miséria, é equivocada, principalmente do olhar sobre o que o Brasil está fazendo – fez, está fazendo e fará.

É preciso que a União Européia reflita sobre o que ela fez, principalmente no passado, na América Latina e na África. O que a Inglaterra fez lá na Ásia, lá na Índia? E o que os países europeus fizeram e causaram ao povo africano, aos países do continente africano? O que a Espanha fez com os nossos países-irmãos na América Latina?

E hoje o Brasil, fruto da pesquisa, do debate duro, interno, está desenvolvendo, com mérito a várias instituições, a segmentos importantes da economia brasileira, o etanol. E essa pesquisa continua. O etanol não está derrubando a floresta, é preciso dizer isso. Ela avança na terra da pecuária, ela avança onde a pecuária já trabalhou. Estamos mudando; há uma mobilização no sentido de desenvolver a pecuária em território menor. É evidente que como homem da Amazônia, venho dizendo e mais uma vez digo: chega de derrubada irresponsável da nossa floresta! Chega de roubo da madeira nobre da Floresta Amazônica! Hoje, temos um padrão em que é possível, sim, fazermos o manejo florestal com responsabilidade, com renda e com pouco impacto na nossa floresta.

Então é preciso compatibilizar. Essa opinião, para o Brasil, não vale, porque temos um imenso território,

temos regiões importantes para trabalhar, incluindo populações que foram excluídas do processo produtivo.

É preciso fazer justiça.

Quero lembrar o Governo do Presidente Lula. O nosso Governo tem avançado – e muito – com responsabilidade social...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...e com respeito às populações tradicionais. Tenho de colocar aqui as populações tradicionais da Amazônia, porque isso não foi discutido. O Estado brasileiro fez questão de passar por cima e falar de um vazio demográfico, sem levar em consideração as particularidades da Amazônia.

É preciso construir políticas públicas com esse padrão de responsabilidade; é preciso restabelecer a inclusão de milhares de famílias no sistema produtivo. É possível hoje, sim, construir esses ambientes.

Aqui no Senado temos várias comissões. Hoje discutimos, numa subcomissão, as queimadas na nossa floresta. É preciso trazer as instituições, o Inpe, o Cipam, os Governadores, os Prefeitos, os movimentos sociais...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...e estabelecer uma agenda positiva, com padrão de responsabilidade, de compromisso social, ambiental e econômico para a nossa região. O que não posso aceitar – e quero compartilhar – é a opinião que generaliza e não bate com a realidade do nosso País.

O Governo tem uma proposta para o biodiesel; a sociedade e o Governo têm proposta para o etanol, e nós estamos discutindo projetos para a Amazônia. E a Amazônia não tem só esse noticiário de degradação. Há muita coisa positiva acontecendo na Amazônia com respeito ao meio ambiente e à geração de renda. No meu Estado mesmo, o Amazonas, eu posso falar de pelo menos dez grandes projetos com um padrão que pode ser uma referência para a Amazônia, para a geração de renda e a inclusão social na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador João Pedro.

Na ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Expedito Júnior, representante do Estado de Rondônia.

Quero saudar e cumprimentar aqui, pela presença no plenário, os oficiais superiores e alunos dos cursos de Política e Estratégia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Sejam bem-vindos à Casa do povo, ao Senado Federal.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior, por dez minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes, eu gostaria de agradecer ao Senador Mário Couto pela sua cessão para que eu pudesse fazer uso da palavra.

Eu estava inscrito pela liderança do PR, teria cinco minutos, e ganhei mais cinco minutos, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Mário Couto e quero cumprimentar V. Ex^a por estar presidindo os trabalhos neste momento. Com certeza V. Ex^a é um Senador que, além de representar com galhardia o seu Estado de Mato Grosso, representa também os cidadãos amazônicos.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar que, além do ex-deputado Newton Capixaba, vieram nessa marcha dos prefeitos vários vereadores. Aqui estão alguns vereadores do Estado de Rondônia, principalmente do Município de Espigão do Oeste. Estão aqui o Presidente da Casa, Valtinho Lara, o Vice-Presidente, Amilton, o Genésio Mateus, o Nelson da Silva e o Vereador Aluízio Lara. Eu gostaria de registrar a presença desses nobres vereadores de Espigão do Oeste.

Tivemos a oportunidade, neste fim de semana, de percorrer alguns Municípios do Estado de Rondônia. Eu estive lá na divisa com a Bolívia, praticamente em Guajará-Mirim, e tive a oportunidade de reunir todos os líderes de bairro daquele Município, onde houve várias reivindicações. Estavam presentes o Presidente Raimundo Pereira Costa, o Presidente Luiz Gonzaga de Oliveira Filho, José Martins de Oliveira Filho, Maria de Lourdes Carvalho, Orivaldo Rodrigues Chaves, Edson Ribeiro do Nascimento.

Além de tratar de vários assuntos pela melhoria da qualidade de vida do povo de Guajará-Mirim, tive a oportunidade também de me deslocar até o distrito do Município de Guajará-Mirim, onde tivemos, já à noite, várias reuniões. A comunidade estava solicitando não só a melhoria na escola, mas também a recuperação dos seis quilômetros de rodovia ligando à BR 425, do Município de Guajará-Mirim até o Distrito de Iata. Nós também discutimos a implantação do segundo grau naquele Distrito. Enfim, eu tive a oportunidade de ser recebido por uma grande comunidade do Distrito de Iata. E faço questão de registrar aqui, Sr. Presidente, a maneira cortês como estamos sendo recebidos todas as vezes que adentramos o Estado de Rondônia.

Mas eu queria fazer um registro antes ainda do meu pronunciamento. Sr. Presidente, nós já buscamos o entendimento nesta Casa. Praticamente todos os líderes... O Líder Arthur Virgílio, do PSDB, foi quem deu

encaminhamento aqui, praticamente, ao requerimento de votação da transposição dos servidores do Estado de Rondônia, do quadro estadual para o quadro federal. Já há um consenso na Casa entre os líderes de oposição, líderes da base aliada do Governo, líderes do Congresso Nacional e líderes do Senado. Enfim, chegamos aqui a um consenso para que essa matéria possa ser apreciada e votada na Câmara dos Deputados, haja vista que essa PEC já foi votada aqui no Senado e precisa tão-somente ser votada naquela Casa.

Aproveito a presença de V.Ex^a à Mesa e faço um apelo no sentido de que se busque esse entendimento com o Presidente Arlindo Chinaglia para que possamos votar essa matéria e dar esse presente ao povo do meu Estado. Isso já foi feito com os ex-Territórios – Amapá e Roraima. Portanto, não é justo que se dê um tratamento diferenciado aos ex-servidores do ex-Território do Estado de Rondônia.

É uma questão de justiça, Senador Mesquita, V. Ex^a, que é vizinho do nosso Estado. É uma questão de justiça para com o povo que deu parte da sua vida para que se construísse o meu Estado, Rondônia, como é hoje.

Nós aprovamos, nesta Casa, a Resolução nº 034, em que se definiu a suspensão do pagamento da dívida do Banco do Estado de Rondônia – o Beron -, e até hoje o Governo Federal não cumpre uma decisão tomada pela maioria dos Senadores desta Casa. Até hoje o Governo Federal reluta em cumprir a decisão do Senado já pela quarta vez. Já é o quarto mês consecutivo em que o Governador de Rondônia sofre esse seqüestro nas contas do Estado. Foi uma decisão tomada pela maioria desta Casa, com os Senadores de Oposição, com os Senadores da Base aliada, e, infelizmente, o Governo teima em não cumprí-la. Nós estamos tentando reparar esse dano no Supremo, e espero que possamos, em poucos dias, estar com essa decisão nas mãos para verdadeiramente comemorarmos aquilo que foi feito por esta Casa.

Sr. Presidente, a coluna do Jornalista Cláudio Humberto na Internet, no último dia 10, publicou nota informando que o Jornalista Hélio Doyle assinou carta ao Ministro da Justiça, intitulada *Repúdio às Imorais Indenizações de Ziraldo e Jaguar*. Segundo a nota, a Comissão de Anistia beneficiou Ziraldo com a indenização de R\$1,2 milhão, e Jaguar, com a indenização de R\$1 milhão. Ambos foram fundadores do Semanário Pasquim e alegaram perseguições pela ditadura militar.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a inclusão do texto da referida carta de Hélio Doyle nos **Anais** desta Casa. Eu quero elogiar a sua postura que repudiou a decisão, que chamou

de imoral, de afrontosa, de absurda, de injustificável, e que classificou as duas indenizações de acintosas e indecentes.

Recordo-me de que a publicação de portarias sobre essas anistias tem causado grande repercussão negativa junto à sociedade. Essa é mais uma delas. Por isso, resolvi vir a esta tribuna para falar sobre a sensação de falta de transparência e de falta de critérios objetivos que fica no ar toda vez que é divulgada notícia sobre a decisão da Comissão de Anistia. São indenizações exorbitantes, que podem até ser justas – eu não sei –, mas sem a devida divulgação dos critérios adotados. Em um país tão carente de recursos para saúde, saneamento e tantas outras coisas, assusta quando vemos, a todo instante, indenizações de R\$100 mil reais para cada caso que é levado ao exame daquela Comissão. Agora, vemos essas de mais de R\$ 1 milhão.

As poucas informações que são divulgadas sobre as indenizações acabam chegando em razão de novas indenizações concedidas e não por vontade dos conselheiros da Comissão de Anistia em dar transparência aos seus atos. Em seis anos, essas indenizações já representam mais de R\$ 2,3 bilhões.

Eu considero esses números absurdos! Convém-nos que são valores que no mínimo requerem a nossa fiscalização dentro da prerrogativa que cabe a esta Casa, que cabe ao Congresso Nacional. Não conheço os membros da Comissão de Anistia, mas acredito que tenham sido indicados justamente em razão de serem pessoas ilibadas. Imagino que até eles devem preferir uma maior transparência para que a cada nova decisão não fiquem pairando no ar dúvidas sobre os critérios que foram adotados.

Eu quero anunciar que, em setembro do ano passado, apresentei ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 517, de 2007, justamente com o objetivo de dar mais transparência às decisões da Comissão sobre as indenizações. Essa matéria está sendo relatada na CCJ pelo Senador Demóstenes Torres, e quero fazer um apelo a S. Ex^a para que apresente o voto; para que apresente, se possível, o seu relatório.

Tomei conhecimento de que alguns cidadãos que estão com seus processos para reconhecimento na Comissão de Anistia ficaram preocupados se o meu projeto limita as indenizações. Isso não é verdade. O objetivo do nosso projeto – repito, Sr. Presidente – é dar mais transparência e fiscalização aos atos adotados pela Comissão de Anistia.

Quem pode ter medo da transparência? Quem pode ter medo da transparência? Quem pode ter medo da verdade? Essa é a pergunta que fica no ar que precisa ser respondida.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Acredito que estes dois aspectos – a transparência e a fiscalização – serão da maior importância para que não sejamos surpreendidos daqui a pouco com a necessidade de uma CPI para tratar desse assunto nesta Casa.

O PLS 517 propõe que a portaria do Ministro da Justiça que vier a deferir essas indenizações passe a discriminar claramente os valores relativos aos danos materiais (que são objetivos) e aos danos morais (que são subjetivos e, normalmente, mais elevados).

Sugerimos ainda que, antes do deferimento do valor da indenização – que tem sido sempre exorbitante –, o TCU se manifeste previamente quanto à capacidade orçamentária do Estado.

Para tanto, julgamos também importante que um representante do Tribunal de Contas da União passe a fazer parte da Comissão de Anistia.

E outro ponto que considero fundamental é o dispositivo que inseri no projeto,...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – ... determinando que os membros da Comissão de Anistia apresentem cópia da respectiva Declaração de Imposto de Renda antes da posse, a cada exercício como membro da Comissão, e no ato do seu desligamento.

Em síntese, Sr. Presidente, são esses os pontos mais importantes do PLS 517, de 2007, de nossa autoria.

Encerro meu pronunciamento, renovando minha admiração pela postura do jornalista Hélio Doyle, e faço questão de ler um último trecho de sua carta:

“Aplaudimos os demais jornalistas que fizeram o saudoso semanário pela decisão de não acompanharem Ziraldo e Jaguar nessa pilhagem, roubando dos brasileiros o dinheiro que deveria – e poderia – estar sendo utilizado na construção de hospitais, num país de doentes; de escolas, num país de analfabetos; na geração de empregos, num país de desempregados.”

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de falar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Repúdio às indenizações de Ziraldo e Jaguar

[View Current Signatures](#) - [Sign the Petition](#)

To: Ministério da Justiça

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Repúdio às imorais indenizações de Ziraldo e Jaguar

“Então eles não estavam fazendo uma
rebelião, mas um investimento.”

Millôr Fernandes

Exmo. Sr.
Tarsó Genro
Ministro da Justiça
Brasília – DF

Excelência,

Repudiamos a decisão imoral da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que - de forma afrontosa, absurda e injustificável - premiou a título de “indenização” os cartunistas Ziraldo Alves Pinto e Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, o “Jaguar”, fundadores de “O Pasquim”, com acintosas e indecentes “indenizações”.

Sem desconhecer ou negar os méritos do extinto jornal e sua corajosa participação na luta contra o regime implantado pelo golpe de 1964, não se pode, de forma alguma, aceitar esse equívoco lamentável do Ministério da Justiça, que nos custará a bagatela de R\$ 1.253.000,24 (hum milhão duzentos e cinqüenta e sete mil reais e vinte e quatro centavos) para Ziraldo, e outros R\$ 1.027.383,29 (hum milhão vinte e sete mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) para Jaguar, além de polpudas pensões mensais e vitalícias. Isso tudo à custa de nosso trabalho, raspado de nossos bolsos, em decisão que enxovalha o Estado de Direito e a seriedade no trato dos dinheiros públicos.

Há que se registrar a cupidez vergonhosa de dois jornalistas do nível de Ziraldo e Jaguar, que encerraram suas vidas profissionais desenhando em tinta marrom a charge da desmoralização de suas lutas e da degradação moral de suas biografias. Transformaram em negócio o que pensávamos ter sido feito por dignidade pessoal e bravura cívica. Receberam, por décadas, o nosso aplauso sincero. Agora, por dinheiro, escarneçem de toda a cidadania, chocada e atônita com a revelação de suas verdadeiras personalidades e intenções.

Com a ditadura sofreram todos os brasileiros. Por isso não encaramos como negócio lucrativo, prebendário e vergonhoso o que se fez por idealismo, honradez e dever. A ditadura não só não provocou danos terríveis a Ziraldo e Jaguar, como agora o enriquece e os torna milionários à custa de um país de miseráveis e doentes.

Aplaudimos os demais jornalistas que fizeram o saudoso semanário pela decisão de não acompanharem Ziraldo e Jaguar nessa pilhagem, roubando dos brasileiros o dinheiro que deveria (e poderia) estar sendo utilizado na construção de hospitais, num país de doentes; de escolas, num país de analfabetos; na geração de empregos, num país de desempregados.

Que se degradem, que se desmoralizem, que se mostrem publicamente de uma forma que jamais poderíamos esperar. Mas não à custa de nossos bolsos, surrupiando o dinheiro suado de milhões de brasileiros que sofreram com o regime de exceção, mas nem por isso se acham no direito de “ganhar na loteria”.

Exigimos mais critério, seriedade e parcimônia na concessão de tais indenizações pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Para que se evitem espetáculos bisonhos como o que assistimos.

Ruy Nogueira Netto

Sincerely,

The Undersigned

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Expedito Júnior pela sua luta incessante, naturalmente, pelos direitos do povo de Rondônia.

V. Ex^a – eu tenho acompanhado – tem lutado muito para que os servidores daquele Estado sejam encampados pelo Governo Federal, até porque é questão de justiça, na medida em que, no Estado de Rondônia e no Estado do Amapá, já é o Governo Federal que paga.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder do PMDB, se possível, se não houver nenhum Líder inscrito, se for agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Já temos inscrito o Senador Arthur Virgílio. Após o Senador Arthur Virgílio, fará uso da palavra o Senador Carlos Dunga e, depois, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já foi aberta a Ordem do Dia ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Não, não foi aberta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não haverá Ordem do Dia hoje?

Então eu fico para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Estamos aguardando ainda o Sr. Presidente da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de protocolar, neste momento, um pedido de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Ministro Geddel, sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, no Estado de Tocantins, nós temos três grandes projetos de irrigação que foram iniciados há vários anos.

O Projeto Indianópolis, que recentemente foi inaugurado pelo Presidente, começou ainda no governo anterior, em 2001. É um projeto de 5 mil hectares de fruticultura, que já consumiu R\$214 milhões.

Temos o Projeto de Irrigação Sampaio, que se iniciou também em 2001, portanto no Governo anterior

ainda, somando quase 9 anos. É um projeto de 1.000 hectares de arroz e fruticultura, cujo contrato é de R\$64 milhões, dos quais já foram liberados, autorizados e pagos, R\$48 milhões; e o Projeto de Fruticultura Irrigada de São João, em Porto Nacional, próximo à nossa capital, Palmas, um projeto de 3.500 hectares, cujo valor projetado é de R\$209 milhões, dos quais já foram pagos R\$112 milhões.

Sr. Presidente, gostaria que o Ministro Geddel, o Ministério como um todo e seus técnicos, pudesse dar uma informação para o Estado do Tocantins, por meio de minha pessoa, a respeito desses dois projetos especialmente, o Projeto Sampaio e o Projeto São João, cuja inauguração ainda não ocorreu e cujo plantio nessas áreas ainda não se iniciou, mesmo após 9 anos de existência praticamente. Por outro lado, o Propertins, que teve início 1 ano depois desses dois, já foi, inclusive, inaugurado pelo Presidente atual, pois começou no Governo anterior.

Nesse sentido, gostaria que o Ministro nos desse uma explicação a respeito do atraso em relação a esses dois projetos. Todos os anos, a bancada do Tocantins, Deputados e Senadores, nunca deixou de colocar recursos para esses dois projetos, porque são projetos de geração de emprego e de renda. Fruticultura e arroz irrigado são duas atividades que atraem muita mão-de-obra, em torno de 4 a 5 trabalhadores por hectare.

Então, Sr. Presidente, por estar preocupada com essa demora, ficaria muito agradecida por saber o que está acontecendo com esse cronograma, uma vez que o Propertins, em Dianópolis, já está inaugurado e suas áreas já estão sendo licitadas aos produtores rurais que se habilitaram para esse processo.

Gostaria de saber também sobre os projetos Sampaio, no Bico do Papagaio, e São João, em Porto Nacional, em relação aos quais não temos ainda notícias de quando poderão os produtores rurais do meu Estado e de outras regiões entrar na licitação para operar esse projeto de irrigação tão importante para o Estado de Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a encaminhe ao Ministério da Integração Nacional meu pedido de explicações em relação aos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação destinados ao Estado de Tocantins, Projetos Sampaio e São João; plano de trabalho, com cronograma financeiro e de execução dos projetos de irrigação supracitados; como será feita a seleção para ocupação dos lotes e qual a forma e quem fará essa seleção, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal, sob pena de crime de responsabilidade.

Se for o caso, o Ministro Geddel, contará com a companhia da bancada de Tocantins para fazer uma

visita **in loco** a esses dois projetos, para que possamos ver de perto o andamento do Projeto São João e o Projeto Sampaio, no Estado do Tocantins, onde ele será muito bem recebido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Será atendida a Senadora Kátia Abreu, na forma regimental.

Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em meu nome e do Senador Paulo Duque – e, tenho certeza, de todos os Senadores e Senadoras –, quero fazer uma saudação aos oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que fazem parte das escolas de políticas e estratégias das Forças Armadas, que neste momento visitam o plenário do Senado Federal, em uma visita ao Poder Legislativo, que é parte essencial ao Estado democrático de direito que todos defendemos e preservamos em nosso País.

Portanto, nossa saudação, como muito respeito e alegria, aos oficiais das Forças Armadas no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa agradece a presença dos nossos militares. Sentimo-nos honrados sobremaneira, até porque são vocês os verdadeiros guardiões deste País. Certamente as Forças Armadas têm um papel preponderante na soberania nacional.

Sejam bem-vindos à Casa do povo.

Com a palavra o ilustre Senador Arthur Virgílio, como Líder.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de tudo uma explicação bem simples: ouvi muita reclamação sobre o gesto da Comissão de Infra-Estrutura de legitimamente aprovar um adendo à convocação da Ministra Dilma Rousseff, para que ela também falasse – e ela não teria como escapar de falar –, ao falar de PAC, de cartões corporativos.

Ouvi coisas terríveis, tais como a de que o Governo retiraria seus membros das comissões presididas por nós da Oposição – acho uma tolice arrematada –, ou que o Governo destituiria os presidentes eleitos. Nossa Senhora, isso é pior do que a bomba atômica em Hiroshima, isso é pior do que tudo.

E ainda ouvi falar uma coisa aberrante: líderes do Governo iriam levar o Senador Mário Couto para o

Conselho de Ética. Eu quase tive um ataque de risos ainda há pouco. Eu ia ter uma síncope de tanto riso porque é ridículo isso. Se começarem com a brinadeira, nós vamos ver quem merece mesmo ir para o Conselho de Ética. Portanto, eu duvi-de-o-dó, como dizia minha avó Luíza da Conceição.

Está feito, o conselho que dou ao Governo é trabalhar, manter gente de plantão na comissão, cumprir aquele trabalho mínimo. Aqui ninguém trabalha de graça; aqui todo mundo percebe subsídios e tem que trabalhar. Não trabalha, o Senador Marconi Perillo aprova o que quer. Se a maioria estivesse lá, não aprovaria.

Então, não há desculpas para a falta de trabalho deles. O Senador Perillo fala muito bem, aliás, quando diz que camarão quando fica dormindo a maré leva. Um outro adágio muito expressivo nos meios jurídicos diz que o direito não socorre o que dorme.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas desobrigas muito relevantes. Primeiro, saudar, por meio de voto de aplauso, a Confederação Nacional de Municípios pela Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A renda está muito concentrada nas mãos da União. É bom se pensar para valer nos Prefeitos, nos municípios.

Com o Senador José Agripino, assinei requerimento de voto de pesar pelo falecimento do meu querido amigo, adversário nos tempos do regime autoritário, mas sempre muito amigo, Deputado Eraldo Tinoco, que também foi Secretário de Educação na Bahia.

Do mesmo modo, saúdo, com voto de aplauso, o Desembargador Flávio Pascarelli. Peço que conste nos Anais da Casa uma entrevista concedida por ele ao jornal **Diário do Amazonas**. Ele é o mais novo Desembargador do Estado do Amazonas, uma figura de muito valor, de muito relevo, de muita respeitabilidade, figura de liderança nacional entre os magistrados. Vai, com certeza, continuar nessa trajetória como desembargador.

Também homenageio uma figura do Amazonas, Raimundo dos Santos, massagista profissional, exemplo de dedicação ao esporte, com 50 anos de bons serviços prestados às agremiações futebolísticas do meu Estado.

E, ainda, requeiro voto de aplauso ao Prefeito de Parintins, Dr. Frank Bi Garcia pela inauguração da Escola Municipal "Charles Garcia", grande poeta do meu Estado, uma escola que não fica a dever às melhores do País.

Do mesmo modo, em relação ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente do Sistema Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e do Senar-AM, pelo recebimento, no dia 04 de abril de 2008, do título de "Cidadão Benemérito de Manacapuru".

E, ainda, Sr. Presidente, voto de aplauso à Fundação Nokia de Ensino. Isso é importante porque ensino é essencial. Educação é o principal investimento. A Fundação Nokia de Ensino, do Amazonas, foi classificada como a escola de ensino médio profissionalizante de melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na Região Norte do País, com a média de 71,04, bem com aos seus alunos – minhas homenagens – que conquistaram medalhas de prata e bronze na Olimpíada Brasileira de Física, em 2007. E aqui quero citar os alunos: Anderson Rabelo Barros; Raphael Naranjo Batista; Ângelo Abner Gonçalves Souza; Diogo Mendonça de Souza; Alexandre Soares da Cruz; João Emanoel Rodrigues Mota; Dilermando da Costa Ferreira Neto; Erica Kido Shimomoto; Rafael Barros Bessa e Willy Ferreira Machado.

Ainda, Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais desta Casa de matéria que mereceu as "páginas amarelas" da revista **Veja** do polemista e grande historiador brasileiro, Marco Antonio Villa, intitulada (o título que a revista **Veja** deu à matéria): "O bufão da América". Ele se refere a Hugo Chávez e faz menção à política externa, claudicante, do Presidente Lula. Diz ele: "*Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria dos bolivianos...*".

E, ainda, para finalizar mesmo... Concluo, Sr. Presidente.

Em uma fase de tão pouco apreço à saúde pública, em um país tomado por epidemia de dengue e surto de febre amarela, me dá até vontade de pedir ao Presidente Lula que, de uma vez por todas, nomeie a Ministro da Saúde, já não mais as pessoas que estão aqui, quem sabe, Oswaldo Cruz resolvesse tantas mazelas que estão acumuladas.

Eu quero saudar a Marinha do Brasil, que, ontem, iniciou o deslocamento do Navio de Assistência Hospitalar, Oswaldo Cruz, às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas. O barco deve chegar àquela região no dia 22 próximo para prestar assistência médico-hospitalar a uma população de quatro mil índios que ali vivem à mingua de serviços médicos. À mingua de tempo, eu deixo de dar, hoje, mais detalhe dessa expedição, mas saúdo a Marinha, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, além da inserção da matéria publicada nas "páginas amarelas da **Veja**, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Por hoje, era, exatamente, o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.)

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

O bufão da América

Historiador diz que Hugo Chávez, presidente da Venezuela, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível

Duda Teixeira

O historiador Marco Antonio Villa já escreveu 21 livros, com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana. Ao investir contra mitos da história nacional em suas obras e artigos, esse professor da Universidade Federal de São Carlos colecionou polêmicas e fez dezenas de inimigos. Sete anos atrás, tornou-se *persona non grata* no estado de Minas Gerais ao sustentar que Tiradentes foi um herói construído pelos republicanos. Mais tarde, causou comoção ao escrever que o presidente João Goulart, deposto pelos militares em 1964, preparava o próprio golpe de estado para obter a reeleição. “Os historiadores costumam ter receio de polêmicas, mas é com elas que se transforma a visão de mundo de uma sociedade”, diz Villa, que tem 52 anos. Estudioso da diplomacia brasileira, ele vê com preocupação o sumiço da linha de diplomacia cunhada pelo barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca dos interesses do país, e não de um governo ou partido.” Em sua casa na Zona Norte de São Paulo, o historiador deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — Como o senhor avalia a atual diplomacia brasileira?

Villa — Nossa diplomacia se esquiva de defender os interesses nacionais na América Latina. Tema sempre em chegar a um acordo e, como não consegue, acaba cedendo aos vizinhos. Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria hoje dos bolivianos e Santa Catarina, dos argentinos. Por aqui se pensa que o Brasil não pode ter interesses nacionais ou econômicos na América do Sul, uma vez que estamos em busca de uma integração regional. É um equívoco. Os interesses do Brasil não são os mesmos da Argentina. Os objetivos do Paraguai não são os do Brasil. A linguagem amena, educada, usada pelos nossos diplomatas apenas tem fortalecido os caudilhos da região, como o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, que se acham com autoridade para falar ainda mais grosso e aumentar as exigências.

Veja — A diplomacia brasileira não era assim no passado?

Villa — Não. No fim do século XIX, a Argentina reivindicou o oeste do Paraná e de Santa Catarina. Não fazia o menor sentido. O presidente Prudente de Mo-

raes, com a ajuda do barão do Rio Branco, resolveu a questão e evitou a doação da área. Não perdemos um hectare de terra. O barão sabia quais eram os interesses nacionais e os defendia. Além disso, profissionalizou o Itamaraty, que passou a coordenar uma política em nome do país, e não de um governo ou partido. Hoje, precisamos urgentemente que o barão do Rio Branco se incorpore no ministro das Relações Exteriores.

Veja — O Brasil cede sempre?

Villa — Só não o fazemos quando é impossível. Em negociações recentes com a argentina Cristina Kirchner e com Evo Morales, a Petrobras recusou-se a fornecer gás para a Argentina, que vive sob

ameça de um apagão. Se cedesse, o Brasil teria um grave desabastecimento. Nos outros casos, sómos sempre fregueses. O Brasil já sofreu no passado uma invasão de produtos argentinos e ninguém reclamou. Quando a situação se inverteu e a balança comercial tornou-se superavitária para o Brasil, os argentinos chiaram e conseguiram o que queriam. Com a Bolívia, aceitamos uma indenização simbólica pelas refinarias nacionalizadas, a um valor muito aquém do que foi investido pela Petrobras. Com Hugo Chávez, falamos sempre "não" na primeira hora, depois dizemos "sim". Era mos contra o Banco do Sul. Hoje somos a favor. Fazemos o oposto do que recomendava Vladimir Lenin, para quem era preciso dar um passo atrás e depois dois para a frente. A diplomacia nacional dá um para a frente e dois para trás.

Veja — *Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha?*

Villa — Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, deseja trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez.

Veja — *Chávez é o grande líder da América Latina?*

Villa — Quando se olha o que ocorre com os mais de vinte países da região, não há dúvida disso. Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém. Chávez é um ator que faz um monólogo. Eventualmente alguém da platéia sobe no palco e participa. O show é dele. Ele determina o que vai ser discutido e como. Os outros só correm atrás. Os países que estão se aproximando do Brasil, como Paraguai e Peru, fazem isso apenas porque não tiveram ainda um estabelecimento de relações com a Vene-

zuela. A história talvez comece a mudar agora. Não por obra de Lula, evidentemente, e sim de Álvaro Uribe, o presidente colombiano. Graças a ele, Chávez teve sua primeira derrota em política externa. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colocou panos quentes na discussão que se seguiu à morte do terrorista Raúl Reyes, pode sinalizar um futuro diferente.

"Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém"

Veja — *Por que o senhor considera que Chávez perdeu?*

Villa — Chávez é um caudilho e, como tal, precisa de um palanque para discursar. Quando reagiu com firmeza à morte de Raúl Reyes no Equador, ganhou um palco considerável. Só que durou pouquíssimo tempo. A solução rápida e eficaz do problema pela OEA, que estava sumida do mapa, tirou essa oportunidade dele. Chávez resignou-se porque a maioria dos países apoiou a resolução final, que condenava a invasão territorial no Equador e ao mesmo tempo acusava a presença das Farc naquele país. Uribe, ao pautar as negociações que esfriaram o conflito, mostrou que é possível dar um basta a Chávez. Sua atitude terá um impacto pedagógico até mesmo dentro da Venezuela, onde o povo tem aceitado as precárias condições internas do país ao ver que, externamente, seu presidente só obteve vitórias. Chávez teve sua primeira grande derrota no referendo constitucional. Agora, teve a segunda derrota, dessa vez em política externa.

Veja — *Por que o discurso é tão importante para um caudilho?*

Villa — Um caudilho não vive sem a oratória. O programa dominical *Aló Presidente* é o que vitamina Chávez. Fidel Castro adora discursar por horas. O mexicano Antonio López de Santa Anna foi ditador várias vezes, afundou seu país e, ferido e pensando que ia morrer, ditou suas últimas palavras. Foram quinze páginas. No fim, sobreviveu com uma perna amputada, que sepultou com honras militares. A oratória é uma tradição latino-americana, que ocorre paralelamente à dissociação entre discurso e prática. Para esses homens e para as suas platéias, é como se as palavras, sozinhas, tivessem um poder de mudar a realidade. Pura bobagem. Não existe tal mágica. Lula também apostou nesse artifício. Acha que ao divulgar o programa do PAC pode transformar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em um bairro residencial em seis meses. Para os sucessores, a herança desse tipo de comportamento é terrível.

Veja — *Por que os latino-americanos possuem o vício da oratória?*

Villa — Em parte, há na América Latina uma forte tradição do bacharelismo. Muitos dos presidentes passaram por faculdades de direito. No Brasil, Getúlio Vargas e Jânio Quadros são exemplos. Epitácio Pessoa era chamado de "A Patativa do Norte", em referência a uma ave cantora. Fidel Castro foi advogado. O argentino Juan Domingo Perón não era, mas a maioria dos seus auxiliares, sim. Para um advogado, o que importa não é a legitimidade da causa, mas o nível de retórica do advogado para defender seu acusado. Somos muito marcados por isso.

Veja — *Qual é o maior perigo de Chávez para o resto da América Latina?*

Villa — Ele está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornando a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana. Ele reivindica quase dois terços do território desse país. Para Chávez, a Guiana é uma aventura fácil. E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.

Veja — *Chávez reagiu ao ataque colombiano às Farc no Equador com um discurso em defesa da soberania nacional. Ele invadiria a Guiana?*

Villa — Chávez é um bufão. Ele construiu um personagem. É um militar de boina vermelha que se emociona, chora e canta em público. Em um momento é simpático. No minuto seguinte, aparece totalmente irado. O bufão é isso. Nunca se podem prever suas atitudes. Pode abraçar um crítico ou mandá-lo para a prisão. Suas atitudes não se regem pelo mundo racional. O bufão trabalha em outro universo.

Veja — Por que Chávez defende as Farc?

Villa — Seu objetivo é enfraquecer Álvaro Uribe. Chávez vê de forma simplista a conjuntura latino-americana. O mundo para ele se divide de uma maneira muito primária: os que estão com ele e os que estão com os Estados Unidos. Considera que o presidente da Colômbia é um agente imperialista na América do Sul. O combate às Farc tem sido uma das mais fortes bandeiras de Uribe.

Veja — É legítimo usar grupos armados ou políticos de outros países para causar instabilidade?

Villa — Há uma incompatibilidade em defender a soberania e apoiar materialmente um movimento terrorista em um país vizinho. No Brasil, tivemos uma história parecida. No governo de João Goulart, as Ligas Camponesas tinham meia dúzia de campos guerrilheiros e contavam com o apoio financeiro cubano. Quando se descobriram os campos, foi um escândalo. Vivíamos um regime democrático e o governo brasileiro manifestava-se contrário à expulsão de Cuba da OEA, enquanto Cuba violava a soberania brasileira apoiando um movimento guerrilheiro que rompia com a legalidade constitucional. A defesa da soberania só valia para os cubanos. Eu imaginava que essa prática de violação da soberania fosse página virada da história latino-americana. Ledo engano.

Veja — Chávez foi o grande pacificador do conflito entre Colômbia e Equador, como disse Lula?

Villa — Não há nenhum fato que comprove isso. Os documentos que estavam no computador do guerrilheiro Raúl Reyes ainda mostram que Chávez apoiava financeiramente as Farc e também recebia ajuda dos narcoterroristas. Isso não tem nada a ver com paz. Lula não tinha por que falar isso. Diz essas asneiras porque está em um momento especial. A economia vai

muito bem, o que levou Lula a entender que ganhou um salvo-conduto para reescrever a história do Brasil. Discursou homenageando Severino Cavalcanti, que renunciou quando se comprovou que ele recebia um mensalinho de 10000 reais para deixar um restaurante funcionando na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, defendeu sua amizade com Renan Calheiros, que teve suas contas pessoais

cia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, que tem grande participação no Foro.

Veja — Qual é a relevância de Marco Aurélio Garcia nas relações externas?

Villa — Desde o início da República, não há registro de um assessor com tanto poder como ele. Garcia aparece nas fotos quase sempre atrás de Lula. Dá pronunciamentos em pé de igualdade com o ministro das Relações Exteriores ou o secretário-geral do Itamaraty. Marco Aurélio Garcia é considerado um grande acadêmico, um gênio, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais na América Latina. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema. Fui procurar seu currículo na plataforma Latates, do CNPq. Não há nada sobre ele. Marco Aurélio Garcia é o Pacheco das relações internacionais.

Veja — Quem é o Pacheco?

Villa — É um personagem de Eça de Queiroz que aparece no livro *A Correspondência de Fradique Mendes*. Pacheco era um sujeito tido como brilhante. No primeiro ano de Coimbra, as pessoas achavam estranho um estudante andar pela universidade carregando grossos volumes. No segundo ano, ele começou a ficar mais calvo e se sentava na primeira carteira. Começaram a achar que ele era muito inteligente, porque fazia uma cara muito pensativa durante as aulas e, vez por outra, folheava os tais volumes. No quarto ano, Portugal todo já sabia que havia um grande talento em Coimbra. Era o Pacheco. Virou deputado, ministro e primeiro-ministro. Quando morreu, a pátria toda chorou. Os jornalistas foram estudar sua biografia e viram que ele não tinha feito nada. Era uma fraude.

Veja — Que consequências a política externa do Brasil pode ter no futuro?

Villa — Pela primeira vez na história do país existe a possibilidade de a política externa tornar-se tema de eleição. Seria algo realmente inédito que, para acontecer, só depende de como Chávez vai agir nos próximos anos. As concessões dadas à Bolívia, os diversos acordos com Chávez e a recusa em classificar as Farc como um grupo terrorista estão provocando muita crítica dentro do Brasil e podem juntar-se em um único e potente tema central na próxima campanha presidencial. ■

“Marco Aurélio Garcia é tido como um grande acadêmico, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema”

pagas por um lobista. Quando falou de Chávez, Lula disse que ele era um ex-guerrilheiro. Lula sabe que essas coisas não são verdade. Não é ingênuo e é bem assessorado. Mas fala como se fosse um iluminado. É um líder messiânico em plena campanha eleitoral. Os professores de história devem estar arrepiados.

Veja — Qual é a importância do Foro de São Paulo na condução da política externa brasileira?

Villa — O Foro de São Paulo é um clube da terceira idade. Basta ver as fotos. São senhores em idade provecta, como se dizia antigamente. São proiectos também no sentido ideológico. Suas idéias pertencem ao passado. Não creio que tenham uma estratégia revolucionária para a América Latina tal como foi a Internacional Comunista. Durante o período da União Soviética, os partidos comunistas espalhados pelo mundo eram braços da política externa soviética. O Foro de São Paulo não tem esse poder. Sua maior influência se dá pela pessoa de Marco Aurélio Gar-

Com a palavra, PT e Intercorp

O Ministério Público convoca dirigentes do partido e da empresa para esclarecimentos sobre os contratos com a Finatec. Surgem novos indícios de irregularidades

ANDREI MEIRELES E MURILO RAMOS

NA QUARTA-FEIRA, O CONSULTOR Luís Antônio Lima, o secretário nacional de Finanças do PT, Paulo Ferreira, e o assessor especial do Ministério da Justiça, Vicente Trevas, são esperados na sede do Ministério Público do Distrito Federal. Os três foram convocados para explicar a relação de prefeituras e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda. e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero. De 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelos menos R\$ 22 milhões de administrações comandadas pelo PT, como o governo do Piauí e as Prefeituras do Recife, de Vitória e São Paulo (esta, durante a gestão da atual ministra do Turismo, Marta Suplicy), pela venda de métodos "estratégicos" de gestão. Paulo Ferreria e Vicente Trevas são apontados como supostos padrinhos políticos de Luís Lima, cujos negócios com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de corregedorias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução.

Todos os contratos foram firmados entre governos ou empresas públicas e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). Como ÉPOCA revelou nas últimas semanas, suspeita-se que a Finatec tenha sido usada pelas empresas de Luís Lima para fechar negócios com órgãos públicos sem precisar disputar concorrência. Suspeitas de irregularidades cercam a parceria Finatec/Intercorp desde seu primeiro contrato, celebrado com uma administração petista. Isso aconteceu em agosto de 2001, quando o Banrisul, banco público do Rio Grande do Sul, acertou a implantação de um novo modelo de gestão. Na ocasião, o governador do Rio Grande do Sul era o petista Olívio Dutra.

Na semana passada, ÉPOCA teve acesso a pareceres de técnicos do Banrisul sobre o negócio. Em um deles, o advogado do banco Paulo Roberto Lontra afirma que a Finatec não comprovou capacidade técnica para produzir modelos de gestão. "Considerando que outras empresas do mesmo tipo foram contatadas, parecemos tratar-se de caso para uma licitação, em que o banco teria a oportunidade de exigir comprovação quanto a organização, equipe técnica, experiência, desempenho, estudos realizados etc.", afirma ►

o parecer de Lontra. Técnicos do Banrisul também consideraram elevado o preço cobrado pela parceria Finatec/Intercorp: R\$ 410 mil. Há correspondências internas do banco que registram uma redução de preço por Luís Lima. Mesmo com o abatimento, de acordo com o que escreveram técnicos do banco, o contrato foi fechado por um valor 21% mais alto que a proposta apresentada por uma fundação ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Não houve interferência política e desconheço o parecer contrário à contratação", disse Túlio Zamin, presidente do Banrisul em 2001.

A Intercorp estava preparada para fazer o serviço para o Banrisul? Segundo o sociólogo Eduardo Grin, principal assessor de Luís Lima na empresa, a resposta é não. "Tivemos que aprender tudo na hora. A gente nunca tinha trabalhado em banco nem tinha experiência como consultores", disse Grin a ÉPOCA. Como, então, essa consultoria, sob a cobertura de uma fundação universitária, conseguiu fazer esse negócio e outros tantos em valores tão altos? Como foi a transformação de Luís Lima de psicólogo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a "consultor em gestão pública", com contratos milionários com prefeituras e governos? Essas são as respostas que o promotor Ricardo Souza, responsável pela investigação sobre a Finatec no Ministério Público do Distrito Federal, espera obter nos depoimentos dos petistas Vicente Trevas e Paulo Ferreria.

Trevas disse a ÉPOCA que foi ele quem indicou Lima e a Intercorp para a Prefeitura do Recife, o primeiro grande negócio com uma administração municipal fechado pela parceria Finatec/Intercorp. Sob a gestão do prefeito João Paulo (PT), o Recife pagou R\$ 9 milhões à Intercorp, por meio da Finatec. Foram dois contratos assinados em 2002 e um terceiro em 2003. "Depois disso, eu encontrei o Luís e o Eduardo Grin para conversas sobre reforma administrativa. Jantávamos juntos, mas não era uma relação empresarial", disse Trevas ao jornal *Zero Hora*. Paulo Ferreira, atual tesoureiro

nacional do PT, nega que tenha ajudado Luís Lima e afirma que o trabalho da Intercorp é "picaretagem".

Outro negócio estranho na gestão Olívio Dutra foi a contratação da Finatec pelo Detran gaúcho para uma consultoria de gestão, no valor de R\$ 321 mil. ÉPOCA teve acesso ao processo. O convênio foi assinado em 10 de julho de 2002 e, em seguida, publicado no *Diário Oficial*. No entanto, a Finatec só apresentou sua proposta para assessorar o Detran gaúcho em 26 de julho, mais de 15 dias depois da assinatura do contrato. O parecer jurídico que autorizou a dispensa de licitação é de 12 de agosto. O então diretor-geral do Detran gaúcho, Mauri Cruz, foi convocado para depor em uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Os negócios de Luís Lima e da Finatec também estão na mira da CPI das ONGs no Congresso Nacional. Os senadores da CPI deverão votar requerimentos para a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luís Lima, das empresas Intercorp e Camarero & Camarero e do ex-presidente da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques. Criada em outubro do ano passado, a CPI pouco trabalhou nos primeiros quatro meses. As investigações só deslancharam depois do caso Finatec. Seu foco agora são as fundações vinculadas a universidades. Desde 1999, elas receberam R\$ 2,3 bilhões do governo federal. Boa parte desse dinheiro, em vez de ser destinado a montar laboratórios, adquirir equipamentos de última geração e financiar pesquisas científicas, foi gasto com empresas de consultoria e complementação de renda de professores. "Temos indícios de que o que aconteceu com a Finatec pode ter ocorrido no país inteiro", afirma o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). "A solução é aumentar a fiscalização e criar regras para coibir os desvios de finalidade." ♦

FLÁVIO PASCARELLI

Juiz que não estudar não pode ser vitalício

MARCOS SANTOS

Da equipe do EM TEMPO

marcos.santos@emtempo.com.br

Formado em direito pela Ufam, juiz de Direito desde 2 de abril de 1984, ex-coordenador da propaganda eleitoral e da Escola da Magistratura, presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazón), é atualmente vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB). Flávio Pascarelli chegou na quinta-feira ao cargo de desembargador. Nesta entrevista, ele levanta a bandeira de que o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas deve ser eleito por todos os magistrados, juízes e desembargadores, e afirma que os dois cargos estão na mesma hierarquia. Defende, além disso, que os juízes sejam submetidos a dois anos de aprofundamento nos estudos, mesmo após aprovados em concurso público, antes de serem tornados vitalícios. Eis a íntegra da entrevista:

EM TEMPO - Mudou alguma coisa nessa passagem de juiz para desembargador?

Flávio Pascarelli - Eu tenho dito que mudou apenas o título. Minhas decisões não serão mais monocráticas, mas no âmbito de um órgão colegiado. Vou ter que, pela via da argumentação jurídica, convencer os degnos membros desse órgão de que a minha posição é a mais correta. Mas, para mim, como pessoa, não alterou nada. Vou continuar defendendo os mesmos princípios. Tenho uma história na Associação dos Magistrados, já fui presidente da Amazon, sou vice-presidente da AMB e vou continuar pensando sempre no bem da magistratura e dos magistrados.

ET - O que não está nos autos não está no mundo?

Pascarelli - Nem sempre há até hoje, uma lógica que delen-de, principalmente em razão da Internet, que é juiz pode se valer da rede para formar sua convicção, inclusive no que diz respeito a provas. Dou um exemplo: alegado excesso de prazo, num processo criminal, o desembargador pode acessar o sistema do Tribunal de Justiça e verificar se o excesso está configurado ou não. Não fica preso aos autos. Eclaro que essa informação ele vai levar para os autos, na hora de decidir.

ET - Qual é o peso que a opinião pública deve ter nas decisões judiciais?

Pascarelli - É delicado, até acredito que o juiz deve considerar, mas não deve ser determinante para decisão porque a experiência diz que nem sempre a opinião pública detém a razão. Creio que o verdadeiro juiz é aquele capaz de decidir contra a opinião pública, quando estiver convicto que essa é a decisão mais justa. É preciso coragem. Além da qualificação técnica, um dos maiores atributos do magistrado é a coragem. Juiz covarde é prejuízo incalculável para a sociedade.

ET - Qual sua opinião sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)?

Pascarelli - No geral, são decisões que têm correspondido à expectativa, inclusive da Associação dos Magistrados, que sempre foi contra a cria-

ção do CNJ.

ET - O senhor é a favor da existência do CNJ?

Pascarelli - Ele ainda não encontrou seu carinho, mas está procurando. É um órgão muito novo e as suas funções ainda não estão bem claras para a magistratura. O que se observa é que tem sido importante, principalmente no que diz respeito aos tribunais menores, os dos Estados do Norte e do Nordeste, como instrumento muito útil para garantir as prerrogativas dos juizes de primeira instância.

ET - O juiz geralmente é um crítico do Tribunal de Justiça. Otimismo sobre esse ângulo diferente, digamos, qual a mudança de postura que o TJAM precisaria adotar para mudar isso?

Pascarelli - O grande problema não está no caminho jurídico, no campo prático, mas no ótico-lógico. Explico: o que nós juizes - ainda não temos posse e ainda sou juiz de primeira instância - percebemos é que nossa ação é de cidadão de desembargador, alguns passam a se considerar superiores aos juizes de Direito. Essa ideia de que os desembargadores são superiores hierárquicos dos juizes passa para a população, mas não é verdadeira. Não existe hierarquia no sentido de o desembargador poder determinar o que o juiz deve fazer. Cada juiz deve agir de acordo com a sua convicção, no que diz respeito à decisão. O poder que o desembargador tem, em situações específicas, é de reformar a decisão do juiz, mas isso não significa superioridade hierárquica. Isso está compreendido num âmbito maior, para que nenhum agente do Estado detenha poder absoluto. Se eu decido e você considera minha decisão injusta, você tem a possibilidade de recuso e é por isso que o órgão colegiado, recursal, pode reformar a decisão do juiz.

ET - O senhor é a favor do projeto, que tramita no Congresso Nacional, aumentando a idade da aposentadoria compulsória dos desembargadores de 70 para 75 anos?

Pascarelli - Sou totalmente contra. Tenho argumentos, inclusive

neste tribunal, que estão berto da compulsoria. Todos conhecem minha posição, porque sou vice-presidente da AMB e a AMB pensa assim, mas não vejo nenhuma vantagem técnica ou econômica nessa possibilidade. Há necessidade de os tribunais renovarem os seus quadros, para que novas idéias surjam, novos argumentos e a jurisprudência avance. Os que defendem o aumento de idade para 75 anos esquecem que desembargadores, geralmente defensores da idéia, são em menor número na magistratura, infinitamente menor, e que, passando essa idéia, os juizes, que já têm tempo para se aposentar diante da falta de perspectiva de progressão da carreira, vitalmente vão pedir a aposentadoria, onerando ainda mais a Previdência Social.

ET - O senhor defende o voto dos juizes na eleição para presidente do tribunal?

Pascarelli - Sim. Deve ser eleito por todos os magistrados, isto é, juizes e desembargadores. O Judiciário não deve fugir a essa regra democrática. O presidente deve ser eleito pela vontade da maioria. O que acontece hoje é que sou eleito desembargador e já sei que, se não chegar à compulsória, um dia serrei presidente do tribunal. Isso faz com que não se pense num plano de trabalho, um planejamento. Vou ser presidente por obra do destino. O mérito fica em segundo plano. Sempre vou defender o mérito.

ET - Como o senhor definiria sua eleição?

Pascarelli - Foi uma eleição onde se viu o exercício da democracia. O auditório estava lotado de juizes, promotores, procuradores, advogados. Cada voto foi fundamentado e todos puderam entender a razão pela qual cada um dos desembargadores votou.

ET - A campanha foi muito dura?

Pascarelli - Apesar de ser uma eleição dentro do Poder Judiciário, em determinados momentos ela se assemelhou a uma campanha política. Nós precisamos convencer os eleitores, que são qualificados, os desembargadores.

O juiz só vai ser vitalizado, depois de dois anos após o concurso. Só será confirmado na carreira se passar, com aproveitamento de curso, na Escola da Magistratura. Uma vez vitalizado, ele terá que continuar se submetendo aos cursos, certificando-se, sim, seu pena de ser afastado das promoções por merecimento.

ET - Como isso ocorre?

Pascarelli - Com o contato pessoal, a conversa com cada um deles, mas, principalmente, a comprovação de que o candidato satisfaz os requisitos objetivos da resolução que orienta a eleição. Os requisitos, hoje, são objetivos. O desembargador não pode mais votar dizendo que o juiz deve ser proinovido porque é seu amigo ou porque foi elogiado por um ministro. A promoção por merecimento deve ser feita com base na atividade intelectual, ou seja, os cursos de aprimoramento, e na produção, o trabalho que o juiz desenvolve na sua atividade dia-a-dia. Se o voto não tiver como fundamento esses dois critérios, ele pode ser nulo.

ET - É possível vencer o acúmulo de processos no Judiciário?

Pascarelli - É uma tarefa difícil. Culpa-se, geralmente, a morosidade do procedimento judicial, o Código de Processo Civil, mas o que eu sinto é que é possível vencer desde que o juiz tenha no seu juizado ou no seu gabinete, no caso do tribunal, uma equipe qualificada. O maior exemplodisso é que a produção dos juízes amazonenses aumentou, consideravelmente, depois que o Tribunal de Justiça criou o cargo de assessor de juiz. A produtividade do juiz pode ser sentida por qualquer um que opere no fórum.

ET - Em algum momento da sua carreira, o senhor chegou a pensar que jamais chegaria ao topo da carreira, ao cargo de desembargador?

Pascarelli - Eutinha umacarreira tranquila, até o momento em que me lancei candidato à presidência da Associação dos Magistrados do Amazonas. Depois de eleito, eu passei a ter problemas com alguns desembargadores, com a direção do Tribunal de Justiça, em razão da própria atividade de um presidente de associação, que é o de lutar pela melhoria das condições de trabalho e das prerrogativas dos juízes. Muitas vezes, o interesse dos juízes colidia com o interesse da administração e eu nunca deixei de enfrentar esses problemas. Lutamos para o aumento do número de desembargadores, que há muito tempo era de 14

e hoje é de 19, enviamos Projeto de Lei para a criação do cargo de assessor de juiz, reivindicamos questões ligadas aos vencimentos dos juízes, como a URV, e isso, me, afastou, no plano político, do Tribunal de Justiça. Muitos me viam como opositor ao tribunal, o que agora fica evidente que nunca aconteceu. Os desembargadores compreenderam minha posição naquele momento, até porque muitos dos quais estão hoje aqui foram presidente, fizem parte da diretoria da Amazonas, como é o caso dos desembargadores Arnaldo Carpinteiro Pérés, Ari Jorge Moutinho da Costa, Alcemir Pessoa Filho e do próprio Iêdo Simões, que também militou nesse campo.

ET - O que o senhor achou da postura do presidente do TJAM, Hosannah Florêncio?

Pascarelli - O desembargador Hosannah sempre teve a minha admiração, sentimento que aumentou ainda mais pela postura democrática que ele teve na minha eleição, uma vez que todos sabiam da preferência dele pelo colega Paulo Lima, que compõe a lista tríplice, mas acabou não sendo escolhido porque o presidente respeitou a vontade do tribunal. Afinal, dos 17 desembargadores 15 votaram em mim e essa é uma postura digna de elogios. Ele teve uma real postura de magistrado.

ET - O que é possível fazer para aprimorar o trabalho dos juízes?

Pascarelli - Temos uma escola nacional, que é a Enfam (Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados), que orienta no sentido de que os juízes devem se atualizar constantemente. E como isso deve ser feito? O juiz só vai ser vitaliciado, depois de dois anos após o concurso. Só será confirmado na carreira se passar, com aproveitamento de curso, na Escola da Magistratura. Uma vez vitaliciado, ele terá que continuar se submetendo aos cursos oferecidos pela escola, durante toda a vida, sob pena de ser afastado das promoções por merecimento.

ET - Como o juiz se torna vitalício hoje?

Pas-

carelli - O juiz não é obrigado a fazer cursos. Ninguém pode obrigar. Mas se ele não os fizer, repito, perderá a possibilidade de concorrer a promoções pelo critério do merecimento. Só para esclarecer: as promoções no Poder Judiciário são feitas pelos critérios de antiguidade e merecimento. Ou o juiz se submete aos cursos, que vão examiná-lo, não são de mera freqüência, ou vai aguardar a promoção sór antiguidade. Isso já está sendo implantado no Amazonas.

ET - Então o mérito, hoje, já faz restrição ao juiz que não estuda?

Pascarelli - Isso já é corrente na realidade forense. O juiz, uma vez investido do poder de julgar, parece que é ungido do conhecimento jurídico e por isso não teria mais que estudar. É claro que isso causa um grande prejuízo aos jurisdicionados, que esperam sempre que as decisões do Poder Judiciário sejam dadas por agentes qualificados tecnicamente.

ET - O juiz pensa que é Deus e o desembargador tem certeza?

Essa eu acho que é até uma anedota que corre nos meios forenses. Tem até outra: juiz pensa que é Deus, desembargador tem certeza é o juiz federal acha que a única diferença entre ele e Deus é que Deus não é juiz federal. Com a publicização das atividades judiciais, com a presença do público nas audiências, principalmente, com a vigilância da imprensa, creio que uma figura desse tipo está em extinção. Queroressaltar, aliás, que antes de ser promovido passei seis meses convivendo com os atuais desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas e pude perceber que, com relação a eles, a idéia não se aplica. Divergi, como juiz convocado, e nunca houve problema algum.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, numa fase de tão pouco apreço à saúde pública, num País tomado por epidemia de dengue e surtos de febre amarela, é louvável a atitude da Marinha do Brasil, que ontem iniciou o deslocamento do navio de assistência hospitalar Oswaldo Cruz às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas.

O navio deverá chegar àquela região no dia 22 próximo, para prestar assistência médico-hospitalar a uma população de 4 mil índios que ali vivem à míngua de serviços médicos.

O Amazonas, sempre chamo a atenção das autoridades, é ainda, lamentavelmente, uma região quase completamente deixada à margem de qualquer assistência médica-hospitalar.

Felizmente, porém, aí está a nossa Marinha em mais uma de suas missões humanitárias na região. Serão beneficiadas 48 aldeias das etnias Marubo, Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina e Korubo. Com os médicos, enfermeiros e técnicos da Marinha, o navio leva também equipes da Funasa, para o atendimento preventivo e assistencial de combate e controle de malária, tuberculose, hepatite, sarampo e gripe.

Repto o que disse no começo deste discurso: a Marinha do Brasil está de parabéns pelo seu gesto. Notadamente numa época em que pouco é levado, em assistência médica, a regiões mais distantes da Amazônia.

O navio Oswaldo Cruz deverá permanecer no Vale do Javari 25 dias, segundo informa a Marinha do Brasil, que cumprimento por essa missão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Carlos Dunga, do Estado da Paraíba, que substitui o ilustre Senador Cícero Lucena, e que, certamente, cumprirá o papel de defesa dos interesses do povo paraibano.

Com a palavra o Senador Carlos Dunga, que dispõe de dez minutos.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e os demais Pares. Em sendo este Senado uma Casa política, eu gostaria de abordar alguns assuntos aqui relacionados. O primeiro é prestar minha homenagem a um homem, paraiba-

no, que ocupou a cadeira da Presidência desta Casa, Senador Humberto Lucena.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, dez anos se passaram desde o falecimento, para nós precoce, do nosso estimado Senador Humberto Lucena. Fiel batalhador da defesa da democracia, Lucena iniciou sua carreira no Partido Social Democrático, o velho PSD, nele permanecendo até que o bipartidarismo veio interromper o ciclo democrático da Constituição de 46. Fiel à sua luta pela democracia, Lucena se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro, MDB, permanecendo no Partido quando ele se tornou o atual PMDB.

Estas, Sras e Srs. Senadores, talvez sejam as mais marcantes lembranças que Humberto Lucena nos tenha deixado: a da coerência associada à permanente busca do entendimento político e a preservação da unidade partidária do PMDB. Morreu em 1998 sem conhecer a cisão por que passou o seu Partido na Paraíba.

O Senador Lucena, na pessoa de sua filha, a Deputada Iraê Lucena, tem uma herdeira e uma continuadora política, na Paraíba, à altura de sua trajetória no cenário político nacional.

A luta pela preservação do entendimento no Estado da Paraíba o fez renunciar a um dos seus mais fortes objetivos que era o de ser Governador do Estado. Colocou o interesse coletivo e partidário acima de seus interesses pessoais. Com isso, apesar da bem-sucedida e profícua carreira, nunca pôde realizar seu sonho de governar o Estado, o que não foi preciso para que sua marca ficasse indelevelmente fixada na Paraíba e no Brasil.

Meus nobres Pares, o Senador Humberto Lucena foi, contudo, por duas vezes, Presidente desta Casa, dirigindo o Senado Federal nos biênios de 1987/1988 e 1993/1994. A lisura com que se conduzia na política o fez eleger-se Deputado Estadual em dois mandatos e Deputado Federal por quatro mandatos, até chegar a esta Casa. Ao final de seu último mandato como Deputado Federal, em 1978, elegeu-se Senador da República, exercendo três mandatos sucessivos até falecer em 1998. Pouco após sua posse, em 1978, torna-se Líder do seu Partido no Senado. Com a anistia e o fim do bipartidarismo, agora no PMDB, volta a liderar o Partido no período de 1982 a 1985.

Em 1985, passa a Líder do Governo José Sarney, firmando uma liderança incontestável entre seus Pares nesses anos de construção da democracia moderna.

Sr. Presidente, a família Lucena constitui uma das mais nobres estirpes da política paraibana nos últimos cem anos. Começa com Solon Lucena, Presidente da Paraíba em 1916, e de 1920 a 1924; continua com

Humberto Lucena, que, se nunca foi Governador do Estado, foi um dos seus mais influentes representantes na política nacional por quase cinco décadas. Tem hoje sua continuidade em Cícero de Lucena Filho, sobrinho do nosso estimado Senador Humberto Lucena, a quem tenho a honra de substituir nesta Casa.

Sr's e Srs. Senadores, dez anos se passaram desde o falecimento de Humberto Lucena. Contudo, a poeira do tempo não apagou a lembrança desse político paraibano que soube, como poucos, fazer do diálogo e do entendimento a mola mestre nas Casas Legislativas por onde passou, seja no Estado ou na Capital da República.

Não é, pois, supérfluo nem demasiado ressaltar a memória do Senador Humberto Lucena, destacar seu legado de luta pela democracia e liberdade neste País.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, tenho certeza de que se aqui estivesse, neste momento, também ele traria a Paraíba a este plenário para registro nos Anais do que ocorre lá no meu Estado, onde, nas últimas 72 horas, se agrava a situação em razão das chuvas recém-caídas.

Está a Paraíba, hoje, trazendo para todo o Brasil a sua necessidade, através de pronunciamentos das suas lideranças e de seus políticos, solicitando ao Governo Federal os recursos, não só para as vítimas das enchentes, mas também para os produtores rurais, que estão à mercê de uma seca de muita água, através da falta de emprego e, também, da falta de crédito, pois o refinanciamento das dívidas não foi efetivado no Nordeste e, principalmente, na Paraíba, como esperávamos.

Por isso, da tribuna desta Casa, Sr. Presidente, quero deixar registrada a necessidade de, urgentemente, o Governo Federal e os bancos oficiais chegarem a todo o Nordeste, especialmente a um Estado pobre como é o meu, a Paraíba, para que possam subsidiar, para que possam levantar mais recursos para uma população que não dispõe de recurso nenhum para promover o cultivo e a colheita para a subsistência de suas famílias e de seus filhos.

Quero dizer a V. Ex^a que, em nosso pronunciamento, assinalo com veemência este segundo detalhe, porque vejo o quanto está sofrendo o Nordeste, especialmente os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, uma grande parte do Ceará e do Piauí e diversos outros Estados, em razão da grande enchente que está caindo em todo o Nordeste brasileiro.

Ouço com atenção V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, ontem, no final do programa de Hebe

Camargo, ela apresentou imagens do seu Estado, a Paraíba, da enchente do rio Piranhas, e também do nosso Estado, para se ter uma dimensão da gravidade daquela situação. Realmente, o senhor traz aqui o seu sentimento de paraibano, de quem está sentindo na própria pele as dificuldades por que está passando seu povo. Quero parabenizá-lo, Senador, porque aqui está a voz. A sua voz é a voz da experiência, do homem nordestino que conhece a realidade, cada passo, cada milímetro das dificuldades que sofremos com uma época com cheia e outra época com seca. E nós, aqui, queremos nos somar para que possamos ser ouvidos e para que o Governo veja essa questão da renegociação das dívidas – importantíssima para dar condições à continuidade da atividade produtiva nos nossos Estados.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senadora, e incorpo o aparte de V. Ex^a ao nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, além da enchente, temos agora também o problema da dengue, problema para o qual o Governador Cássio Cunha Lima conclamou todo o seu Governo. Ele colocou todo o seu Governo em atenção para, no próximo dia 21, os prefeitos, o Governo do Estado, as instituições federais, todos irmados fazermos um dia de luta, um dia de solidariedade a toda a Paraíba, para que a gente possa afastar, de uma vez por todas, essa questão da dengue. Já que temos enchente, já que não temos recursos, mas, pelo menos, vamos querer salvar os nossos irmãos. O Governo está empenhado com toda a sociedade civil do meu Estado para dizimar, tirar da Paraíba mais uma praga que é a dengue, principalmente na área atingida pelas grandes enchentes. Agradeço a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Carlos Dunga, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu, gostaria, se V. Ex^a permitir, que, mesmo na Presidência, eu possa me incorporar à homenagem que V. Ex^a prestou ao Senador Humberto Lucena. Como Governador – e eu na Polícia –, como Senador também, como Diretor da Universidade, sempre nos tratou com distinção, como homem público de primeira grandeza. Quanto ao seu pedido de socorro para o Nordeste, incorporado ao da Senadora Rosalba, espero que o socorro não chegue para o enterro. Tenho certeza de que o socorro chegará a tempo de salvar aquela população sofrida, e não para o enterro daqueles que estão morrendo em razão das enchentes e, principalmente, agora, da dengue. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pela ordem, tem V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de saber se a sessão do Congresso está confirmada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A informação que recebi – foi feita a mesma pergunta para o Senador Alvaro Dias e S. Ex^a consultou –, é que a sessão está marcada para as 19 horas e 30 minutos. Não houve nenhuma informação contrária.

Sei que o Presidente está reunido com alguns Líderes, porque alguns se encontram aqui na Casa. Mas vou consultar se continua mantida a sessão do Congresso. Está sendo feita a consulta ao Presidente. Em dois segundos respondo a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de registrar o seguinte: eu acabo de receber a pauta.

Agora, são praticamente 18 horas. A sessão do Congresso é às 19h30. Eu, sinceramente, não sei como vou votar 37 matérias, recebendo tão em cima da hora assim. Como é que eu vou analisar se o Presidente agiu corretamente, vetando ou não? Vou votar “sim”, “não”, “abstenção”? Como vou votar? O meu Partido eu acho que não teve tempo de analisar também.

Eu só estou registrando, Sr. Presidente, que nós ficamos tanto tempo sem reunir o Congresso; de repente, reúne-se o Congresso com uma pauta colocada em cima da hora. Assim é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O que eu acho importante, Senador, vou deixar para o Presidente, é juntar o caderno com a justificativa do voto. Porque eu acho que é só a expressão resumida do voto. Não tem uma explicação nem do assunto que é tratado na matéria que foi vetada. Eu vi agora também. Parece um concurso vestibular, em que se põe o “xis” do lado: “sim”, “não”, ou opção.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas há matérias polêmicas, tanto é que foram vetadas pelo Presidente. E que eu gostaria, por exemplo, de saber como pensam os paranaenses a respeito dessas matérias. Eu tenho que ter mais tempo para estudar 37 projetos e votar aqui com a consciência tranquila. É difícil assim, Presidente, porque é tanto tempo sem reunir o Congresso e, quando se reúne, é em cima da bucha para a gente votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu vou levar ao conhecimento da Presidência a preocupação de V. Ex^a. Mas essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 15 do corrente, às 19h15, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais. E informa,

ainda, que as cédulas de votação encontram-se à disposição dos Srs. Parlamentares nos gabinetes das lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– De forma que eu acho que, na hora do início, V. Ex^a deve ponderar e pedir a suspensão da realização, se for o caso, em razão da preocupação correta de V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini. Depois, os Senadores Paulo Duque, Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna, exatamente Senador Mão Santa, para relatar, para convocar, para suplicar, para pedir pela nossa região Nordeste. Às vezes, eu fico até inibida com o que podem pensar quando estamos aqui na tribuna, relatando o sofrimento e as dificuldades que a nossa região está enfrentando neste momento com as cheias. Antes, aqui estive muitas vezes para relatar as dificuldades da seca, e agora nós estamos vivendo a dificuldade das águas que São Pedro e São José mandaram demais.

Não é alarmismo, não. Não é drama, não. É a realidade que nós sentimos caminhando nas áreas que estão atingidas, porque eu tenho feito isso desde o início das cheias. Nos finais de semana, volto ao Estado, caminho nas áreas atingidas.

Eu vi quando estava no momento máximo, crítico, quando as águas transbordaram e cobriram praticamente toda a região rural, dizimando as culturas e tirando toda a oportunidade de homens e mulheres do campo que esperavam pelo inverno para terem um ano de muita bonança e de muita fartura.

Estive novamente lá neste final de semana, já com as águas começando a baixar. Apesar de a meteorologia dizer que as chuvas que vão continuar e que poderemos ter mais alguns picos de enchentes, se Deus quiser, isso não vai acontecer, porque, Senador, a dificuldade é grande.

Eu vi a luta de todos os prefeitos, eu vi as cidades solidárias, como em Felipe Guerra, onde estavam reunidas, independentemente de cores partidárias, todas as forças políticas, para levar a solidariedade a seus irmãos. Eu vi também o agricultor que agora olha para a terra devastada, para as cercas no chão, para os canos de irrigação, que foram adquiridos com tanta dificuldade. Todo aquele projeto está destruído. E ele ainda diz: “Senadora, se os homens [os homens é o Governo: o Presidente Lula e todo seu Ministério] entendessem e parassem com essa execução...” Pois, neste momento, Senadora Kátia, quando as cidades estão em estado de emergência e calamidade, os

bancos oficiais continuam executando aqueles que perderam tudo.

Ontem eu estive no Ministério da Fazenda para uma reunião onde estava a Bancada do Nordeste e do Norte, onde estava a Comissão de Agricultura da Câmara, apoiada pela Comissão de Agricultura do Senado, para tratar exatamente da renegociação de dívidas agrícolas. E o apelo que eu fiz ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Dr. Bernardo Api, foi: "Pelo amor de Deus, mandem parar essas execuções". Esses homens vão pagar com o quê? Eles não têm mais nada. Estão perdendo até a tranquilidade; mais do que a tranquilidade, eles estão com a mão na cabeça. Não vão ter como pagar nenhuma dívida. Se eles não têm para pagar a dívida mais recente do investimento para esta safra, imaginem aquelas outras que vêm desde 1995, que, em função das taxas de juros altíssimas, ficaram impagáveis.

Eu ouvi um pequeno proprietário dizer o seguinte: "Minha propriedade não vale nem 10% da dívida que tem aí". E o pior: eles recebem a propriedade e depois fazem um leilão por qualquer valor, de forma a prejudicar ainda mais.

Senador Jayme Campos, ontem, nós da Bancada nordestina estivemos nessa reunião, apresentando uma proposta. O Governo vai editar uma medida provisória de renegociação das dívidas, e nós levamos uma proposta pedindo tratamento diferenciado, porque a nossa região é diferenciada.

Nos últimos 18 anos, durante 11 anos, praticamente, houve frustrações totais ou parciais da safra, ou por seca ou por enchente. Foram sete secas e quatro enchentes. Então, não é justo que não tenhamos um tratamento diferenciado. Mas o trabalhador nordestino, o homem do campo, a família que está no campo tem amor àquele chão, onde estão as suas raízes. Ela quer ver brotar e faz isso com o suor do seu rosto. Não é justo que se tire desses homens e dessas mulheres a oportunidade de continuarem produzindo na sua terra, e essa oportunidade o Governo tem a obrigatoriedade, a sensibilidade...

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Nobre Deputada Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já lhe concederei um aparte, Senador.

Porque vivemos num ente federativo. Entendo que o Brasil federativo é o Brasil solidário, para que possam chegar, na hora certa, em momentos de angústia como este, não somente os recursos necessários para que essas famílias possam retomar as suas atividades agrícolas, as suas atividades produtivas – da agricultura, da carnicultura, da cerâmica, enfim, das mais diversas atividades que estão prejudicadas –, mas que também chegue o dinheiro da medida provisória,

que estamos aqui dispostos a aprovar, tanto a nossa Bancada quanto a Bancada de V. Ex^a. Tenho certeza de que há solidariedade deste Senado e da Câmara para que esses recursos cheguem rapidamente. Eles já podem chegar, mas, até agora, os prefeitos me informam que ainda não receberam nada e já estão para perder a esperança.

Concedo um aparte ao nobre Senador Carlos Dunga.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Eu quero, aparteando V. Ex^a, nobre Senadora, também trazer a vontade da Paraíba, a vontade do Nordeste como um todo, e também do Centro-Oeste, do Sudeste, de todas as regiões deste País, pela continuidade da renegociação das dívidas agrícolas. Isso aconteceu no ano passado, mas muitas ações ficaram fora: a securitização, o Pesa e tantas outras funções de débito, que não entraram no refinanciamento havido anteriormente. Por isso, aparteando V. Ex^a, eu faço um apelo para que a renegociação tenha continuidade, para atender essa população, que sofre com água demais, que sofreu com água de menos, com estiagem e falta de crédito. Por isso, eu me incorporo ao pronunciamento de V. Ex^a, pedindo isso aí.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, nós tivemos, nestes últimos anos, 11 renegociações, que não surtiram efeito para nós. Foram muito mais proveitosas para os bancos. Salvaram os bancos, não os produtores. E agora longe de mim ser contra medida provisória que vai beneficiar todo o Brasil, a Região Centro-Oeste, os produtores de soja, os produtores de arroz, de uva. Todos. Agora, o que nós queremos, Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a que é da Comissão de Agricultura, é uma atenção diferenciada, devido à diferença que temos no Nordeste em função das questões climáticas, o que não é culpa nossa, pois não podemos, de forma alguma, muito pelo contrário, culpar aquele que é o nosso Pai maior, o Pai do universo.

Então fica aqui, mais uma vez, esse apelo de que o Governo seja sensível, pois a hora é agora. Essa medida já deveria ter sido feita, Senador Tuma, Presidente. Na hora da calamidade, todas as cobranças bancárias em relação aos produtores já deveriam ter sido suspensas. Não precisa chegar relatório, não; as imagens estão aí todos os dias nos jornais, nos noticiosos.

Ontem, Hebe Camargo fazia um apelo à solidariedade brasileira para os nossos irmãos nordestinos. Isso é doloroso, minha gente! Gostaria de estar aqui só falando das coisas bonitas e boas do nosso Nordeste, porque lá existe muita coisa bonita e boa. Quanto já contribuiu e contribui essa Região para impulsionar e fazer crescer o País? Temos o turismo, as praias lin-

das, e isso é maravilhoso! E, nesse final de semana, também vi o espetáculo das águas onde não há cheia, mas aquele açude lindo lá de Acari sangrando, e a população comemorando e festejando. Era outra região! Fui também ao açude Itans, de Caicó, onde vi o milagre das águas, mas que, quando é demais, faz com que a produção da nossa Região seja destruída. E aí temos de pedir socorro a quem? Ao Governo Federal, porque todos nós somos brasileiros. Todos nós somos brasileiros! E o Governo não pode ser de um nem de outro, não. O Governo tem que ser para todos.

Não queremos, de forma alguma, que o Sul, o Centro-Oeste, o Norte, que as outras regiões deixem de também ter seus direitos assegurados. Mas queremos o direito, mais do que nunca, no momento da calamidade, o direito da solidariedade. Tenho certeza de que, se fizessem uma pesquisa neste Brasil, perguntando a cada brasileiro se, em um momento como esse, eles gostariam que o Governo chegasse mais rápido...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...com mais recursos para ajudar nossa gente, tenho certeza que o sim seria unanimidade, porque o povo brasileiro é bom, é generoso, é solidário. O povo brasileiro sabe que, por todo este Brasil, em São Paulo, na Região Norte, na Região Centro-Oeste, no Rio Grande do Sul, ele encontra também passo firme e forte do nordestino no trabalho, com sua inteligência, com sua competência e, principalmente, com sua generosidade. Somos brasileiros, um povo bom.

Que o Presidente, que também é nordestino, neste momento tenha agilidade. Uma ação urgente, Senador Paulo Paim. É isso que estamos precisando.

Eu, que já falei tanto aqui, que clamei tanto pela transposição do São Francisco, que defendo aqui para que, nos momentos de seca, possamos sobreviver, ter condições de enfrentar as dificuldades, agora clamo: a cheia chegou! Agora é momento de outra seca, a seca do emprego. Mas ela pode acabar facilmente se o Governo for solidário, der apoio ao pequeno agricultor.

Não estou falando aqui nas grandes empresas que têm seguro. Não estou falando aqui daqueles que já têm demais; estou falando do pequeno, da agricultura familiar, dos mais de mil pequenos proprietários só no Vale do Apodi. Isso sem contar as outras regiões, não somente do meu Estado, mas de todo o Nordeste.

Fica aqui, Senadores, o meu apelo. Peço a todos a solidariedade. Vamos ajudar esse povo bom e sofrido porque, com certeza, eles lhe retribuirão muito mais com a força do seu trabalho, com a sua luta e com o exemplo de fortaleza, que é não somente do Nordeste, mas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senadora. Somos solidários aos seus apelos, na esperança de que alguém do Governo esteja ouvindo a sua manifestação cheia de sentimentos.

Com a palavra o Senador Paulo Duque e, em seguida, o Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, que representa o Estado de São Paulo, meu caro Senador Francisco de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há um orador na tribuna. Por favor, prestem atenção ao Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, os três oradores que me antecederam – Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte; Expedito Júnior, de Rondônia; e Carlos Dunga, da Paraíba – abordaram matéria de alta relevância, o que me faz acreditar, cada vez mais, que isto aqui é o Brasil. Apesar de todas as mazelas eventuais, as discordâncias, os escândalos que, de vez em quando, são publicados, isto é o Brasil.

A Senadora Rosalba Ciarlini me fez lembrar o livro de Euclides da Cunha: “O Nordestino é antes de tudo um forte”. Não foi ele que disse isso? Não é uma frase imortal do seu livro **Os Sertões**? E é, pela descrição que fez ali.

E a voz lá de Rondônia, distante, Estado que quero conhecer muito, preocupado com essas indenizações milionárias dos que se julgaram prejudicados pelos movimentos militares. Quero dizer que é preciso muita sublimidade para não ficar com inveja desses milhões – de jeito nenhum – ou ficar deprimido com essas notícias de indenizações pagas a quem se meteu na guerra.

Meu Deus do Céu! Quantas guerras e revoluções houve no Brasil? Inúmeras, amanhã mesmo vamos comemorar a Batalha dos Guararapes. Já imaginaram se os militares de 1935, as vítimas de 1935, de 1937, de 1938, se todos esses militares que faleceram, que foram até assassinados dentro do Palácio Guanabara, se suas famílias fossem pleitear indenizações? O Brasil ia à falência! Não tinha dinheiro para pagar essa gente toda – da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial – ninguém mais iria conseguir sobreviver se a isso fosse dado prosseguimento. Espero que seja a primeira e a última vez. Deixa para lá, porque outras revoluções virão. Claro, qualquer país tem os seus movimentos políticos que podem resultar em conflitos armados. Mas e daí?

Sabe, Sr. Presidente, quais foram os mais beneficiados? Devo dizer: os advogados que pegaram essas causas. Não pense que foi de graça. É possível que tenham ganho muito mais do que os próprios autores

das ações. Houve advogado que pegou vários e vários e vários... Não sei quanto vai isso. Mas o que eu quero dizer é que não se pode, não se deve ficar com inveja de um eventual dinheiro que entrou de forma transversa no bolso daqueles que se julgaram prejudicados. Não, nada disso.

Rosalba Ciarlini falou sobre os males eventuais do Nordeste, mas o nosso País tem tanta coisa de positivo nesses oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, tantas coisas positivas, que vamos deixar os malefícios passarem. E eu falo, porque tudo aconteceu no Rio de Janeiro. Tudo ocorreu no Rio de Janeiro. A dengue começou lá... Eu não conheço ninguém contaminado – eu não conheço, eu. Não conheço nenhum óbito de dengue no Rio de Janeiro. E lá há uma concentração. Quando esteve aqui o representante do Ministério da Saúde, fiz uma simples indagação – V. Ex^a é médico, Senador Mão Santa, e dos grandes médicos brasileiros, estudou no Rio – eu perguntei: "Existe aqui no Rio de Janeiro cerca de quarenta e quatro mil detentos, internos, nas penitenciárias e eu não vi noticiário nenhum de alguém que tenha sido afetado – afetado, não morto, não ido a óbito – nas penitenciárias do Rio de Janeiro." Isso é uma coisa que me intriga. Lá há uma grande concentração de gente, o que é favorável à proliferação desse tipo de epidemia.

Finalmente, falou aqui o Senador Carlos Dunga, que eu não conhecia. Recebi um cartão muito simpático. Ele assumiu aqui há pouco tempo e fez um belo pronunciamento, pois é daqueles que se lembram do passado, dos homens que engrandeceram o País, das coisas boas e merece, portanto, a minha admiração. Sou altamente otimista. Ele falou sobre o grande Deputado, um grande Governador do Nordeste, que foi Humberto Lucena, que eu não conheci pessoalmente. Humberto Lucena foi Presidente do Senado Federal aqui em Brasília. Assim o Senador Carlos Dunga mostra sua grandeza de espírito, pois é um homem público que faz questão de relembrar o passado.

Sr. Presidente, confesso que hoje ia falar sobre a fusão do Rio de Janeiro com o antigo Estado da Guanabara. Era o meu tema de hoje. Imagine V. Ex^a, de repente, o Presidente mandar, por qualquer motivo, uma mensagem fundindo o Estado de São Paulo com o Estado do Paraná, ou o Estado de Santa Catarina com o Estado do Rio Grande do Sul, ou o Estado do Amazonas com o Estado do Pará. Foi o que aconteceu conosco lá no Rio. De repente, o Presidente Geisel manda uma mensagem fundindo o Estado do Rio de Janeiro antigo com o Estado da Guanabara novo, que foi governado por três – para nossa sorte: Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. A ex-Guanabara teve

a sorte de ser governada por três grandes estadistas. Esta foi, realmente, a nossa oportunidade.

Para lhe dar um exemplo, não fosse Chagas Freitas, que foi Deputado Federal muitos anos, o primeiro metrô do Brasil não teria saído. Foi o primeiro metrô do Brasil. As forças econômicas dos transportes, poderosíssimas, tudo fizeram para impedir que as obras do metrô fossem iniciadas e que se desse continuidade a elas. Foi inaugurado o primeiro trecho por Chagas Freitas e pelo General Geisel. Mas isso é uma outra história, mais longa, que exige mais tempo da tribuna e mais paciência dos Senadores.

Por isso, Sr. Presidente Romeu Tuma, ao me despedir da tribuna, quero lembrar apenas que falei sobre as palavras do Senador Expedito Júnior, da Senadora Rosalba Ciarlini e também do novel Senador Carlos Dunga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado, Senador Paulo Duque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Transcorre, hoje, o segundo dia em que as medidas provisórias constantes dos itens nºs 1 a 6 figuram na pauta.

Nos termos do acordo das lideranças, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2**MEDIDA PROVISÓRIA N° 405, DE 2007**
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3**MEDIDA PROVISÓRIA N° 406, DE 2007**
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão duzentos e cinqüenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4**MEDIDA PROVISÓRIA N° 407, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes –

DNTI e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

5**MEDIDA PROVISÓRIA N° 408, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

6**MEDIDA PROVISÓRIA N° 409, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de

Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

- 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

- 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

- 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando

o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluir novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolfo Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que vedava a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua graduação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

51

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Stihessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

52

REQUERIMENTO N° 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Stheissenko, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

53

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

54

REQUERIMENTO N° 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

55

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moza-

rildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

56

REQUERIMENTO N° 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

57

REQUERIMENTO N° 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

58

REQUERIMENTO N° 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

59

REQUERIMENTO N° 1.428, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

60

REQUERIMENTO N° 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

61

REQUERIMENTO N° 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

62

REQUERIMENTO N° 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luce na e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,*

composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

63

REQUERIMENTO N° 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

64

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

65

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

66

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos*

de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica.)

67

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

68

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

69

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

70

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

71

REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

72

REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO N° 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na semana passada, num momento de soberania desta Casa, aprovamos o projeto do ilustre Senador Paulo Paim que estende o reajuste do salário mínimo para todas as faixas de aposentadorias pagas pelo INSS.

Foi um dia de auto-afirmação deste Parlamento diante das imposições do Executivo, da ditadura da

maioria e dos maléficos grilhões das medidas provisórias.

Lembro-me de que muitos de nós dizíamos, em tom de desabafo, que, enfim, aquele era um dia produtivo. Eu, particularmente, disse isso aqui nesta tribuna. Uma data para ser lembrada não pela simples aprovação da medida em si, mas porque todos nos sentimos úteis restituindo o direito a uma vida mais digna para centenas de milhares de brasileiros.

Qual não foi a minha surpresa quando li, nas páginas do jornal *O Globo*, declarações do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, taxando de “irresponsável e insustentável” a decisão do Senado Federal.

Considero a opinião de S. Ex^a um insulto às nossas prerrogativas legislativas, uma afronta à nossa condição de representantes dos entes federados, eleitos de forma democrática pela população.

Além de deselegante, por se tratar de matéria vencida nesta Casa, a argumentação do Ministro, que pede aos Deputados da base aliada que não validem a matéria na Câmara Federal, está eivada de preconceitos contra uma classe que já contribuiu muito para o desenvolvimento do País.

Para o Ministro, segundo a reportagem de *O Globo*, o realinhamento de 5% para 9% nos proventos de aposentados e pensionistas causará uma sobre-carga de R\$4,5 bilhões no caixa da União neste ano. Ora, uma soma ínfima para os cofres públicos se for levado em consideração o bem-estar de compatriotas que necessitam de um reforço em seus modestos orçamentos familiares.

Portanto, dizer que a aprovação do projeto do Senador Paulo Paim é “irresponsável e insustentável” é, no mínimo, uma ofensa ao sofrimento dos aposentados do Brasil, é uma punhalada traízoeira na soberania do Senado Federal. Pois, em uma atitude de pura defesa de nossa honra, poderíamos perguntar então: seria responsável a gestão que o Governo faz dos cartões corporativos? Ou ainda: é sustentável a blindagem política em torno da Ministra Dilma Rousseff?

Parece-me que o Ministro Paulo Bernardo deve se ater aos seus estritos compromissos constitucionais e não pode, a bem do equilíbrio entre os Poderes, emitir juízo de valor sobre decisão desta Casa. Ele poderia até recomendar votação contrária a seus aliados na Câmara, mas jamais insinuar que o Senado teve uma atitude imprópria ou irresponsável.

Ao falar demais, S. Ex^a tropeçou, numa frase, na linha que divide a sua obrigação de planejar ações do Governo com a autonomia e a independência do Legislativo.

De tal forma que eu quero aqui dizer que estou indignado pela infeliz matéria, ou seja, pela infeliz de-

clarão do Ministro Paulo Bernardo que saiu, no dia de hoje, no jornal *O Globo*. Confesso que fiquei triste e não esperava jamais partir dele um assunto sobre uma matéria que passou por esta Casa. E todos nós brasileiros – e posso afiançar –, de maneira geral –, sobretudo os aposentados, estamos felizes com o projeto de lei apresentado aqui, de autoria do Senador Paulo Paim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos, a bravura de V. Ex^a vem lá das origens do Mato Grosso: seu irmão... Atentai bem: Deus escreve certo por linhas tortas. Eu tinha visto e, depois, quis saber... Eu tinha comentado, hoje, com Paim isso. Mas eu fiquei tão indignado que eu perdi... Hoje, eu comentei com Paim. A gente lê tanto nessas viagens... Mas V. Ex^a, melhor do que eu, está interpretando isso com grandeza. Eu li isso e, depois, eu não reencontrei. Fiquei tão indignado, Senador. Olha a Presidência: Romeu Tuma irresponsável? Símbolo da instituição mais sagrada que tem este País, ícone, a Polícia Federal. Olha ali o outro quadro: Paulo Duque. Paulo Duque! Olha, ele estava do lado de Getúlio, fazendo as leis trabalhistas; tanto do lado, que casou com a secretária de Getúlio Vargas. Bela esposa! Mas eu, emocionado, hoje contava, Romeu Tuma, que, lá no meu Piauí.... Eu li um livro de Chagas Freitas, o jornalista do PMDB, líder, que, em momento difícil, revolucionário, por eleição direta, foi duas vezes Governador da Guanabara. Jornalista do jornal *O Dia, A Notícia*, e o Paulo Duque estava lá do lado dele, inaugurando as obras. V. Ex^a, três vezes Prefeito. Eu fui uma só. Aí, pega esse aloprado aí a nos chamar... Ô Kátia, V. Ex^a, mulher, símbolo da mulher que trabalha, é líder, santa, pecuarista. Quer dizer, irresponsável? Paim é o melhor quadro do PT. Eu desconheço outro. Não há nenhum. Paim irresponsável? Primeiro, vamos analisar o salário. Esse fator previdenciário – o Espírito Santo baixou na cabeça de Paim, e ele fez a lei; eu fui o Relator – só existe no Brasil. Não existe em lugar nenhum do mundo. Nós não podemos ficar na história como os que perseguem os velhinhos aposentados. Enfim, para que me entendam: o Governo fez um contrato... Trabalharam 35 anos, pagaram para dez salários mínimos e estão recebendo quatro. Quem pagou para receber cinco está recebendo dois. Isso só o Brasil tem.

Aí, Paim fez a lei; eu fui o Relator, discutiram, aprovaram e tudo. Aquela lei também possibilita ao aposentado ter o mesmo benefício que ganha o trabalhador da ativa. Ontem, estava o Presidente Sarney

aqui, e eu fazia uma retrospectiva. Sarney é abençoado. A mãe dele, que hoje é Santa Kyola, disse – eu li na biografia do Sarney –: “Meu filho, não deixe perseguir os velhinhos aposentados”. Sarney pagou! A vida toda! Não havia esse fator previdenciário, não! A mãe dele – está na biografia dele, no livro, e ontem ele estava aí – disse: “Meu filho, não deixe ninguém perseguir os aposentados”. Está aí, velhinha. Quer dizer, essa foi a página mais bela de coragem. A luta começou. Quero dizer que temos uma idéia de formarmos, acima dos partidos, pela democracia, pela altitude, pela justiça, pela dignidade, para restituirmos o que devemos aos velhinhos aposentados, um bloco em solidariedade à manutenção da lei do Paim, que restitui... É um bloco independente. Eu já tenho alguns. Quero convidar V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Conte comigo

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Já tem uns dez, é quase um partido aqui que vai nascer. E eu fiquei incumbido de convidar, para liderar – houve um desencontro –, o Senador Pedro Simon para esse bloco. Eu quero convidar. Nós não vamos ficar para a história como o único país que persegue os velhinhos aposentados. Vamos enterrar isso, como enterramos a CPMF. V. Ex^a, com o Paim, são dois generais. E eu quero ser soldado desse movimento.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a por defender a Casa. Do alto da sua autoridade – o Senador Mão Santa foi muito feliz –, inúmeras vezes Prefeito, Governador do seu Estado, V. Ex^a está pedindo apenas bons modos. Eu diria isso. Discordar é legítimo; mudar de opinião, como muitos mudaram, é legítimo também. Agora, não pode se dirigir a uma Casa, onde todos têm uma história – Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador, Presidente da República, Vice-Presidente da República... Muitas vezes eu fui à tribuna aqui quando entendi que um Senador tinha usado um termo inadequado em relação a um Ministro. Permita-me, Senador Mão Santa, uma vez conversei com V. Ex^a, e V. Ex^a, de pronto, pediu: “Presidente, retiro, então, esse termo”. Então, com que autoridade, seja qual for o Ministro, se dirige à Casa da forma como alguns estão se dirigindo? Eu também não admito. Quer discordar, discorde; vamos para o debate democrático e de alto nível. E nós estamos dispostos a esse debate em qualquer lugar que seja necessário. Dialogar, concordar, discordar, construir alternativas. Mas querer dizer para mim que o fator previdenciário, tema sobre o qual fizemos até vigília nos tempos de

oposição para derrubar e perdemos... E quando temos a oportunidade de acabar com o fator e estabelecer a idade mínima... muita gente que fala não teve coragem de apresentar uma PEC da idade mínima, que existe em todo o mundo. Não há um país no mundo hoje que praticamente não trabalhe com tempo de contribuição e idade mínima. Fator previdenciário é uma invenção, eu diria, cruel contra os pobres no Brasil. Se chegamos a esse entendimento – e que bom que chegamos! –, oposição e situação, vamos retirar o fator e trabalhar com a idade mínima, que está na PEC nº 10 também por nós apresentada. Dizer que isso não é uma posição responsável? Desculpe-me. Mas há alguns Ministros que são o que chamo de faísca adiantada. Usam o termo inadequado num momento totalmente desproporcional. Sei que outros usaram um termo semelhante hoje, e, quando me perguntam, eu respondi: “Ele é jovem ainda. Com o tempo, ele vai aprender que não deve se dirigir assim ao Senado da República”. Vamos ao bom debate aqui e na Câmara. E que prevaleça a vontade da maioria. E, se prevalecer mesmo a vontade da maioria, com certeza derrubaremos o fator e garantiremos uma política de recuperação dos aposentados e pensionistas, que, juntos, somam mais de 40 milhões de pessoas neste País que serão beneficiadas de forma equilibrada, porque apontamos todas as fontes de recursos para cada um dos dois projetos. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo aparte.

Sr. Presidente, até porque o tempo está esgotando, permita-me concluir a minha fala. Refiro-me a outro assunto muito importante que acompanhei pela imprensa, assim como V. Ex^as têm acompanhado.

No sentido contrário, eu gostaria também de parabenizar aqui o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela serena declaração em que promete rever a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que tem levado ao conflito os moradores da região.

Merecem reflexão, Kátia, as ponderações do Ministro Gilmar quando indica que existem riscos à soberania nacional, pois a reserva coincide com as fronteiras do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Mais adiante, S. Ex^a propõe um novo modelo de extensão das áreas de preservação, com ilhas de reservas, em vez de territórios contínuos que ocupariam aproximadamente 60% das terras de Roraima.

Entendo que o Brasil precisa da lucidez e da coragem de homens como Gilmar Mendes, que não se vergam a pressões casuais, pois se mantêm íntegros diante do julgamento da História.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente. Agradeço a sua generosidade em conceder-me um tempo a mais do que regimentalmente é previsto.

Muito obrigado, Senador Romeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Senadora Kátia Abreu.

O Senador Paim saiu?

Senador Jayme Campos, eu queria me dirigir ao Senador Paim, se a Senadora Kátia Abreu me desculpa, só para dizer que esta Casa respeita a outra Casa. Os Deputados foram eleitos legitimamente para representar o povo. Então não há nem ministro nem ninguém que possa determinar o comportamento dos Deputados. Eles têm a consciência livre para saber como votar em benefício daqueles que são sacrificados pela aposentadoria, pela idade e, principalmente, pelos salários humildes que recebem.

Qualquer um de nós que precisa ir a uma farmácia comprar um remédio contínuo sabe quanto custa um medicamento; provavelmente um salário mínimo não dê para pagar uma caixa de remédio.

Então, não há como desafiar a Câmara para exigir que ela anule uma votação legítima feita no Senado. Eles vão decidir com a consciência livre, Senadora Kátia. E isso é importante. O povo é representado pela Câmara; nós representamos os Estados e estamos defendendo o povo também! Então não há como impor uma decisão a uma das Casas para neutralizar a decisão da outra, porque o Congresso é uno. Então, peço licença a V. Ex^a, porque, ouvindo o Paim, começa a nos trazer uma profunda angústia.

Obrigado, Senadora Kátia, e desculpe.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Imagine. Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Senador Jayme Campos pela sua manifestação e pela sua indignação. Está hoje no jornal *O Globo*: “Proposta irresponsável e insustentável, diz Ministro”, com relação ao reajuste, ao aumento, dos aposentados.

Quero dizer ao Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que é a segunda vez que ele chama o Senado Federal de irresponsável. Até posso entender que talvez seja um complexo, Senador Mão Santa, um desejo imenso de estar aqui, e não conseguir. Em segundo lugar, ele é um Ministro de Estado e deve respeito ao Senado Federal. Esse projeto de lei é de um Senador do seu Partido, um Senador de respeito, que é o Senador Paulo Paim, eleito pelo Rio Grande do Sul. A primeira vez, chamou-nos de irresponsáveis quando derrubamos a CPMF. E até hoje ele não teve a humildade de pedir desculpas à Oposição, depois

das arrecadações maiores que tivemos nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano. É assim que as pessoas honestas e justas fazem: quando cometem um erro, pedem desculpas.

E pela segunda vez nos chama de irresponsáveis, por estarmos cuidando dos idosos do País. Mas eu não vi o Ministro Paulo Bernardo, nenhuma vez, chamar os seus colegas Ministros de irresponsáveis quando usaram o cartão corporativo com o dinheiro do povo. Eu não vi, nenhuma vez, ele chamar o Ministro do Esporte de irresponsável, porque comeu tapioca usando o cartão, nem a Ministra, que foi ao *Free Shop* comprar perfumes com o cartão. Nenhuma vez eu o vi chamar seus colegas, seus parceiros, os aloprados, de irresponsáveis.

Então, peço ao senhor, Ministro Paulo Bernardo, que respeite esta Casa e que se dê o respeito para ser respeitado.

Quero também, Sr. Presidente, fazer uma reclamação à Casa. Não sei se justifica.

Senador Marconi Perillo, por favor, quer fazer um aparte?

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Eu gostaria apenas de não perder a oportunidade de saudá-la, cumprimentá-la, extensivo a todos os outros colegas que abordaram o tema em relação à questão do indexador para os idosos. Há muito tempo estamos, aqui no Senado, aguardando, com expectativa, o dia da aprovação dessa matéria. Felizmente isso aconteceu na semana passada, e estou convencido, Senadora Kátia, de que estamos fazendo justiça àqueles que deram tanto de suas vidas em favor do nosso País e que merecem a nossa atenção. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Marconi Perillo.

Sr. Presidente, eu gostaria de usar, mais uma vez, da palavra para falar a respeito da logística no País, especialmente a respeito dos portos brasileiros.

Sou do interior do Brasil, do Estado de Tocantins, o Estado mais central do País. Mas, mesmo estando longe do mar, o meu Estado vive em função do porto. Somos um Estado com vocação agropecuária. Exportamos soja exportamos carne, exportamos milho, exportamos fruta e os portos do Brasil nos interessam muito.

Não só o Tocantins levanta essa bandeira Sr. Presidente. Inúmeras vezes estive nesta tribuna e nas comissões da nossa Casa falando sobre as hidrovias, ferrovias e os portos brasileiros, porque são vitais para todos os Estados do Brasil, os 27 Estados do Brasil.

Além de tocantinense, nascida em Goiânia, eu sou brasileira, Sr. Presidente, e penso no meu País

como um todo. Quero que o meu País cresça junto, que todos os Estados possam ser fortes e possam ser grandes produtores e exportadores. Temos uma oportunidade ímpar de fazer algumas correções que quero aqui dizer que não têm nada a ver simplesmente com este Governo. A Lei dos Portos é uma legislação antiga que merece algumas correções, mas também temos alguns erros praticados agora, no momento, pela Antaq, neste Governo. Este momento é através da Medida Provisória nº 412, que ainda está na Câmara Federal para ser votada, que trata do reporto.

O conteúdo da medida provisória é excepcional, um conteúdo bom, que dá isenção fiscal a todos que estão investindo e implementando os portos do Brasil. Ainda ontem, tivemos matéria no *Estadão*, semana passada, na *Folha de S. Paulo*, também no *O Globo*, sobre o caos nos portos do Brasil. Inclusive, o Tribunal de Contas da União aprovou, por unanimidade, no dia 27 de março deste ano, uma auditoria nos portos do Brasil pelo perigo de apagão de eficiência.

Aí, Sr. Presidente, gostaria muito que pudéssemos, com a MP nº 412, fazer como sempre estamos fazendo aqui: pegar carona em medida provisória para aprovar e corrigir os rumos do País, porque não sobra tempo ao Senado Federal, ao Congresso Nacional como um todo, para aprovar os nossos projetos, de nossa autoria. Então, temos que fazer emendas, aproveitando as relatorias dos colegas, para pegar carona e aproveitar alguma coisa que seja boa e melhor para os brasileiros.

Em relação à Medida Provisória nº 412, que virá em seguida para o Senado, já tenho a palavra do Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, de que terei o prazer de ser Relatora desta matéria. Não tenho nada contra o mérito da matéria. Pelo contrário, como disse agora há pouco. Dá uma isenção fiscal em todos os investimentos nos portos do Brasil. E isso é da máxima importância.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, os portos do Brasil tiveram, em 1999, um investimento, por parte do Orçamento Geral da União, de 0,013% do PIB. Agora, em 2007, o último investimento foi de 0,014. São quase dez anos, e não tivemos nenhum investimento significativo nos portos do Brasil, enquanto as nossas exportações aumentaram com uma força tremenda.

Quero apenas citar papel e celulose. De 1997 a 2006, no mesmo prazo dos investimentos, aumentamos as exportações de papel e celulose em 114%; exportamos açúcar a mais, nesses dez anos, 196%; o álcool, 2.270% litros de álcool; bovinos, tivemos um crescimento nas exportações, em dez anos, de 950%.

Suínos, 764%; aves, 302%; soja e grãos, 199% de aumento nas exportações. E também não só exporta-

mos, como tivemos um aumento imenso com relação às importações de fertilizantes, que também usam os portos. Houve um aumento de 71% nas importações de fertilizantes, em nove anos, com investimento pífio nos portos do Brasil. De modo geral, os nossos investimentos em infra-estrutura têm sido baixos ao longo de muitos anos, mas especialmente com relação aos portos brasileiros. Realmente, Sr. Presidente, chega a ser vexatório.

Eu gostaria aqui de dizer que temos algumas emendas que estão sendo negociadas com a Casa Civil. Tivemos uma reunião já com o subchefe de assuntos institucionais parlamentares na Casa Civil, Dr. Marcos Lima, e também com o coordenador-geral de logística da Secretaria dos Portos, Dr. João Aparício dos Reis Costa. Discutimos as emendas que apresentei e as que pretendo apresentar como relatora, porque, a partir do momento em que o debate foi aumentando, outras pessoas interessadas nos procuraram para que pudesse também usar essa medida provisória e corrigir as distorções que existem nos portos do Brasil.

E eu começo, Sr. Presidente, pela principal emenda. Não porque seja mais importante do que as outras, mas porque é a mais polêmica de todas.

Existem três tipos de portos no Brasil e no Mundo. O porto privado é aquela empresa que tem produção própria e constrói um porto para exportar tudo o que produz; só produção própria. O segundo tipo é o porto organizado, um porto público em que o Governo faz o investimento necessário e depois privatiza as áreas. A iniciativa privada vai para a concorrência, ganha a licitação e se organiza nesse porto organizado com administração pública. Então, chama-se porto organizado; ele é público e privado ao mesmo tempo.

Mas também existe, Sr. Presidente, o porto privado misto. O cidadão pode construir um porto com recursos próprios e, por meio dele, exportar produção própria – algo produzido por ele –, mas também pode exportar produção de outras pessoas e de outras empresas.

Qual é a grande vantagem que a Constituição brasileira impõe nesse terceiro tipo de porto? Especialmente para nós, brasileiros, o ideal seria que tivéssemos – todo o Brasil, o Governo brasileiro – recursos para fazer o porto público e depois privatizar as áreas e os lotes. Mas nós sabemos – e eu acabei de ler aqui – como são os investimentos nos portos do Brasil. Nós não temos dinheiro para fazer portos, e não podemos pedir a iniciativa privada, os empresários do Brasil que querem construir os portos privados mistos. Isso não significa que esses empresários não ficarão à mercê da regulação brasileira. Isso não significa que eles não ficarão sob a égide da Antaq, que é a agência reguladora. O que precisamos fazer? Nós

precisamos de porto privado; nós precisamos de porto organizado, público/privado; e nós precisamos do porto privado misto. Se alguém estiver no porto organizado e se sentir prejudicado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senadora, eu vou prorrogar seu tempo, mas já estou sob protesto da Senadora Lúcia Vânia, com razão, porque S. Ex^a está inscrita para falar pela liderança. Então, eu pediria brevidade a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Senadora Lúcia Vânia, o que nós precisamos para acabar com esse apagão na logística dos portos do Brasil é permitir que os empresários possam construir portos privados mistos e que a regulação possa agir nesse momento. Que a regulação possa, inclusive, ressalvar o interesse público. Imagine que tenho um porto, em num lugar estratégico, que é privado e misto. Resolvo, de repente, não mais exportar soja de terceiros por esse porto. A Antaq pode fazer as normas e obrigar que os produtos de interesse público possam ser ressalvados e que o porto privado tenha a obrigação de exportar o produto. Então, não existe incompatibilidade entre o porto privado misto e o porto organizado.

O que nós solicitamos também para o pessoal do porto de Santos e do porto de Paranaguá, por exemplo, é que o Governo possa parar de cobrar as concessões todos os anos. Eles teriam uma compensação. Por não pagarem essa concessão todos os anos poderiam ficar competitivos com os portos privados mistos. Eles vêm pagando, ao longo de 30 anos, por exemplo, uma concessão. Todo ano pagam uma taxa. Ao final de 30 anos esse patrimônio é do Governo. Eles podem perder a licitação. Então, o porto organizado tem razão de estar preocupado.

Queremos resolver o problema de todos. Nosso negócio não é privilegiar uns em detrimento de outros. Se o porto organizado sente-se prejudicado, vamos trabalhar nessa medida provisória para que as concessões possam deixar de ser pagas. A iniciativa privada que está no porto vai dele cuidar, vai fazer os investimentos necessários. E as taxas cobradas pelo Poder Público poderão sustentar os investimentos de que tanto nossos portos precisam, como Santos e, especialmente, Paranaguá.

Ouço o aparte do Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senadora, o seu projeto é a lógica, é o normal, é o lúcido.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – É uma maneira de mostrarmos ao Brasil que o Governo bra-

sileiro quer que os empresários invistam em portos. A maneira como o Governo está tratando é mais ou menos a seguinte: você pode comprar um caminhão, mas não pode transportar mercadorias dos outros, só a sua.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Exatamente.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quer dizer, é uma interferência cruel, dura, feita por uma portaria contra a legislação. É uma portaria contradizendo uma legislação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Uma resolução.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Veja que o Espírito Santo, o maior complexo portuário do Brasil – oito portos –, apóia a emenda de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

E ficou também fora dessa isenção do Reporto o porto seco. Os portos secos servem de sustentação aos portos marítimos. Há empresários no Brasil que trabalham nos portos secos e que precisam também dessa mesma isenção, a exemplo de vários portos na costa, mas que não estão encostados no mar. Então, nada mais justo que possamos incluir os portos secos também nessa isenção do Reporto.

Enfim, eu teria aqui outras emendas muito importantes para o Brasil, mas, em respeito à Senadora Lúcia Vânia, ao tempo que V. Ex^a me concedeu, vou terminar por aqui, apenas deixando a última emenda para o agronegócio brasileiro.

O Fundo da Marinha Mercante, cobrado apenas no Brasil, é um subsídio à indústria naval. Não à custa do Governo, mas à custa do usuário brasileiro. De todo o frete naval deste País, cobram-se 25% para o Fundo da Marinha Mercante, a fim de financiar a indústria naval brasileira. Isso significa, Senadora Lúcia Vânia, que é de um Estado agrícola, assim como o meu Estado, Tocantins, ou Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 5% no custo de produção de um saco de soja.

Queremos que, pelo menos, os fertilizantes defensivos sejam isentos desse Fundo da Marinha Mercante, para baratear o custo Brasil no agronegócio brasileiro. Mas quero dizer, de antemão, que sou contra, em princípio, o Fundo de modo geral.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Espero ter o apoio dos colegas à MP que está chegando a Casa e que possamos, de forma supra-partidária, melhorar a eficiência dos portos do Brasil,

para sairmos da lista internacional dos campeões de ineficiência portuária de todo o mundo.

Senadora Lúcia Vânia.

A Srª Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Kátia, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e gostaria de justificar: a minha indisposição não é com o discurso de V. Ex^a, com o tempo dedicado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Não. É contra o Presidente, é com o Presidente.

A Srª Lúcia Vânia (PSDB – GO) – O meu descontentamento é realmente com o Presidente, com a Mesa, uma vez que acredito que, quando temos o espaço garantido pela inscrição, isso tem de ser respeitado. É sempre muito desconfortável e desagradável sentirmos que a nossa inscrição não é respeitada. Portanto, Sr. Presidente, deixo registrado o meu descontentamento com V. Ex^a e com a Mesa. Espero que isso não aconteça novamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Senadora, eu pediria a senhora a compreensão, porque eu havia lido, por mais de uma vez, a relação dos oradores. A carta do Senador Demóstenes Torres delegando a V. Ex^a a palavra para falar em nome do Bloco da Minoria chegou a esta Mesa às 18 horas e 10 minutos. Eu jamais desrespeitei qualquer Senadora e protesto sempre quando aqui sou atravessado pela ordem. Como eu havia lido por mais de uma vez o nome da Senadora, achei que não haveria inconveniente em aguardar o término do discurso para oferecer a V. Ex^a a palavra pela Liderança da Minoria.

Eu não gostaria nunca de que V. Ex^a ficasse ofendida comigo, pelo grande respeito que tenho pelo seu trabalho, pela sua dignidade e pelo seu comportamento ético nesta Casa.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me desculpar se coloquei V. Ex^a em dificuldade. O senhor tem presidido essa Mesa com muita elegância, determinação e consistência.

Peço desculpas também à Senadora Lúcia Vânia.

E deixo aqui um alerta, Sr. Presidente: há dezenove dias no **clipping** do Senado Federal não vem o jornal **O Estado de S.Paulo**. Não sei por quê, não tenho informações concretas. Mas eu gostaria muito que a Mesa pudesse tomar as providências para sabermos por que o *Estadão* não está incluído junto aos grandes jornais que estão no **clipping** do Senado Federal. Os outros jornais são superimportantes, mas o *Estadão* também deveria estar aqui, como sempre esteve.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigada, Senadora.

Senadora Lúcia Vânia, aproveitando o protesto de V. Ex^a, eu gostaria que a Mesa da Casa – legitimamente eleita – tomasse providências para determinar uma regra para os oradores e qual o tempo que têm de usar, para acabar com o uso da palavra pela ordem.

Então, eu acho que isso é importante. Há realmente uma angústia daqueles que não têm oportunidade de usar da palavra em razão da inscrição, o terceiro ou quarto inscrito nunca conseguem o tempo. Mas V. Ex^a terá o tempo necessário para expor aquilo que deseja, em nome da Liderança da Minoria, cujo Líder aqui se encontra, Senador Demóstenes Torres.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, mas eu gostaria de dizer que eu vou dispor apenas do tempo da Liderança, que são cinco minutos.

Portanto, assim como eu estou reclamando o acatamento das regras, quero também cumpri-las.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, quero cumprimentar todos os Prefeitos de Goiás e de todo o Brasil que participam da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Este é o principal evento do municipalismo brasileiro e visa refletir sobre questões que influenciam diretamente o dia-a-dia dos Municípios e sua comunidade, como saúde, educação, saneamento e consórcio.

Também são debatidos o financiamento e a gestão da saúde pública, o papel dos legislativos municipais, além das reformas tributária e política.

Entre os temas a serem discutidos pelo movimento, está a reforma tributária enviada pelo Governo ao Congresso Nacional, os ganhos e as perdas que a proposta trará para as prefeituras.

A discussão do pacto federativo para melhorar a distribuição dos tributos arrecadados também está na pauta. Vale lembrar que é preciso definir as responsabilidades do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios em todos os setores.

Na ocasião, também será apresentado o balanço do primeiro ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e seus impactos sobre os Municípios.

Além dos debates das questões municipalistas, haverá homenagens aos Municípios que conseguiram alcançar os melhores Índices de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) nos últimos anos.

Outra reivindicação dos Prefeitos refere-se à aprovação de proposições que assegurem mais recursos às suas cidades. Entre essas matérias, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que define nova regra para o pagamento de precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais.

Recentemente esta Casa aprovou o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, que vincula os recursos da União, Estados e Municípios à saúde.

Os Prefeitos vão utilizar o evento para pressionar a Câmara dos Deputados se for confirmado naquela Casa o texto votado pelos Senadores. A medida deve garantir ao orçamento da saúde pública um reforço de R\$23 bilhões até 2011.

Estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre as estimativas de participação dos entes da federação no novo bolo tributário da reforma tributária revela que Municípios perderão com o novo percentual de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, o Fundo de Participação dos Municípios é vinculado apenas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto de Renda (IR), num percentual de 23,5%.

De acordo com a proposta de reforma tributária, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em fevereiro, o Fundo de Participação dos Municípios terá um novo percentual de vinculação de 11,7% (23,5% de 49,7%) sobre o novo bolo, formado pelo Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Valor Adicionado (IVA-F).

Pelos números de arrecadação previstos para 2008 no Orçamento da União e se o novo Fundo de Participação dos Municípios estivesse valendo neste ano, os Municípios receberiam R\$1,5 milhão a menos do que pela fórmula atual.

Em tese, os cálculos foram feitos para Municípios não terem ganhos nem perdas, mas, desde 2005, a receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda juntos está crescendo mais do que a soma dos demais tributos que entrariam no novo bolo de repartição.

Como as novas vinculações ao Fundo de Participação dos Municípios foram calculadas pela arrecadação de 2006, desconsiderando o crescimento 2007/2008, os Municípios tendem a ter perdas com a mudança.

A reivindicação dos Municípios é que o cálculo seja refeito, considerando o aumento desses impostos até 2008.

A par dessa programação, é bom que se diga, alto e bom som, que somente a manutenção da união do movimento poderá levá-lo a alcançar os objetivos propostos e sedimentar os que já foram alcançados.

Os Prefeitos devem ter consciência de sua força política, que vem do fato de que eles representam um contingente populacional que nos motiva, a todos

nós, em nossa luta por políticas públicas consequentes e eficazes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Eu tenho de encerrar a sessão. Há dois inscritos: o Senador César Borges e o Senador Eduardo Azedo. Eu pergunto a S. Ex^as se é possível falar cada um cinco minutos, pois estão pedindo para encerrarmos a sessão e participarmos da sessão do Congresso. (Pausa.)

Com a palavra o Senador César Borges; em seguida, Senador Eduardo Azeredo. Não haverá mais inscrição, para que se possa encerrar no horário previsto pela Presidência.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a compreensão. Eu não poderia deixar passar esta oportunidade, no momento em que a Bahia lamenta a morte de um grande homem público: Dr. Eraldo Tinoco, ex-Ministro da Educação, ex-Vice-Governador da Bahia, ex-Deputado Federal por cinco mandatos e ex-Secretário de Estado por quatro oportunidades, duas delas na área da educação, área pela qual marcou seu nome na história da Bahia. Uma dessas oportunidades foi quando eu fui Governador da Bahia e ele foi meu Secretário de Educação.

Em sua memória, apresentei hoje, junto com o Senador ACM Júnior, um requerimento para voto de pesar pelo seu desaparecimento.

Esse baiano ilustre, filho de Ibirataia, Ipiaú, dessa região – ele nasceu em Ibirataia, quando Distrito de Tesouras, no Município de Ipiaú –, morreu ontem precocemente, aos 64 anos.

Eraldo Tinoco merece ser lembrado por vários momentos de sua vida pública, mas suas maiores marcas, sem sombra de dúvida, estão na área de educação, que defendeu como Ministro e como Secretário de Estado duas vezes.

A segunda passagem de Eraldo Tinoco pela Secretaria de Educação ocorreu exatamente no meu Governo, quando a Bahia teve um grande avanço na parte quantitativa e qualitativa do ensino. Avanço quantitativo se deu quando nós alcançamos, na Bahia, a universalização das vagas no Ensino Fundamental, com o Fundef; do mesmo modo no Ensino Médio, quando conseguimos dobrar as vagas ofertadas aos jovens baianos.

Eraldo Tinoco sempre discutia comigo importantes projetos para a área de educação e para melhorar a qualidade do ensino. Foi nessa época que construímos

a rede de colégios-modelo, que batizamos de Colégio-Modelo Luís Eduardo Magalhães. No total, deixamos o governo com 23 colégios em funcionamento e 3 que deixamos em construção.

Como secretário, Tinoco montou um projeto brilhante de modernização do ensino, tanto assim que conseguimos recursos do Banco Mundial, de R\$70 milhões, para implantar o modelo de educação que, sem sombra de dúvidas, contribuiu para o avanço dessa área no nosso Estado.

Esse projeto previa a implantação de uma agência de avaliação do ensino, mais um sistema de planejamento estratégico através de um plano de desenvolvimento da escola. Foi como Secretário de Educação que ele criou o Programa Educar para Vencer, centrado nas necessidades do aluno, mas também capacitando os diretores – que passaram a ser concursados – para a gestão escolar, com um sistema de incentivos para elevar a qualidade de ensino e também da administração escolar.

Com a sua visão moderna, o saudoso Eraldo Tinoco também foi pioneiro ao implantar uma nova estratégia pedagógica chamada PEI, Programa de Enriquecimento Instrumental, uma das ações complementares do Programa Educar para Vencer, de autoria do psicopedagogo israelense Reuven Feuerstein. Através desse programa, foi possível estimular a capacidade cognitiva de crianças da rede pública.

Foi com esse homem de valor, Sr. Presidente, visionário, trabalhador, companheiro leal que tivemos a imensa honra de conviver e ao qual a Bahia será sempre grata e sentirá a inevitável ausência.

Portanto, Sr. Presidente, quero neste momento levar o meu abraço sentido e minha solidariedade à família do Deputado Eraldo Tinoco, que V. Ex^a deve ter conhecido, foi Ministro de Estado da Educação, por quatro vezes Secretário do Estado da Bahia e, até a última gestão, Vice-Governador do nosso Estado.

Portanto, fica aqui este registro mais do que justo a uma personalidade que marcou pela sua dedicação, pelo seu carinho, pelo seu amor à Bahia e à educação e que ilustrou, durante a sua vida, toda a sua caminhada sempre com muita determinação e muita competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador César Borges, a Mesa pede licença para se incorporar às homenagens póstumas ao ex-Deputado e ex-Ministro Eraldo Tinoco. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azedo, peço a V. Ex^a que use da tribuna. Tenho certeza da sua concisão no pronun-

ciamento que fará, para podermos encerrar a sessão e autorizar a sua viagem com a delegação ao exterior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Está ótimo, Sr. Presidente. Haverá também uma reunião do Congresso dentro de alguns minutos, não é isso?

Sr. Presidente, quero só comentar mais algumas contradições do Partido dos Trabalhadores no Governo. O noticiário todo mostra que o Governo vai cortar o ponto de funcionários em greve. Quem diria! O PT sempre incentivou essas greves, sempre brigou muito com outros partidos que estavam com a responsabilidade de governar e sempre criticava arduamente o fato de se cortar o ponto quando chega o momento de impasse. Agora estamos vendo o Governo do PT cortando o ponto de funcionários públicos em greve. Eu quero salientar essa contradição.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, existe também uma contradição na viagem que o Presidente Lula fará a Belo Horizonte, na próxima quinta-feira, onde, evidentemente, ele será muito bem-vindo. É o Presidente da República e o que ele for levar de benefício será sempre importante. Mas um dos objetivos desta viagem dele, do Presidente, é inaugurar um terminal de integração do metrô. Nós já estamos no mês de abril de 2008. O Presidente Lula já está no governo há cinco anos e quatro meses, e o metrô de Belo Horizonte não tem um metro sequer de trilho a mais desde o início do Governo Lula. E o PT era extremamente ácido nas críticas, era um cidadão permanente: “Não é possível, esse metrô de Belo Horizonte começou em 1972 e não avança nada, está faltando vontade política!”

Aí o PT vira governo e o metrô pára mesmo. Se já estava devagar, agora parou. As obras não estão evoluindo de maneira alguma. Existe um ramal, Barreiro-Calafate, onde vai se instalar a nova rodoviária, que está abandonado mesmo. Algumas estações já sofreram depredação, e essa que é uma solução em todos os lugares do mundo para transporte de massa acaba ficando relegada a segundo plano.

Eu não estou falando apenas do metrô de Belo Horizonte, mas dos metrôs como um todo no Brasil. Não é possível que continuemos com os engarrafamentos constantes nas grandes cidades brasileiras, cada vez mais concentração, e não há um plano efetivo, que seja de médio, de longo prazo, para enfrentar essa situação. A solução, em qualquer grande cidade, é o transporte sobre trilhos, exatamente um transporte que tem maior capacidade de passageiros. Lamentavelmente, aqui no Brasil, os nossos projetos estão todos ou parados, ou como esse de Belo Horizonte em

que não se colocou nenhum metro a mais de trilho e que está sendo inaugurado agora.

É uma obra importante, sim, que é a integração de ônibus com metrô na ponta da linha que funciona hoje em Venda Nova, mas não podemos deixar de trazer aqui esta lembrança de mais uma contradição do PT, que brigava muito pelo metrô quando outros estavam no poder. Agora no poder, simplesmente, o ritmo é pior do que antes, quando efetivamente já tinha um ritmo meio lento. Falo isso com conhecimento de causa porque pude acompanhar essa obra de perto e espero que, ao fazer esta crítica, esteja colaborando para que o Governo realmente desperte para este tema tão importante que é o transporte urbano nas metrópoles brasileiras.

Sr. Presidente, o que eu queria trazer hoje eram essas palavras de alerta para que o transporte de massa no Brasil, na área urbana, tenha um plano que efetivamente nos permita enfrentar os congestionamentos nas nossas grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Eduardo Azeredo, nós sabemos o que São Paulo está sofrendo com isso! Uma cidade que se diz limpa, mas cujos congestionamentos estão envenenando sua população. Um medidor de saturação do ar na hora de um congestionamento de 200 quilômetros na cidade mostrará níveis em que a sensação que se tem é a de se estar respirando com o rosto dentro de uma chaminé.

E isso leva à morte. Talvez V. Ex^a esteja se referindo a um dos elementos principais, o transporte de massa, para se tentar resolver.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim. Essa situação vai só piorando, quer dizer, não tem alternativa. Temos que acordar para o transporte sobre trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não tenha dúvida. Todos os Estados brasileiros sofrem do mesmo mal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em votação os **Requerimentos nºs 424, 426, 427, 428 e 434, de 2008**, lidos anteriormente, de autoria, respectivamente, dos Srs. Senadores Tião Viana, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

As Sr^as e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Mário Couto, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discurso à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art.

203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista das páginas amarelas, intitulada “O bufão da América”, publicada pela revista *Veja*, de 16 de abril de 2008.

Na entrevista, o historiador Marco Antonio Villa, autor de 21 livros com temas que variam da Idade Media à Revolução Mexicana e estudioso da diplomacia brasileira, vê com preocupação o sumiço da linha diplomática cunhado pelo Barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca do interesses do país, e não de um governo ou partido”, declara. Para o historiador, Hugo Chávez, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível e que se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria dos Bolivianos e Santa Catarina, dos Argentinos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada “Com a palavra, PT e Intercorp”, publicada pela revista *Época*, em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria trata da relação entre prefeitos e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero.

Segundo a matéria, “de 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelo menos R\$22 milhões de administrações comandadas pelo PT”. Ainda segundo a matéria, os negócios dessas empresas com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: “em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de correderias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O bufão da América

Historiador diz que Hugo Chávez, presidente da Venezuela, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível

Duda Teixeira

O historiador Marco Antonio Villa já escreveu 21 livros, com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana. Ao investir contra mitos da história nacional em suas obras e artigos, esse professor da Universidade Federal de São Carlos colecionou polêmicas e fez dezenas de inimigos. Sete anos atrás, tornou-se *persona non grata* no estado de Minas Gerais ao sustentar que Tiradentes foi um herói construído pelos republicanos. Mais tarde, causou comoção ao escrever que o presidente João Goulart, deposto pelos militares em 1964, preparava o próprio golpe de estado para obter a reeleição. “Os historiadores costumam ter receio de polêmicas, mas é com elas que se transforma a visão de mundo de uma sociedade”, diz Villa, que tem 52 anos. Estudioso da diplomacia brasileira, ele vê com preocupação o sumiço da linha de diplomacia cunhada pelo barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca dos interesses do país, e não de um governo ou partido.” Em sua casa na Zona Norte de São Paulo, o historiador deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — Como o senhor avalia a atual diplomacia brasileira?

Villa — Nossa diplomacia se esquia de defender os interesses nacionais na América Latina. Temos sempre em chegar a um acordo e, como não consegue, acaba cedendo aos vizinhos. Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria hoje dos bolivianos e Santa Catarina, dos argentinos. Por aqui se pensa que o Brasil não pode ter interesses nacionais ou econômicos na América do Sul, uma

vez que estamos em busca de uma integração regional. É um equívoco. Os interesses do Brasil não são os mesmos da Argentina. Os objetivos do Paraguai não são os do Brasil. A linguagem amena, educada, usada pelos nossos diplomatas apenas tem fortalecido os caudilhos da região, como o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, que se acham com autoridade para falar ainda mais grosso e aumentar as exigências.

Veja — A diplomacia brasileira não era assim no passado?

Villa — Não. No fim do século XIX, a Argentina reivindicou o oeste do Paraná e de Santa Catarina. Não fazia o menor sentido. O presidente Prudente de Moraes, com a ajuda do barão do Rio Branco, resolveu a questão e evitou a doação da área. Não perdemos um hectare de terra. O barão sabia quais eram os interesses nacionais e os defendia. Além disso, profissionalizou o Itamaraty, que passou a coordenar uma política em nome do país, e não de um governo ou partido. Hoje, precisamos urgentemente que o barão do Rio Branco se incorpore no ministro das Relações Exteriores.

Veja — O Brasil cede sempre?

Villa — Só não o fazemos quando é impossível. Em negociações recentes com a argentina Cristina Kirchner e com Evo Morales, a Petrobras recusou-se a fornecer gás para a Argentina, que vive sob

ameaça de um apagão. Se cedessé, o Brasil teria um grave desabastecimento. Nos outros casos, sómos sempre fregueses. O Brasil já sofreu no passado uma invasão de produtos argentinos e ninguém reclamou. Quando a situação se inverteu e a balança comercial tornou-se superavitária para o Brasil, os argentinos chiaram e conseguiram o que queriam. Com a Bolívia, aceitamos uma indenização simbólica pelas refinarias nacionalizadas, a um valor muito aquém do que foi investido pela Petrobras. Com Hugo Chávez, falamos sempre "não" na primeira hora, depois dizemos "sim". Erramos contra o Banco do Sul. Hoje somos a favor. Fazemos o oposto do que recomendava Vladimir Lenin, para quem era preciso dar um passo atrás e depois dois para a frente. A diplomacia nacional dá um para a frente e dois para trás.

Veja — *Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha?*

Villa — Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, deseja trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez.

Veja — *Chávez é o grande líder da América Latina?*

Villa — Quando se olha o que ocorre com os mais de vinte países da região, não há dúvida disso. Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém. Chávez é um ator que faz um monólogo. Eventualmente alguém da platéia sobe no palco e participa. O show é dele. Ele determina o que vai ser discutido e como. Os outros só correm atrás. Os países que estão se aproximando do Brasil, como Paraguai e Peru, fazem isso apenas porque não tiveram ainda um estabelecimento de relações com a Vene-

zuela. A história talvez comece a mudar agora. Não por obra de Lula, evidentemente, e sim de Álvaro Uribe, o presidente colombiano. Graças a ele, Chávez teve sua primeira derrota em política externa. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colocou panos quentes na discussão que se seguiu à morte do terrorista Raúl Reyes, pode sinalizar um futuro diferente.

"Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém"

Veja — *Por que o senhor considera que Chávez perdeu?*

Villa — Chávez é um caudilho e, como tal, precisa de um palanque para discursar. Quando reagiu com firmeza à morte de Raúl Reyes no Equador, ganhou um palco considerável. Só que durou pouquíssimo tempo. A solução rápida e eficaz do problema pela OEA, que estava sumida do mapa, tirou essa oportunidade dele. Chávez resignou-se porque a maioria dos países apoiou a resolução final, que condenava a invasão territorial no Equador e ao mesmo tempo acusava a presença das Farc naquele país. Uribe, ao pautar as negociações que esfriaram o conflito, mostrou que é possível dar um basta a Chávez. Sua atitude terá um impacto pedagógico até mesmo dentro da Venezuela, onde o povo tem aceitado as precárias condições internas do país ao ver que, externamente, seu presidente só obtém vitórias. Chávez teve sua primeira grande derrota no referendo constitucional. Agora, teve a segunda derrota, dessa vez em política externa.

Veja — *Por que o discurso é tão importante para um caudilho?*

Villa — Um caudilho não vive sem a oratória. O programa dominical *Alô Presidente* é o que vitamina Chávez. Fidel Castro adora discursar por horas. O mexicano Antonio López de Santa Anna foi ditador várias vezes, afundou seu país e, ferido e pensando que ia morrer, ditou suas últimas palavras. Foram quinze páginas. No fim, sobreviveu com uma perna amputada, que sepultou com honras militares. A oratória é uma tradição latino-americana, que ocorre paralelamente à dissociação entre discurso e prática. Para esses homens e para as suas platéias, é como se as palavras, sozinhas, tivessem um poder de mudar a realidade. Pura bobagem. Não existe tal mágica. Lula também apostou nesse artifício. Acha que ao divulgar o programa do PAC pode transformar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em um bairro residencial em seis meses. Para os sucessores, a herança desse tipo de comportamento é terrível.

Veja — *Por que os latino-americanos possuem o vício da oratória?*

Villa — Em parte, há na América Latina uma forte tradição do bacharelismo. Muitos dos presidentes passaram por faculdades de direito. No Brasil, Getúlio Vargas e Jânio Quadros são exemplos. Epitácio Pessoa era chamado de "A Patativa do Norte", em referência a uma ave cantora. Fidel Castro foi advogado. O argentino Juan Domingo Perón não era, mas a maioria dos seus auxiliares, sim. Para um advogado, o que importa não é a legitimidade da causa, mas o nível de retórica do advogado para defender seu acusado. Somos muito marcados por isso.

Veja — *Qual é o maior perigo de Chávez para o resto da América Latina?*

Villa — Ele está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornando a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana. Ele reivindica quase dois terços do território desse país. Para Chávez, a Guiana é uma aventura fácil. E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.

Veja — *Chávez reagiu ao ataque colombiano às Farc no Equador com um discurso em defesa da soberania nacional. Ele invadiria a Guiana?*

Villa — Chávez é um bufão. Ele construiu um personagem. É um militar de boina vermelha que se emociona, chora e canta em público. Em um momento é simpático. No minuto seguinte, aparece totalmente irado. O bufão é isso. Nunca se podem prever suas atitudes. Pode abraçar um crítico ou mandá-lo para a prisão. Suas atitudes não se regem pelo mundo racional. O bufão trabalha em outro universo.

Veja — *Por que Chávez defende as Farc?*

Villa — Seu objetivo é enfraquecer Álvaro Uribe. Chávez vê de forma simplista a conjuntura latino-americana. O mundo para ele se divide de uma maneira muito primária: os que estão com ele e os que estão com os Estados Unidos. Considera que o presidente da Colômbia é um agente imperialista na América do Sul. O combate às Farc tem sido uma das mais fortes bandeiras de Uribe.

Veja — *É legítimo usar grupos armados ou políticos de outros países para causar instabilidade?*

Villa — Há uma incompatibilidade em defender a soberania e apoiar materialmente um movimento terrorista em um país vizinho. No Brasil, tivemos uma história parecida. No governo de João Goulart, as Ligas Camponesas tinham meia dúzia de campos guerrilheiros e contavam com o apoio financeiro cubano. Quando se descobriram os campos, foi um escândalo. Vivíamos um regime democrático e o governo brasileiro manifestava-se contrário à expulsão de Cuba da OEA, enquanto Cuba violava a soberania brasileira apoiando um movimento guerrilheiro que rompia com a legalidade constitucional. A defesa da soberania só valia para os cubanos. Eu imaginava que essa prática de violação da soberania fosse página virada da história latino-americana. Ledo engano.

Veja — *Chávez foi o grande pacificador do conflito entre Colômbia e Equador, como disse Lula?*

Villa — Não há nenhum fato que comprove isso. Os documentos que estavam no computador do guerrilheiro Raúl Reyes ainda mostram que Chávez apoiava financeiramente as Farc e também recebia ajuda dos narcoterroristas. Isso não tem nada a ver com paz. Lula não tinha por que falar isso. Diz essas asneiras porque está em um momento especial. A economia vai

muito bem, o que levou Lula a entender que ganhou um salvo-conduto para reescrever a história do Brasil. Discursou homenageando Severino Cavalcanti, que renunciou quando se comprovou que ele recebia um mensalinho de 10000 reais para deixar um restaurante funcionando na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, defendeu sua amizade com Renan Calheiros, que teve suas contas pessoais

cia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, que tem grande participação no Foro.

Veja — *Qual é a relevância de Marco Aurélio Garcia nas relações externas?*

Villa — Desde o início da República, não há registro de um assessor com tanto poder como ele. Garcia aparece nas fotos quase sempre atrás de Lula. Dá pronunciamentos em pé de igualdade com o ministro das Relações Exteriores ou o secretário-geral do Itamaraty. Marco Aurélio Garcia é considerado um grande acadêmico, um gênio, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais na América Latina. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema. Fui procurar seu currículo na plataforma Latões, do CNPq. Não há nada sobre ele. Marco Aurélio Garcia é o Pacheco das relações internacionais.

Veja — *Quem é o Pacheco?*

Villa — É um personagem de Eça de Queiroz que aparece no livro *A Correspondência de Fradique Mendes*. Pacheco era um sujeito tido como brilhante. No primeiro ano de Coimbra, as pessoas achavam estranho um estudante andar pela universidade carregando grossos volumes. No segundo ano, ele começou a ficar mais calvo e se sentava na primeira carteira. Começaram a achar que ele era muito inteligente, porque fazia uma cara muito pensativa durante as aulas e, vez por outra, folheava os tais volumes. No quarto ano, Portugal todo já sabia que havia um grande talento em Coimbra. Era o Pacheco. Virou deputado, ministro e primeiro-ministro. Quando morreu, a pátria toda chorou. Os jornalistas foram estudar sua biografia e viram que ele não tinha feito nada. Era uma fraude.

Veja — *Que consequências a política externa do Brasil pode ter no futuro?*

Villa — Pela primeira vez na história do país existe a possibilidade de a política externa tornar-se tema de eleição. Seria algo realmente inédito que, para acontecer, só depende de como Chávez vai agir nos próximos anos. As concessões dadas à Bolívia, os diversos acordos com Chávez e a recusa em classificar as Farc como um grupo terrorista estão provocando muita crítica dentro do Brasil e podem juntar-se em um único e potente tema central na próxima campanha presidencial. ■

"Marco Aurélio Garcia é tido como um grande acadêmico, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema"

pagas por um lobista. Quando falou de Chávez, Lula disse que ele era um ex-guerrilheiro. Lula sabe que essas coisas não são verdade. Não é ingênuo e é bem assessorado. Mas fala como se fosse um iluminado. É um líder messiânico em plena campanha eleitoral. Os professores de história devem estar arrepiados.

Veja — *Qual é a importância do Foro de São Paulo na condução da política externa brasileira?*

Villa — O Foro de São Paulo é um clube da terceira idade. Basta ver as fotos. São senhores em idade provecta, como se dizia antigamente. São proiectos também no sentido ideológico. Suas idéias pertencem ao passado. Não creio que tenham uma estratégia revolucionária para a América Latina tal como foi a Internacional Comunista. Durante o período da União Soviética, os partidos comunistas espalhados pelo mundo eram braços da política externa soviética. O Foro de São Paulo não tem esse poder. Sua maior influência se dá pela pessoa de Marco Aurélio Gar-

Com a palavra, PT e Intercorp

O Ministério Público convoca dirigentes do partido e da empresa para esclarecimentos sobre os contratos com a Finatec. Surgem novos indícios de irregularidades

ANDREI MEIRELES E MURILLO RAMOS

NA QUARTA-FEIRA, O CONSULTOR Luís Antônio Lima, o secretário nacional de Finanças do PT, Paulo Ferreira, e o assessor especial do Ministério da Justiça, Vicente Trevas, são esperados na sede do Ministério Público do Distrito Federal. Os três foram convocados para explicar a relação de prefeitos e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda. e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero. De 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelos menos R\$ 22 milhões de administrações comandadas pelo PT, como o governo do Piauí e as Prefeituras do Recife, de Vitória e São Paulo (esta, durante a gestão da atual ministra do Turismo, Marta Suplicy), pela venda de métodos "estratégicos" de gestão. Paulo Ferreira e Vicente Trevas são apontados como supostos padrinhos políticos de Luís Lima, cujos negócios com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de corregedorias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução.

Todos os contratos foram firmados entre governos ou empresas públicas e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). Como ÉPOCA revelou nas últimas semanas, suspeita-se que a Finatec tenha sido usada pelas empresas de Luís Lima para fechar negócios com órgãos públicos sem precisar disputar concorrência. Suspeitas de irregularidades cercam a parceria Finatec/Intercorp desde seu primeiro contrato, celebrado com uma administração petista. Isso aconteceu em agosto de 2001, quando o Banrisul, banco público do Rio Grande do Sul, acertou a implantação de um novo modelo de gestão. Na ocasião, o governador do Rio Grande do Sul era o petista Olívio Dutra.

Na semana passada, ÉPOCA teve acesso a pareceres de técnicos do Banrisul sobre o negócio. Em um deles, o advogado do banco Paulo Roberto Lontra afirma que a Finatec não comprovou capacidade técnica para produzir modelos de gestão. "Considerando que outras empresas do mesmo tipo foram contatadas, parecemos tratar-se de caso para uma licitação, em que o banco teria a oportunidade de exigir comprovação quanto a organização, equipe técnica, experiência, desempenho, estudos realizados etc.", afirma ▶

o parecer de Lontra. Técnicos do Banrisul também consideraram elevado o preço cobrado pela parceria Finatec/Intercorp: R\$ 410 mil. Há correspondências internas do banco que registram uma redução de preço por Luís Lima. Mesmo com o abatimento, de acordo com o que escreveram técnicos do banco, o contrato foi fechado por um valor 21% mais alto que a proposta apresentada por uma fundação ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Não houve interferência política e desconheço o parecer contrário à contratação", disse Túlio Zamin, presidente do Banrisul em 2001.

A Intercorp estava preparada para fazer o serviço para o Banrisul? Segundo o sociólogo Eduardo Grin, principal assessor de Luís Lima na empresa, a resposta é não. "Tivemos que aprender tudo na hora. A gente nunca tinha trabalhado em banco nem tinha experiência como consultores", disse Grin a ÉPOCA. Como, então, essa consultoria, sob a cobertura de uma fundação universitária, conseguiu fazer esse negócio e outros tantos em valores tão altos? Como foi a transformação de Luís Lima de psicólogo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a "consultor em gestão pública", com contratos milionários com prefeituras e governos? Essas são as respostas que o promotor Ricardo Souza, responsável pela investigação sobre a Finatec no Ministério Público do Distrito Federal, espera obter nos depoimentos dos petistas Vicente Trevas e Paulo Ferreira.

Trevas disse a ÉPOCA que foi ele quem indicou Lima e a Intercorp para a Prefeitura do Recife, o primeiro grande negócio com uma administração municipal fechado pela parceria Finatec/Intercorp. Sob a gestão do prefeito João Paulo (PT), o Recife pagou R\$ 9

milhões à Intercorp, por meio da Finatec. Foram dois contratos assinados em 2002 e um terceiro em 2003. "Depois disso, eu encontrei o Luís e o Eduardo Grin para conversas sobre reforma administrativa. Jantávamos juntos, mas não era uma relação empresarial", disse Trevas ao jornal *Zero Hora*. Paulo Ferreira, atual tesoureiro

nacional do PT, nega que tenha ajudado Luís Lima e afirma que o trabalho da Intercorp é "picaretagem".

Outro negócio estranho na gestão Olívio Dutra foi a contratação da Finatec pelo Detran gaúcho para uma consultoria de gestão, no valor de R\$ 321 mil. ÉPOCA teve acesso ao processo. O convênio foi assinado em 10 de julho de 2002 e, em seguida, publicado no *Diário Oficial*. No entanto, a Finatec só apresentou sua proposta para assessorar o Detran gaúcho em 26 de julho, mais de 15 dias depois da assinatura do contrato. O parecer jurídico que autorizou a dispensa de licitação é de 12 de agosto. O então diretor-geral do Detran gaúcho, Mauri Cruz, foi convocado para depor em uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Os negócios de Luís Lima e da Finatec também estão na mira da CPI das ONGs no Congresso Nacional. Os senadores da CPI deverão votar requerimentos para a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luís Lima, das empresas Intercorp e Camarero & Camarero e do ex-presidente da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques. Criada em outubro do ano passado, a CPI pouco trabalhou nos primeiros quatro meses. As investigações só deslancharam depois do caso Finatec. Seu foco agora são as fundações vinculadas a universidades. Desde 1999, elas receberam R\$ 2,3 bilhões do governo federal. Boa parte desse dinheiro, em vez de ser destinado a montar laboratórios, adquirir equipamentos de última geração e financiar pesquisas científicas, foi gasto com empresas de consultoria e complementação de renda de professores. "Temos indícios de que o que aconteceu com a Finatec pode ter ocorrido no país inteiro", afirma o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). "A solução é aumentar a fiscalização e criar regras para coibir os desvios de finalidade." ◆

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr's e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Hora de prestar contas”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 05 de março do corrente.

A matéria destaca que o ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci é denunciado pelo STF pela quebra ilegal de sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa.

Antonio Palocci é denunciado ao STF pela quebra ilegal de sigilo do caseiro Francenildo

Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República, denunciou na semana passada o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci pelo crime de quebra de sigilo bancário. Por ser deputado federal, Palocci tem foro privilegiado e, caso a denúncia seja aceita, ele será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador afirma que Palocci deu ordem a um subordinado, o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, também acusado de quebra de sigilo, para que levantasse a ficha bancária de Francenildo Costa, testemunha-bomba contra o ex-

Francenildo denunciou o ministro e foi perseguido

ministro, que se defendia da acusação de freqüentar uma casa alugada por lobistas em Brasília. Francenildo era o caseiro da notória residência. Fernando de Souza relata que os extratos bancários do caseiro foram entregues nas mãos do então ministro em sua casa na noite de 16 de março de 2006.

O crime se agravaría com a entrada em cena de dois outros personagens, o jornalista Marcelo Netto, assessor de imprensa de Palocci, e a revista *Época*, que prestou serviço aos acusados ao publicar em seu site as informações sigilosas relativas à movimentação bancária do caseiro. Extratos telefônicos revelaram a troca de telefonemas entre Netto e a redação da revista *Época* nas 24 horas que antecederam a publicação. Em seu depoimento, Netto disse que as ligações nada tinham a ver com o caso do caseiro. Seriam apenas telefonemas pes-

soais para seu filho, um dos repórteres da revista.

O ex-ministro da Fazenda era apontado como o sucessor natural do presidente Lula tamanha a credibilidade que conquistou como âncora da bem-sucedida política econômica do governo. O

BETO BARATA/AE

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

escândalo cortou os motores da carreira ascendente de Palocci no cenário político brasileiro. Ele era uma unanimidade até que, em março de 2006, uma reportagem de *VEJA* revelou que o ministro freqüentava uma casa em Brasília onde confraternizava com amigos lobistas, fantasmas de seu passado de político regional que ele não conseguira exorcizar. A temperatura do caso parecia ceder, mas acabou explodindo com a entrevista dada por Francenildo Costa a *O Estado de S. Paulo*. O caseiro forneceu ao jornal detalhes do que se passava no interior da casa. Tornou-se uma testemunha-bomba que, na visão dos assessores de Palocci, só poderia ser desativada pela desmoralização pública. Veio então a idéia luminosa de quebrar o sigilo da conta de Francenildo na Caixa Econômica Federal. Foi encontrado um depósito considerado suspeito (era legalíssimo) na conta do caseiro. O documento foi entregue à revista *Época*, que se incumbiu de lhe dar publicidade. Pronto. Estava consumado o crime que agora chega ao Supremo Tribunal Federal para exame e eventual punição dos responsáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A República dos Cartões”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca como a precariedade no controle dos gastos e a desfaçatez de funcionários do Governo desmoralizaram um instrumento criado para dar mais transparência aos gastos públicos. Ainda segundo a reportagem, o mau exemplo começa na Presidência, cujas faturas milionárias permanecem secretas.

A REPÚBLICA DOS CARTÕES

Como a precariedade no controle dos gastos e a desfaçatez de funcionários do governo desmoralizaram um instrumento criado para dar mais transparência aos gastos públicos. O mau exemplo começa na Presidência da República, cujas faturas milionárias permanecem secretas

Fábio Portela

No mundo real, um cartão de crédito é um instrumento que impõe uma série de regras ao seu portador. Em primeiro lugar, é preciso passar por uma análise da operadora, que definirá o limite a ser autorizado para as despesas.

Quem tenta gastar mais do que pode tem

o cartão bloqueado, e quem atrasa o pagamento é punido com juros de até 14% ao mês. No mundo real, um cartão também serve para sacar dinheiro vivo em caixas eletrônicos, mas isso sai caro, já que o banco cobra até 10 reais de taxa fixa por saque, mais os juros até o dia do vencimento da fatura. Há outro mundo, no entanto, habitado por uma casta de funcionários públicos federais, onde tudo é infinitamente mais fácil. Nele, qualquer um pode ter um cartão corporativo, desde que conte com a simpatia do chefe.

Não há limite para gastos nem para saques em espécie (por lei, o teto das despesas deveria ser definido em cada repartição pública, mas uma série de truques contábeis permite dribrá-lo sem maiores problemas). Seus portadores não precisam se preocupar com as taxas que serão cobradas pelos bancos ou pela operadora, já que o dinheiro não é deles. Ah, sim, também não é preciso esquentar a cabeça com o pagamento da fatura no fim do mês — ele fica a cargo do Tesouro Nacional. Quanto às eventuais malversações ou “equívocos” cometidos no uso dos cartões, isso é o de menos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

HAJA EMERGÊNCIA

O governo Lula disseminou os cartões corporativos também entre os assessores palacianos. As faturas desses cartões cresceram exponencialmente desde 2003. O Palácio do Planalto se recusa a revelar como os cerca de vinte assessores palacianos mais próximos do presidente gastaram o dinheiro público. VEJA conseguiu identificar o total das despesas feitas desde o início do governo pelos dez auxiliares mais gastões de Lula, a partir de dados reservados do Tesouro Nacional

Os dez maiores gastadores do Palácio do Planalto e suas despesas no governo Lula, desde 2003

TITULAR	SAQUES EM DINHEIRO VIVO (EM REAIS)	TOTAL DE GASTOS (EM REAIS)
Clever Pereira Flalho	263500	2,4 milhões
José Carlos Ferreira Fernandes	175300	1,4 milhão
José Roberto de Assis Possa	238700	1,4 milhão
João Domingos da Silva Neto	181500	1,3 milhão
Mauro Augusto da Silva	163100	1,2 milhão
Insafá Fernandes de Araújo	163600	1,1 milhão
Anderson Ferreira de Aguiar	209400	1,1 milhão
Maria Emilia Matheus Évora	104400	870 000
Adhemar Paolillo Freire	188000	540 000
José Ivo de Souza Barbosa	10320	352 000

TOTAL 11,6 milhões de reais

Fonte: Siafi

A fiscalização dos gastos, como se provou nas últimas semanas, é conduzida com o rigor que já se tornou uma característica do atual governo. O mundo deles, convenhamos, é muito melhor do que o nosso — o real, construído com estudo e trabalho.

Os contribuintes começaram a informar-se do funcionamento desse mundo encantado dos burocratas federais há algumas semanas. Por lei, os cartões de crédito corporativos, adotados pelo governo em 2001, para conferir mais transparência aos gastos

dos funcionários públicos, servem para que seus portadores possam fazer face a despesas "esporádicas e emergenciais". Mas está evidente que, na prática, eles se tornaram passaportes para uma verdadeira esbórnia com o dinheiro público. A primeira descoberta foi a de que alguns ministros se habituaram a usar o cartão a toda hora e da maneira que lhes dava na telha: para comer um lanchinho, fazer compras em free shop, hospedar-se com a família em hotéis de luxo e jantar em restaurantes caros (churrascarias parecem ter a predileção da maioria). Em seguida, soube-se que a banda envolvia milhares de funcionários, incluindo os que servem à Presidência da República.

Na semana passada, VEJA mostrou que até as despesas e adegas do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto — residências oficiais da família Lula — vêm sendo abastecidas por meio de cartões corporativos. Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza, usou o cartão em açougue, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas. O caso chama atenção porque manda a lei que os fornecedores da Presidência devem ser escolhidos por licitação — e não por acaso, ou por escolha pessoal de um assessor. Ao longo do ano passado, Souza gastou 115.000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais. No mundo real, trata-se de um bom dinheiro, suficiente para comprar um apartamento de dois quartos em São Paulo. No mundo encantado, porém, é uma mixaria. Para se ter uma idéia, dez colegas de Souza no Planalto, responsáveis por dar assistência a Lula e sua família e acompanhá-los em viagens oficiais, gastaram nada menos que 3,7 milhões de

reais em 2007. No que eles torraram a mufunfa? E segredo de estado, "questão de segurança", segundo disse a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O detalhamento dos gastos do despenseiro Souza, por exemplo, só veio à tona graças a um cochilo do governo.

O grupo dos dez não conhece limites. O maior gastador do gabinete presidencial no ano passado foi João Domingos da Silva Neto, com 585.900 reais. Desde que o PT chegou ao poder, em 2003, ele já fez despesas de 1,3 milhão de reais no cartão oficial — desse total, 181.500 reais foram sacados em dinheiro vivo. O campeão de gastos no acumulado da gestão petista, no entanto, é Clever Pereira Fialho. Suas faturas, somadas, chegam a 2,4 milhões de reais, dos quais 263.500 reais foram sacados em espécie. Juntos, os dez maiores gastos da secretaria da Presidência foram responsáveis por despesas de 11,6 milhões de reais desde 2003. Sem licitação, sem controle, sem medo de ser felizes. Tudo sob o manto da "questão de segurança", uma explicação que não resiste à luz da legalidade. "Se a Presidência da República tem gastos, esses gastos devem ser revelados. Não há preceito na Constituição Federal que, interpretado e aplicado, direcione a esse sigilo quanto aos gastos do poder público", afirmou o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal.

A recusa do governo em detalhar os gastos dos assessores mais próximos do presidente Lula e de sua família não contribui em nada para desanuviar as suspeitas que se acumulam sobre os 11.510 cartões corporativos atualmente nas mãos de 7.145 funcionários públicos do governo federal (alguns têm mais de um). É justificável que os gastos realizados estritamente com a segurança presidencial sejam mantidos em sigilo. Mas há uma grande diferença entre gastos sigilosos e gastos clandestinos. No modelo atual, não há nenhum controle externo sobre boa parte das despesas da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial — ou seja, é a clássica história da raposa tornando conta do galinheiro. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003, quando o deputado Carlos Sampaio, do PSDB paulista, pediu à Procuradoria da República esclarecimentos sobre os gastos dos assessores mais próximos de Lula. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União iniciou uma nunca concluída auditoria sobre o tema. Os parquissíssimos resultados divulgados até agora revelam,

no entanto, que, se algum dia o tribunal decidir empenhar-se na análise do tema, terá muito trabalho.

Sabe-se, por exemplo, que, em 2003, logo no início do governo, assessores palacianos transformaram em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo, pagando diárias a pessoas que nem sequer estavam na comitiva oficial e superfaturando o pagamento de hospedagens. Uma análise superficial de um pacote de notas fiscais emitidas em nome da Presidência da República mostra a existência de fraudes primárias. A de número 7987, por exemplo, emitida em 2004 pela empresa Belini Pães e Gastronomia, teve seu valor rasurado de R\$ 9,44 para R\$ 99,44, como puderam notar os auditores do TCU. "O que mais preocupa é que essa nota foi encontrada em um trabalho de fiscalização por amostragem, que analisou apenas 2% do total de notas", diz o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). "É impossível saber quantas fraudes desse tipo foram feitas", conclui.

Até o momento, os cartões corporativos do governo ora foram usados para desviar dinheiro público, ora para pagar gastos que não deveriam ser bancados por esse sistema. No caso das despesas feitas com cartão oficial pelos seguranças dos filhos do presidente Lula, nada indica que as despesas declaradas não ocorreram. A única filha do presidente, Lurian Cordeiro da Silva, mora com o marido e dois filhos em um condomínio em Florianópolis. Para protegê-la, o governo alugou uma casa na cidade. O imóvel funciona como centro de operações de uma equipe formada por meia dúzia de agentes que se revezam na tarefa de proteger Lurian e sua família. Com essa finalidade, entre abril e dezembro do ano passado, João Roberto Fernandes Júnior, servidor lotado no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, gastou 55.000 reais com um cartão corporativo do governo. A maior parte das despesas diz respeito a pagamentos em concessionárias de automóveis — referentes à

manutenção da frota que serve aos seguranças de Lurian —, casas de ferragens e lojas de aparelhos eletrônicos de segurança, como câmeras e alarmes. Em uma das lojas, a Dominik, foram compradas peças de ferro usadas na construção de alvos fixos para a prática de tiro. O cartão também bancou a instalação de grades na casa dos seguranças, lanches em padarias e material de escritório. Ao contrário do que ocorreu com os ministros de Lula, os funcionários a serviço de Lurian não gastaram dinheiro com diversão particular. O dado espanhoso é que um segurança tenha autonomia para ordenar despesas dessa monta — o equivalente a um bom carro zero-quilômetro. Faz parte da boa administração do dinheiro público o critério na escolha de fornecedores e a cotação de preços, condutas normalmente observadas por funcionários especializados em compras — mas não necessariamente por um segurança.

Além de explicar os gastos dos assessores do Planalto — os públicos e os secretos —, a maior dor de cabeça para o governo diante da auditoria do TCU (se ela for para valer) será apresentar notas fiscais capazes de justificar não apenas as compras feitas com os cartões, mas, principalmente, os saques em espécie. Essa é uma das maiores caixas-pretas da administração Lula. Nos últimos anos, os petistas promoveram uma derama de cartões oficiais pela máquina pública. Hoje, os 11 510 cartões válidos estão nas mãos de servidores das mais variadas patentes, de ministros de estado a seguranças, passando por assessores palacianos, motoristas, reitores de universidades, pesquisadores e arapongas dos serviços de informação. No ano passado, todo esse pessoal sacou 58,7 milhões de reais em dinheiro. No Portal da Transparência — o site do governo que contém os dados sobre os cartões corporativos e se transformou em um hit da internet nas últimas semanas — é simplesmente impossível saber o destino dessa dinheirama. Com os saques em espécie sendo feitos aos borbotões, os cartões perdem sua função primordial: em vez de facilitar a fiscalização dos gastos públicos, acabam por dificultá-la.

As regras que deveriam orientar o uso dos cartões oficiais não estão claras para a maioria dos servidores. Por incrível que pareça, quem recebe um cartão oficial não é obrigado a assinar nenhum termo de responsabilidade, especificando em quais situações o instrumento pode ser usado. Essa foi a justificativa utilizada pela ex-ministra Matilde "Free Shop" Ribeiro, da Igualdade Racial, obrigada a pedir demissão depois que sua farra com os cartões veio a público.

Ela disse que os usou para pagar despesas pessoais porque não foi orientada corretamente. A mesma explicação deu o ministro Orlando Silva, dos Esportes, que devolveu 30 800 reais aos cofres públicos — a totalidade de sua fatura em 2006 e 2007 —, para conseguir se manter no cargo. Ou seja, mais uma vez fica demonstrado que não dá para confiar na ética pessoal de cada um. Por isso, as regras precisam ser transparentes, escritas em linguagem simples e, por fim, assinadas por quem ocupa um cargo público.

No setor privado, onde os cartões corporativos surgiram, há normas bem delineadas para controlar os gastos dos executivos. Em geral, não se permitem saques em dinheiro. Quando essa possibilidade existe, o portador do cartão deve se submeter a uma rigorosa prestação de contas, apresentando notas fiscais que justifiquem a retirada. Em algumas empresas, isso deve ser feito em, no máximo, dez dias. No governo, o prazo é a perder de vista. Além disso, no mundo empresarial, não se pode usar o cartão em qualquer tipo de estabelecimento, mas apenas naqueles definidos pela empresa. Em muitos casos, o cartão só fica em poder do funcionário durante viagens a trabalho e é devolvido assim que ele retorna. Os executivos brasileiros que possuem cartões corporativos gastam, em média, 4 000 reais por ano. Os funcionários do governo federal despendem quase 70% a mais: 6 700 reais, em média. Já entre os servidores da Presidência da República, onde a maior parte dos gastos fica mantida em sigilo, os valores médios saltam para 56 000 reais por ano. Essa diferença mostra claramente que, quanto menor é o controle, maior é a gasta.

A transparência, no entanto, não é uma exclusividade do setor privado. Muitos governos conseguem controlar os gastos de suas autoridades sem maiores problemas. Um dos países onde o controle de cartões corporativos é mais eficiente é a Austrália. Além de ter sido uma das primeiras nações do mundo a adotar o cartão corporativo, ainda em 1989, a Austrália foi também uma das pioneiras na divulgação de gastos governamentais na internet. Há uma série de diferenças entre o modelo australiano e o brasileiro. Lá, existe um manual de uso do cartão com regras claras para os gastos. O funcionário que recebe esses cartões tem de assinar um termo de compromisso responsabilizando-se pelo uso. Isso faz com que o governo possa processá-lo, caso haja abuso de gastos. Também há diversas restrições. O cartão não pode ser usado para: despesas pessoais, combustível (para isso há um cartão específico), saque de dinheiro (a não ser com permissão por escrito de alguma autoridade),

compras em que o funcionário receba vantagens individuais na transação, como aquisição de passagens aéreas com ganho de milhas e gastos que, se fossem pagos em dinheiro ou em cheque, sairiam mais em conta. Na vizinha Nova Zelândia, o uso dos cartões de forma irregular — para pagar despesas pessoais ou sacar dinheiro em espécie, por exemplo — é causa de punições rigorosas, que vão de descontos na folha de pagamento à perda do cargo ou do mandato. Na França, até a ex-mulher do presidente Nicolas Sarkozy, Cécilia Sarkozy, teve de devolver um cartão de crédito funcional depois que a imprensa descobriu que ela o havia utilizado para pagar refeições a convidados em restaurantes.

Ao contrário das crises anteriores, quando o governo apenas reagia às denúncias de maneira atabalhoada, desta vez há uma estratégia bem definida. A ministra Matilde Ribeiro foi rapidamente demitida. E, pela primeira vez na administração Lula, o Palácio do Planalto se antecipou e pediu a instalação de uma CPI para investigar o próprio governo. A ideia foi sugerida ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá. "Como a CPI no Senado era iminente, decidimos que nós mesmos iríamos sugerir a abertura da investigação", diz José Múcio. Por telefone, o ministro consultou o presidente Lula, que está em férias no litoral de São Paulo. "Vamos em frente. Não temos nada a esconder", disse Lula. O governo avalia que a crise é pequena e passageira se comparada a outros escândalos, como o mensalão. Teme, porém, as consequências políticas, porque considera o assunto de fácil entendimento pela população. Mordomia de governantes, afinal, é uma das poucas coisas que ainda provocam indignação em muitos eleitores. Mas é uma ingenuidade pensar que o pedido de CPI apresentado pelo Palácio do Planalto é para esclarecer os fatos. Na verdade, não passa de uma estratégia para que a investigação não chegue a lugar algum.

"Propor a CPI nos dá a prerrogativa de estabelecer o foco das investigações — e o foco será amplo", explica José Múcio. Com isso, as despesas do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso feitas antes da criação dos cartões corporativos foram incluídas no pedido de abertura. A devassa, segundo a proposta, retroage a 1998. O objetivo é esmiuçar todos os gastos com despesas administrativas no segundo mandato de FHC. O governo, evidentemente, não ampliou a investigação por acaso. Uma equipe de auditores, trabalhando sigilosamente dentro do Palácio do Planalto, já encontrou ves-

túgios de irregularidades em gastos durante a gestão dos tucanos. Por fim, da forma como a CPI foi proposta, as investigações arrastariam para o balanço mais três ex-presidentes da República — José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. Os ex-presidentes têm direito à segurança oficial depois de deixar o cargo. As pequenas despesas da equipe também são custeadas com o uso dos cartões de crédito corporativos. Quebrar o sigilo dos gastos de Lula significa estender a medida a todos os ex. "Já tem senador de oposição querendo tirar a assinatura da CPI", diz José Mário. A estratégia oficial ainda conta com o risco de mostrar que os gastos totais diminuíram no atual governo — e com a esperança de que a oposição "esqueça" que os saques em dinheiro aumentaram exponencialmente.

A fumaça do escândalo sobre o mau uso dos cartões de crédito do governo federal foi detectada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) há três anos. De lá para cá, o órgão já realizou três auditorias sobre o caso, mas curiosamente nunca encontrou nada parecido com as maracutaias que vieram à público nas últimas semanas. Na primeira investigação, realizada em 2005, o TCU descobriu que funcionários do Palácio do Planalto, cujas faturas somavam 3 milhões de reais, sacaram 2 milhões em espécie em apenas sete meses. Em vez de investigar a natureza desses gastos, esmuçando as notas fiscais que justificavam os gastos em dinheiro, o TCU limitou-se a recomendar ao governo que agisse com mais moderação na boca do caixa. Ao analisar um conjunto de apenas cinqüenta notas fiscais, porém, uma equipe lotada no gabinete do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) encontrou quatro notas fiscais frias. A divulgação dos comprovantes fajutos levou o TCU a abrir a segunda investigação, no início de 2006.

De novo, porém, o tribunal se limitou a confirmar o que já se sabia. Ao detectar as notas frias, o TCU recomendou que os funcionários responsáveis pelo uso indevidão dos cartões devolvessem o dinheiro aos cofres públicos. A terceira investigação, que está em curso, apura o uso de cartões de crédito por agentes da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Na semana passada, diante das novas revelações sobre o escândalo dos cartões, o TCU anunciou que fará a quarta auditoria. Tudo indica que, de novo, não chegará a lugar algum. "Fiscalizamos as despesas de 12 000 órgãos públicos, mas temos apenas 1 500 analistas. A onipresença, nesse caso, é humanamente impossível", adianta o ministro Ubiratan Aguiar, do alto da experiência de quem já comandou duas investigações fracassadas. O mundo da burocracia federal é mesmo encamado.

OS MAIS GASTOES

ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL

Presidência da República ~ Com 93 funcionários autorizados a fazer despesas com cartões corporativos, a Presidência da República gastou 5,2 milhões de reais no ano passado, dos quais 10% são referentes a saques em dinheiro. A maior parte dos gastos está justificada no Siafi (sistema eletrônico que relaciona as despesas do governo federal) apenas como "suprimento de fundos", o que torna impossível identificar sua origem

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ~ Responsável por 46% dos gastos com cartões corporativos do governo, o IBGE é também recordista no número de servidores que possuem o benefício: 1 746. Gastou 37 milhões de reais no ano passado. Quase 90% desse valor se refere a saques em dinheiro

Comando da Marinha ~ Sozinho, foi responsável por 97% das despesas do Ministério da Defesa pagas com cartão corporativo em 2007. As faturas, que totalizam 915 000 reais, incluem compra de chocolates finos e de pedras brasileiras, além de almoços e jantares

Abin ~ A Agência Brasileira de Inteligência está entre os líderes de gastos nos cartões corporativos. Em 2007, foram 11,6 milhões de reais, dos quais pelo menos 1 milhão de reais em saques. Todas as faturas são secretas. Sabe-se apenas que o órgão usa, no mínimo, sessenta cartões

AGÊNCIAS REGULADORAS

Anvisa, Anatel, ANP, ANTT e Aneel, cinco das dez agências reguladoras do país, gastaram, juntas, mais de 1 milhão de reais com cartões. Entre as despesas, constam compras em supermercados, postos de gasolina e artigos para festas. A Anvisa foi a que mais gastou: 288 000 reais — dos quais quase um terço do valor foi sacado em dinheiro

SEGURANÇAS DOS FILHOS DO PRESIDENTE LULA

Funcionários que fazem a segurança da família do presidente Lula em São Bernardo do Campo (SP) gastaram 149 000 reais em cartões corporativos no ano passado. Já as faturas apresentadas pelos seguranças de Lurian, a filha do presidente que mora em Florianópolis (SC), somaram 55 000 reais

Os funcionários da Presidência da República gastam até

14 vezes mais

com cartões de crédito corporativos do que os executivos do setor privado

NÓS e...

Gasto médio anual do brasileiro com cartões de crédito

2 000 reais



Gasto médio anual de executivos brasileiros com cartões de crédito corporativos

4 000 reais



...ELES

Gasto médio anual dos funcionários do governo com cartões de crédito corporativos

6 700 reais

Gasto médio anual dos funcionários da Presidência da República com cartões de crédito corporativos

56 000 reais

COMO FUNCIONA EM OUTROS PAÍSES

Ao contrário do que ocorre no Brasil, a maioria dos governos que utilizam cartões corporativos proíbe o saque em dinheiro. O número de funcionários autorizados a usar o recurso também é mais limitado, assim como o leque de despesas permitidas

AUSTRÁLIA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos:

funcionários responsáveis pelo setor de compras e serviços dos departamentos e funcionários que viajam freqüentemente

Quem controla os gastos: Departamento de Tesouro e Finanças do Ministério da Fazenda

Saque: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: serviços de comunicação (fax, telefone, correio), despesas de viagem, compras feitas por meio de leilão eletrônico promovido pelo governo e compras que não superem o equivalente a 4 400 dólares

NOVA ZELÂNDIA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos:

ministros, secretários de estado, diretores de departamento dos ministérios, diplomatas e funcionários cujo cargo exija viagens constantes e participação em compromissos oficiais

Quem controla os gastos: auditorias internas dos ministérios e auditoria externa por uma agência autônoma do Parlamento

Saque: não são permitidos

O que pode ser pago: despesas em viagens e compromissos oficiais

ESPAÑHA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos:

ministros e secretários de estado

Quem controla os gastos: auditorias internas e o Ministério da Fazenda

Saque: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: exclusivamente despesas de viagem

FRANÇA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos: alguns funcionários do primeiro escalão do governo

Quem controla os gastos: Tribunal de Contas

Saque: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: despesas de viagem (passagem, hospedagem, alimentação)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Hora de Escancarar a Porteira”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro 2008.

A reportagem destaca que o Governo dá o sinal verde para o loteamento de cargos e cede espaço ao PMDB.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamen-

to, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

HORA DE ESCANCARAR A PORTEIRA

Em 2003, o PT assumiu o poder proclamando-se mensageiro de uma nova era. Tendo passado toda a sua existência como pedra, e não vidraça, jactava-se de uma espécie de castidade que o faria diferente de “tudo isso que está aí”. Tentou manter a pose mesmo quando, em setembro daquele ano, o governo promoveu um festival de nepotismo de magnitude jamais vista no país, ao instalar petistas e amigos de petistas em 15 000 dos 21 000 cargos de confiança disponíveis na administração federal. Da degola que varreu do mapa os ocupantes anteriores, não escaparam nem mesmo motoristas e ascensoristas. A isso, o PT deu o nome de “renovação”. Em janeiro de 2004, não mais tão puro e casto assim, o governo petista abriu as portas para o PMDB pela primeira vez, cedendo as disputadas pastas das Comunicações e da Previdência Social a um partido historicamente conhecido pelo fisiologismo, pela flexibilidade de sua coluna vertebral e por uma densidade programática inversamente proporcional ao seu apetite por cargos. A isso, o PT deu o nome de “aliança político-programática”. Cinco anos depois da primeira posse de Lula, os petistas perderam qualquer resquício de constrangimento em imitar práticas que antes criticavam e o PMDB só ampliou o seu espaço no governo. Hoje, o número de ministros peemedebistas triplicou e o partido já detém oito dos cinqüenta cargos mais “gostosos” (para ficar na expressão galhofeira do ex-deputado Roberto Jefferson) da administração federal — aqueles que exigem gordo

O governo dá sinal verde para o loteamento de cargos e cede ainda mais espaço ao PMDB

Marcelo Carneiro

orçamento e caneta com tinta suficiente para centenas de nomeações. O número se baseia em levantamento feito por VEJA em 2005 e que resultou no painel reproduzido nas páginas 54 e 55. Essa constatação — somada às cenas da última reunião ministerial, em que a única coisa que se discutiu foram as formas de cooptar o Congresso para aprovar projetos que atendam aos interesses eleitorais do governo — mostra que a administração Lula está passando por um franco processo de peemedebização. E isso, observada a origem da palavra, está longe de ser bom para o país.

Alianças partidárias são parte do jogo democrático. Ocorre que o PMDB é um partido cheio de peculiaridades — todas elas bem pouco abonadoras. Desde a sua fundação, ainda durante o regime militar, a legenda nunca primou pela coesão programática. “Sempre foi uma aglomeração de velhas e novas oli-

garquias, cuja única preocupação é capturar nacos do aparelho do estado para perpetuar sua força regional”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli. A lista do atual elenco peemedebista é auto-explicativa. No Pará, o dono do partido é o deputado federal

Jader Barbalho. Em Alagoas, quem detém o comando da sigla é Renan Calheiros. Em Roraima, o manda-chuva chama-se Romero Jucá. Em São Paulo, o líder é Orestes Quérzia. Todos esses políticos têm duas características em comum: serviram a vários governos e deixaram atrás de si denúncias de mau uso do dinheiro público. Barbalho (que acaba de conseguir a promessa de nomeação de um aliado para a presidência da Eletronorte — aliado esse que foi demitido do governo Itamar Franco por denúncias de corrupção e que, se nomeado, vai controlar um orçamento de 5,4 bilhões de reais) foi ministro da Previdência na gestão de José Sarney. Calheiros foi líder do governo Collor e ministro da Justiça

de Fernando Henrique Cardoso. Jucá conseguiu a façanha de ser líder do governo do PSDB na administração FHC e agora ocupa a mesma função no governo Lula. Para não falar de Geddel Vieira Lima, novo cacique baiano e a face mais rechonchuda do fisiologismo peemedebista.

Foi assim, servindo a todos e servindo-se deles, que o PMDB se tornou o maior partido do país, sem nunca ter eleito um presidente da República pelo voto direto. O fato de a sigla, desde 1994, não apresentar candidato ao Palácio do Planalto não impede que mantenha uma fortíssima musculatura eleitoral, sobretudo nos grotões. Um em cada cinco prefeitos brasileiros é filiado ao PMDB. Na Câmara, o partido tem uma bancada maior que a do PT, com 92 dos 513 deputados. No Senado, seus vinte parlamentares representam 25% do plenário da Casa. É de olho nesse poder, traduzido, entre outras coisas, em votos no Congresso, que Lula escancara as portas para o PMDB — e fecha os olhos para a ética, a probidade e a boa governança.

Há outros fatores que justificam a aproximação do governo com a sigla. Para analistas, Lula — que se distancia do

petismo para investir no “lulismo” — aposta em um projeto de longo prazo. “Nos planos do presidente, há espaço para uma aliança eleitoral com o PMDB, que pode ser implementada já a partir deste ano”, diz o historiador Marco Antonio Villa. Os primeiros passos desse acordo começaram a ficar explícitos na semana passada, quando o Planalto deu

A “peemedebização” do governo Lula

Devagarinho, devagarinho, o PMDB vai abocanhando cada vez mais espaço, e verbas, na administração petista. Dobrou a cota de ministros que tinha no governo em 2005 e já conquistou oito dos 50 cargos mais cobiçados na administração federal (reunidos em painel publicado por VEJA em julho de 2005)

sinal verde para que seus articuladores iniciassem conversações com a ala quer-

cista do PMDB, a fim de formalizar uma candidatura em conjunto com o PT na disputa pela prefeitura de São Paulo. Uma vez consolidada a aliança no plano municipal, o passo seguinte seria a tentativa de dar forma a uma candidatura que unisse o PT e o PMDB na eleição presidencial de 2010. “Isso interessa a Lula porque, pela primeira vez, o PT não terá um nome forte para apresentar na disputa e, portanto, vai precisar da capilaridade do PMDB para penetrar em todas as regiões do Brasil”, afirma Villa. A aproximação do governo com o PMDB é, portanto, ótima para as ambições do PT e melhor ainda para os planos de Lula. Quanto ao país, bem, isso é o de menos. A isso, dá-se o nome de desfaçatez. ■

*Com reportagem de Naiara Magalhães
e Victor De Martino*

Participação do PMDB no governo

Em 2003

NENHUM MINISTRO

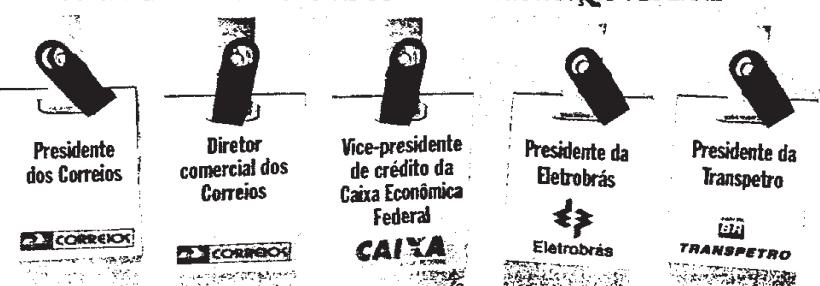
NENHUM DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

NENHUM VALOR ADMINISTRADO

Em 2005

3 MINISTROS

5 DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



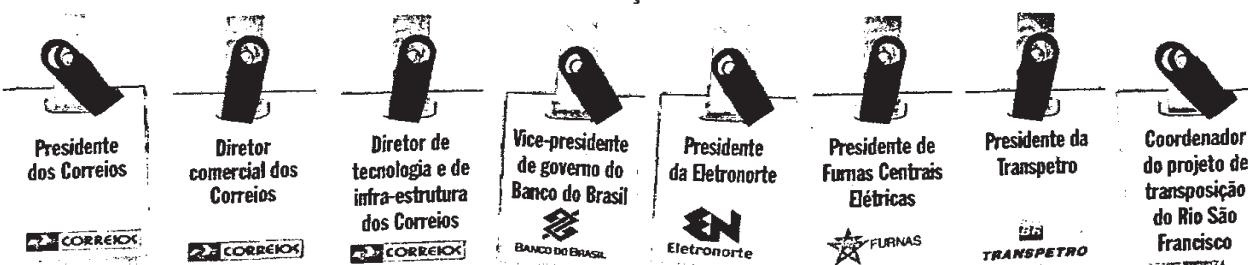
VALORES ADMINISTRADOS PELOS TITULARES DOS CARGOS

22,3 bilhões de reais

Em 2008

6 MINISTROS

8 DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



VALORES ADMINISTRADOS PELOS TITULARES DOS CARGOS

40,5 bilhões de reais

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Há espaço para crescer sem a pressão inflacionária”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 1º de março de 2008.

A matéria destaca que o economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e consultor sênior do Banco Itaú BBA, acredita que o avanço dos investimentos, que superam a velocidade do crescimento econômico do País há mais de três anos e continuam

‘Há espaço para crescer sem pressão inflacionária’

Para economista, avanço de investimentos vai elevar crescimento do PIB e manter a inflação sob controle em 2008

Ricardo Leopoldo
RIO

O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e consultor sênior do Banco Itaú BBA, acredita que o avanço dos investimentos, que superam a velocidade do crescimento do País há mais de três

anos e continuam em expansão, deve ganhar ainda mais força em 2008, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil. O economista prevê que o PIB terá expansão de 4,5% este ano.

Segundo ele, além de o PIB potencial caminhar para um nível maior do que muitos analistas estimam, há outro fator bastante importante que pode ajudar a conter a inflação no médio prazo: o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) das indústrias, que aumentou bom nos últimos anos

e atingiu 85,3% em janeiro, ainda está distante da marca de 93% registrada entre 1968 e 1973, período conhecido como “milagre econômico”.

Como há ainda uma folga expressiva para a expansão do Nuci e o PIB potencial está subindo, Bacha acredita que o IPCA deve encerrar 2008 em 4,5%, bem no centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, o que lhe dá conforto para afirmar que o Banco Central não precisa aumentar os juros até o fim do ano.

Bacha acredita que a recessão

dos Estados Unidos deve ser prolongada. No entanto mesmo na hipótese de profundo desaquecimento da maioria econômica do mundo, o Brasil cresceria pelo menos 3% em 2008. A seguir, o principal trecho das entrevista.

Como o sr. avalia a trajetória da política monetária neste ano?

A economia está bastante aquecida e, pelos cálculos do Banco Central e do analista de mercado, o crescimento de demanda vem superando a expansão da oferta. Isso coloca em risco a inflação dentro de meta de 4,5%, com as taxas de juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Regional sempre foi um parceiro de primeira hora, portanto este novo convênio que nissinhamos consolidado e ratificada uma parceria que em 2010 dará muitos frutos.”

“Além disso”, completou Augusto Viana, “estamos entrando em uma fase muito interessante, pois antigos e populares, como os próprios profissionais que estavam envolvidos com relação ao financiamento. Depois da simplificação da legislação e do entrosamento do CRECI-SP com a Caixa, os corretores estão se preocupando em entender melhor a dinâmica do financiamento, auxiliando, desta maneira, a população em seus questionamentos. A comunidade passou a acreditar neste sistema, aquecendo desta forma o setor imobiliário.”

“Temos como objetivo orientar os corretores de imóveis para que sigam o mesmo caminho e posteriormente possam utilizar dos benefícios do banco para financiamentos de computadores, automóveis e aplicações. Desta maneira, estaremos fortalecendo ainda mais o relacionamento entre as entidades. Hoje o Estado de São Paulo conta com mais de 130 imobiliárias, que são habilitadas como agentes de negócios da Caixa Econômica Federal. Esse número deverá crescer muito, pois temos mais de 18 mil empresas no Estado.”, afirmou o presidente do CRECI-SP, José Augusto Viana Neto.

Augusto Viana ressaltou também, que os programas de treinamento aos corretores de imóveis direcionados aos financiamentos, estão sendo intensificados.

“A divulgação do grande número de

financiamentos está estimulando o interesse dos corretores de imóveis em se aprofundar nesta área. Este é um trabalho que a entidade realiza com grande satisfação, devido ao

seu intenso combate contra atuações dos pseudocorretores, proporcionando à sociedade tranquilidade e segurança nas relações imobiliárias.”

“Além disso”, completou Augusto Viana, “estamos entrando em uma fase muito interessante, pois antigos e populares, como os próprios profissionais que estavam envolvidos com relação ao financiamento. Depois da simplificação da legislação e do entrosamento do CRECI-SP com a Caixa, os corretores estão se preocupando em entender melhor a dinâmica do financiamento, auxiliando, desta maneira, a população em seus questionamentos. A comunidade passou a acreditar neste sistema, aquecendo desta forma o setor imobiliário.”

“Temos como objetivo orientar os corretores de imóveis para que sigam o mesmo caminho e posteriormente possam utilizar dos benefícios do banco para financiamentos de computadores, automóveis e aplicações. Desta maneira, estaremos fortalecendo ainda mais o relacionamento entre as entidades. Hoje o Estado de São Paulo conta com mais de 130 imobiliárias, que são habilitadas como agentes de negócios da Caixa Econômica Federal. Esse número deverá crescer muito, pois temos mais de 18 mil empresas no Estado.”, afirmou o presidente do CRECI-SP, José Augusto Viana Neto.

Augusto Viana ressaltou também, que os programas de treinamento aos corretores de imóveis direcionados aos financiamentos, estão sendo intensificados.

“A divulgação do grande número de

financiamentos está estimulando o

interesse dos corretores de imóveis em se aprofundar nesta área. Este é um trabalho que a entidade realiza com grande satisfação, devido ao

“a perspectiva de redução da velocidade da demanda. O que poderia ocorrer é uma surpresa, que seria muito favorável, de um crescimento da oferta superior ao que estimamos para a expansão da economia. Mesmo assim, estamos falando de o PIB potencial passar a um nível de 4% para talvez 5%.

Com o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

meta de 4,5%, com as taxas de

juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

Como o sr. avalia a trajetória da

política monetária neste ano?

A economia está bastante

aquecida e, pelos cálculos do

Banco Central e do analista de

mercado, o crescimento de

demandas vem superando a expan-

são da oferta. Isso coloca

em risco a inflação dentro de

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Se pudesse, faria mudança por decreto, diz Lula”, publicada pelo **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 28 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que a empresários o Presidente nega falta de empenho do Governo para aprovar medidas de desoneração.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

/CONTAS PÚBLICAS

‘Se pudesse, faria mudança por decreto’, diz Lula

A empresários, presidente nega falta de empenho do governo para aprovar medidas de desoneração

Tânia Monteiro
Leonencio Nossa
BRASÍLIA

Ao apresentar a proposta de reforma tributária a empresários, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que, se pudesse, faria a mudança por decreto. Em entrevista no Palácio do Planalto, antes do encontro, ele negou a falta de empenho do governo para aprovar medidas de desoneração.

Minutos depois, diante de representantes do setor produtivo, reclamou das pressões que o projeto deve enfrentar no Congresso. “Ninguém está querendo discutir as pincinhas deste País, que interessam apenas a quem pensa nas próximas eleições. O governo não está disposto a brincar em serviço.”

Lula avaliou, na entrevista, que, mesmo às vésperas das disputas eleitorais nos municípios, será possível discutir e aprovar a proposta tributária, que deve chegar hoje ao Legislativo. Ressaltou que o projeto foi feito por várias mãos e cabeças, e não deve ser visto como uma proposta do governo. “Nós temos um ano político. Vocês conhecem o Congresso e sabem que, a partir de junho, está todo mundo na rua fazendo campanha”, disse. “O ideal é que, se a reforma tributária merece a pressa que todo

FHC: ‘Ele cospe no prato que comeu’

... O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ontem à declaração de Lula, que chamou os antecessores de “pé-frio”. “Ele precisa olhar com um pouquinho mais de respeito aqueles que o antecederam. Fica feio, todo dia cospe no prato que está comendo”, afirmou.

No encontro com os empresários, Lula comentou que seu governo tinha sorte. “Um pouco de

sorte não faz mal a ninguém. Deus me livre ser pé-frio como outros foram neste país”, afirmou. “A sorte só ajuda quem trabalha duro.”

Ao falar da troca de posição do Brasil, de devedor para credor internacional, disse que a “sorte” foi possível com o ajuste fiscal de 2003 e o aumento do superávit para 4,23% do PIB. • ROBERTO ALMEIDA

mundo diz que merece, eu penso que eles poderão discutir e votar este ano ainda.”

Na avaliação do presidente, as divergências em relação a pontos específicos da reforma poderão ser superadas no debate no Congresso. “Temos de colocar um terno novo na política tributária”, disse, avaliando que essa proposta acaba com a guerra fiscal “fratricida” dos governadores.

Ao comentar as críticas de que não há interesse do governo em aprovar as mudanças ele disse: “Se o governo pudesse faria por decreto. Como não pode, temos de mandar para as instâncias democráticas aprovarem”. O presidente comentou também sobre as dificuldades

dos Estados em aprovar a proposta. “Não é pouca coisa diminuir 27 legislações de ICMS e fazer uma só para o Brasil.”

No encontro com os empresários, Lula manteve o discurso otimista em relação ao andamento da proposta no Congresso. “Essa reforma deve ser tratada como uma profissão de fé.”

O presidente ressaltou que o Legislativo costuma aprimorar propostas do governo. “Nem sempre o Congresso piora as coisas. Eles melhoraram.” Pouco antes, o empresário Emerson Kapaz tinha alertado que a reforma corria o risco de ser fatiada no Congresso. • //

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs.

Senadores,

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Esta Casa de Lei, por meio da Comissão de Infra-Estrutura, aprovou requerimento para a convocação da Ministra Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos quanto à elaboração de Dossiê, no âmbito do Gabinete da Casa Civil, sobre os gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso com cartões corporativos.

Fato esse confirmado, pelo delegado Sérgio Menezes responsável pela Investigação que a Polícia Federal faz na Casa Civil, através de matéria jornalística divulgada hoje.

Senhor Presidente, a aprovação do requerimento segue à risca o que determina a Constituição Federal, no art. 50, §1º, que nos permitimos transcrever aqui, *in verbis*:

Art. 50. A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

Valemo-nos, que se diga aqui, do princípio da hierarquia das leis para aprovar o requerimento, porque nenhum dispositivo legal é maior do que a Constituição Federal. Portanto, na mais lídima e cristalina interpretação da Carta Magna, não se pode vedar a qualquer Comissão da Casa o direito da convocar Ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre assunto previamente determinado.

Não estabeleceu o legislado originário qualquer vinculação entre as atribuições das respectivas Comissões das duas Casas do Congresso Nacional com o conteúdo dos esclarecimentos a serem prestados pelos Ministros ou pelas autoridades diretamente subordinadas à Presidência da República. E, se o legislador constituinte originário não exigiu a correlação é porque não pretendeu vedar a convocação por qualquer Comissão.

Aplica-se, portanto, aqui o princípio de o que não nos é vedado pela Lei – mormente pela Lei Maior – permitido é. Portanto, de forma legal, transparente e legítima, os membros da Comissão de Infra-Estrutura aprovaram o requerimento para que a Ministra Dilma Rousseff venha a esta Casa prestar esclarecimentos não só ao Senado e ao Congresso Nacional, mas também à Nação brasileira.

Não há negar, Senhor Presidente, que os cidadãos, no pleno exercício dos direitos, concebidos e assegurados pela Constituição Federal, clamam por explicações justas e claras sobre como se montou o Dossiê? Por que se montou o Dossiê? Com a autorização de quem se montou esse Dossiê? E quem, exatamente quem, montou esse dossiê?

Essas perguntas, Senhoras e Senhores Senadores, são perguntas que não querem calar, porque, se calarem, calarão a voz da democracia, a voz do princípio de freios e contrapesos, que não pode, nem deve, permitir que qualquer Poder da República se sobreponha a outro.

A vinda da Ministra Dilma Rousseff a esta Casa de Rui Barbosa para prestar esclarecimentos sobre o Dossiê contra o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso vai ao encontro dos sacramentos da Nação Republicana e fortifica a experiência democrática que temos vivido nesses últimos vinte anos de normalidade e funcionamento dos Poderes Constituídos.

A vinda da Ministra Dilma Rousseff ao Senado Federal, para prestar esclarecimentos à Comissão de Infra-Estrutura, a qual presidimos como muita honra, significará um serviço ao Brasil, um serviço ao povo e à Nação brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista a reunião do Congresso para exame de vetos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008 (PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 385, DE 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de

Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 406, DE 2007*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA N° 407, DE 2007*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

5

MEDIDA PROVISÓRIA N° 408, DE 2007*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

6

MEDIDA PROVISÓRIA N° 409, DE 2007*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 11, DE 2008***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator:

Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário

o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de
2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de
2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

20

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003(nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade

das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluso novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99,

na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros pri-*

vados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que al-

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

50

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

52

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

53

REQUERIMENTO N° 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

54

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

55

REQUERIMENTO N° 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

56

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

57

REQUERIMENTO N° 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

58

REQUERIMENTO N° 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

59

REQUERIMENTO N° 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

60

REQUERIMENTO N° 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

61

REQUERIMENTO N° 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

62

REQUERIMENTO N° 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra*

apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

63

REQUERIMENTO N° 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luce-
na e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

64

REQUERIMENTO N° 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimen-
to nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

65

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimen-
to nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro
solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

66

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimen-
to nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distri-*

buição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

67

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

68

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que trama em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

69

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

70

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio

Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

71

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

72

REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

73

REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

74

REQUERIMENTO N° 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional,
solicitando a criação de um Dia Mundial de
Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-
Senadora Ingrid Betancourt.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

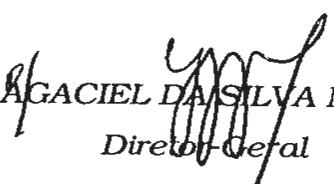
(Levanta-se a sessão às 19 horas e 18
minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 743 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004502/08-6 e anexo,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a SONATA DE FIGUEIREDO e HEITOR FIGUEIREDO, na condição de filhos menores, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada um, e pensão vitalícia a MARIA LUCIMAR DA SILVA FRANÇA, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor PATERSON GOMES FIGUEIREDO, matrícula 16333-ERGON, a partir da data do óbito, 01/04/2008.

Senado Federal, 15 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 744 de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 000422/08-8, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, ISABEL CABRAL LUZ, matrícula 32594, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 15 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 745 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 17.529/03-4,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 5124, de 2003, que aposentou voluntariamente com proventos proporcionais o servidor **MARIO LUCAS GONÇALVES DA SILVA**, Analista Legislativo NS 45, nos seguintes termos: onde se lê, "com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94", leia-se, "com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994".

Senado Federal, em 15 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 746 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 10.532/00-5,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 867, de 2000, que aposentou compulsoriamente, com proventos proporcionais, o servidor **FRANCISCO DE ASSIS SOUZA**, Técnico Legislativo NM 30, para incluir a seguinte expressão: *com vigência a partir de 26 de junho de 2000.*

Senado Federal, em 15 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 747 , de 2008

Altera o Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 31/05/2002, que homologou o Concurso Público para Categorias Funcionais de Consultor Legislativo e Consultor de Orçamentos.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 12, de 1995, tendo em vista o Processo n.º 2002.34.00.010604-0/DF e o Edital Cespe n.º 15/2008, publicado no DOU de 11/04/2008, RESOLVE:

Art. 1.º - O Anexo do Ato do Diretor-Geral n.º 588, de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ANEXO

(...)

**CONSULTOR LEGISLATIVO
ÁREA NOVE – ECONOMIA – AGRICULTURA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1.º	10500392	FREDERICO ANDRADE TOMICH	71,87
2.º	10504354	FERNANDO LAGALES TAVORA	70,27
3.º	60500062	GUSTAVO HENRIQUE FIDELES TAGLIALEGNA	68,83
4.º	62200095	MARCUS PEIXOTO	68,07
5.º	60500081	HUNBERTO MENDES DE SÁ FORMIGA	65,35
6.º	60501356	RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA	63,77
7.º	10504399	MARIANO CESAR MARQUES	62,82
8.º	60501191	JOSÉ CLÁUDIO BORGES OLIVEIRA REIS	59,45

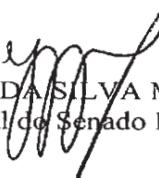
CANDIDATO SUB JUDICE

INSCRIÇÃO	NOME
10500218	JOÃO FERRARI NETO

(...)”

Art. 2.º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia	Rio Grande do Sul	Amazonas
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S) Bloco-PR - César Borges* PDT - João Durval**	Bloco-PT - Paulo Paim* PTB - Sérgio Zambiasi* Maioria-PMDB - Pedro Simon**	Minoria-PSDB - Arthur Virgílio* PDT - Jefferson Peres* Bloco-PT - João Pedro** (S)
Rio de Janeiro	Ceará	Paraná
Bloco-PRB - Marcelo Crivella* Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S) Bloco-PP - Francisco Dornelles**	PDT - Patrícia Saboya* Minoria-PSDB - Tasso Jereissati* Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**	Bloco-PT - Flávio Arns* PDT - Osmar Dias* Minoria-PSDB - Alvaro Dias**
Maranhão	Paraíba	Acre
S/PARTIDO - Lobão Filho* (S) Maioria-PMDB - Roseana Sarney* PTB - Epitácio Cafeteira**	Minoria-DEM - Efraim Morais* Maioria-PMDB - José Maranhão* - vago**	Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior* Bloco-PT - Sibá Machado* (S) Bloco-PT - Tião Viana**
Pará	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S) PSOL - José Nery* (S) Minoria-PSDB - Mário Couto**	Maioria-PMDB - Gerson Camata* Bloco-PR - Magno Malta* Bloco-PSB - Renato Casagrande**	Bloco-PT - Delcídio Amaral* Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S) Minoria-PSDB - Marisa Serrano**
Pernambuco	Piauí	Distrito Federal
Minoria-DEM - Marco Maciel* Minoria-PSDB - Sérgio Guerra* Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**	Minoria-DEM - Heráclito Fortes* Maioria-PMDB - Mão Santa* PTB - João Vicente Claudino**	Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S) PDT - Cristovam Buarque* PTB - Gim Argello** (S)
São Paulo	Rio Grande do Norte	Tocantins
Bloco-PT - Aloizio Mercadante* PTB - Romeu Tuma* Bloco-PT - Eduardo Suplicy**	Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho* Minoria-DEM - José Agripino* Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**	Bloco-PR - João Ribeiro* Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha* Minoria-DEM - Kátia Abreu**
Minas Gerais	Santa Catarina	Amapá
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo* Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S) Minoria-DEM - Eliseu Resende**	Bloco-PT - Ideli Salvatti* Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S) Minoria-DEM - Raimundo Colombo**	Maioria-PMDB - Gilvam Borges* Minoria-PSDB - Papaléo Paes* Maioria-PMDB - José Sarney**
Goiás	Alagoas	Rondônia
Minoria-DEM - Demóstenes Torres* Minoria-PSDB - Lúcia Vânia* Minoria-PSDB - Marconi Perillo**	Minoria-PSDB - João Tenório* (S) Maioria-PMDB - Renan Calheiros* PTB - Fernando Collor**	Bloco-PT - Fátima Cleide* Maioria-PMDB - Valdir Raupp* Bloco-PR - Expedito Júnior**
Mato Grosso	Sergipe	Roraima
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S) Bloco-PT - Serys Sliessarenko* Minoria-DEM - Jayme Campos**	Maioria-PMDB - Almeida Lima* Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares* PSC - Virginio de Carvalho** (S)	Bloco-PT - Augusto Botelho* Maioria-PMDB - Romero Jucá* PTB - Mozarildo Cavalcanti**
Mandatos		

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGs

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (12)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) (3)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
	8. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
VAGO ⁽¹⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude do Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. VAGO (2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Sliessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSD)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (4)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3972**Fax:** 3311-4315**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (3)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (1)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) 2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO
Notas:	
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.	
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).	
Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira	
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -	
Telefone(s): 3311-1120	
Fax: 3311-2025	
E-mail: scomcct@senado.gov.br	

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Sihessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECASF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO)⁴

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS